

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Samuel Paterson Moreira Francischini

**OS CUSTOS DA MONOPOLIZAÇÃO DA MINERAÇÃO DOS DIAMANTES: as
despesas da Real Extração de 1773 a 1779**

Juiz de Fora

2024

Samuel Paterson Moreira Francischini

**OS CUSTOS DA MONOPOLIZAÇÃO DA MINERAÇÃO DOS DIAMANTES: as
despesas da Real Extração de 1773 a 1779**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Paula Pereira Costa

Juiz de Fora
2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Francischini, Samuel Paterson Moreira.

Os custos da monopolização da mineração dos diamantes : as despesas da Real Extração de 1773 a 1779 / Samuel Paterson Moreira Francischini. -- 2024.

135 p. : il.

Orientadora: Ana Paula Pereira Costa

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. Real Extração. 2. Diamantes. 3. História Econômica. 4. Brasil Colonial. I. Costa, Ana Paula Pereira, orient. II. Título.

SAMUEL PATERSON MOREIRA FRANCISCHINI

**OS CUSTOS DA MONOPOLIZAÇÃO DA MINERAÇÃO DOS DIAMANTES: AS DESPESAS DA REAL EXTRAÇÃO
DE 1773 A 1779**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder.

Aprovada em 28/02/2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra Ana Paula Pereira Costa - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Matues Rezende de Andrade

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Bruno Novelino Vittoretto

Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri

Juiz de Fora, 28/02/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Rezende de Andrade, Professor(a)**, em 28/02/2024, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Novelino Vittoretto, Usuário Externo**, em 29/02/2024, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Pereira Costa, Professor(a)**, em 18/03/2024, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1723472** e o código CRC **BA012AA8**.

Dedico esta dissertação a minha mãe, Sueli, e a minha esposa, Iara, sem cujo apoio essa pesquisa jamais seria produzida.

AGRADECIMENTO

Neste momento, desejo agradecer às pessoas que foram fundamentais na realização desta pesquisa, as quais sempre me auxiliaram e me deram coragem para continuar avançando.

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por sua força, providência e bênçãos. Sabemos que as dificuldades são naturais na vida, mas Ele me ajuda a aprender com as tais e a cada dia mais crescer.

Aos meus pais, Sueli e Rosan, que sempre me apoiaram em meu hábito de leitura e em meus estudos, desde minha tenra idade. Apoiando-me sempre, consegui adentrar a faculdade, me graduar, e hoje ter a possibilidade de me pós-graduar, sem seus apoios jamais estaria nesta situação.

À minha esposa, Iara, que renunciou diversos momentos juntos para que eu pudesse estar me dedicando a elaboração desta pesquisa, além de ter me auxiliado na leitura da minha escrita. Sei que suas palavras e seu amor sempre me acalmaram nos momentos que eu achava que nada daria certo.

Agradeço imensamente a minha coordenadora Prof.^a Dr.^a Ana Paula Pereira Costa, que me deu total apoio, conversando comigo, auxiliando-me com bibliografias, fontes e me guiando no árduo trabalho de se realizar uma pesquisa acadêmica.

Não poderia deixar de citar os demais colegas e professores do Laboratório de História Econômica e Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (LAHES/UFJF), na qual nos reuníamos para discutir nossos objetivos e pesquisas, estudar textos de história econômica e nos aprofundarmos no período colonial. Isso teve início ainda na graduação e persistiu durante toda a formação.

Além disso, a todos os amigos e familiares que me foram essenciais para chegar ao fim dessa jornada, culminando nesta dissertação de mestrado.

A descoberta dos diamantes, numa sociedade como a do século XVIII, que prezava acima de tudo o luxo e o fausto, criou uma situação semelhante à descoberta de jazidas de petróleo na sociedade utilitarista do século XX. Os diamantes, como aconteceu com o petróleo em nosso tempo, foram declarados monopólio do Estado, em 2 de dezembro de 1729. Mais tarde, o decreto de 12 de agosto de 1771 daria organização definitiva no regimento de 2 de agosto que estudaremos depois. (João Camilo de Oliveira Torres, 1980, p. 271-272)

RESUMO

Nesta dissertação iremos abordar a Real Extração dos Diamantes, uma instituição criada pela Coroa Portuguesa em 1771 e atuante a partir de 1772, para realizar a mineração dos diamantes no Distrito Diamantino, com sede no Arraial do Tejuco. Teremos como recorte temporal seis anos, constando de dois triênios que são de 1773 a 1775 e de 1777 a 1779, sendo que tais balizas foram delimitadas pela própria documentação encontrada no Arquivo Histórico Ultramarino, visto que os demais anos de operação da instituição não foram localizados. Nosso objetivo central é realizar uma análise qualitativa dos balanços econômicos e de cartas dos administradores da Real Extração, verificando se as despesas e receitas existentes na historiografia correspondem à realidade descrita na documentação. Para isso iremos fazer uma análise qualitativa dos documentos encontrados, buscando destacar cada despesa e receita dos ditos anos, assim como abordar uma série de autores que tratam da economia e da história da Real Extração, abordando tanto autores da época, quanto pesquisas mais recentes. Além disso, também abordaremos os custos e as questões que envolvem a escolha das lavras a serem trabalhadas, buscando relacionar tal decisão com a interferência da natureza na produtividade e da própria disponibilidade de diamantes em cada serviço. Tais elementos geraram uma variação muito grande nas lavras que eram mineradas anualmente, sendo que somente sete foram trabalhadas nos seis anos investigados.

Palavras-chave: Real Extração; Diamantes; História Econômica; Brasil Colonial.

ABSTRACT

In this dissertation we will address the Royal Extraction of diamonds, an institution created by the Portuguese Crown in 1771 and active from 1772, to carry out diamond mining in the Diamond District, based in Arraial do Tejuco. We will have a time frame of six years, consisting of two three-year periods that are from 1773 to 1775 and from 1777 to 1779, and such milestones were delimited by the documentation found in the Overseas Historical Archive, since the other years of operation of the institution were not located. To do this, we will carry out a qualitative analysis of the documents found, seeking to highlight each expense and income from those years, as well as approaching a series of authors who deal with the economy and the history of Real Extraction, covering both authors from the time and more recent research. In addition, we will also address the costs and issues surrounding the choice of mines to be worked, seeking to relate this decision to nature's interference in productivity and the availability of diamonds in each service. These elements generated a very large variation in the mines that were mined annually, with only seven being worked in the six years investigated.

Keywords: Real Extraction; Diamonds; Economical History.

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Exemplo de fonte – ano de 1774	22
Figura 2: Despesas do Império, ano de 1766.....	62
Figura 3: Despesa geral das lavras	122
Gráfico 1: Despesas em réis de 1772-1794	60
Gráfico 2: Despesas 1774-1794.....	60
Gráfico 3: Despesas 1773	68
Gráfico 4: Receita de 1773	70
Gráfico 5: Despesas de 1774	72
Gráfico 6: Receita de 1774	74
Gráfico 7: Despesas de 1775	76
Gráfico 8: Receita de 1775	78
Gráfico 9: Despesas referentes à Janeiro a Junho de 1777.....	80
Gráfico 10: Despesas relativas ao segundo semestre de 1777.....	81
Gráfico 11: Despesas do ano de 1777	84
Gráfico 12: Receita de 1777 de janeiro a junho.....	85
Gráfico 13: Receita do segundo semestre de 1777.....	86
Gráfico 14: Receita do ano de 1777	87
Gráfico 15: Despesas do ano de 1778.	91
Gráfico 16: Receita do ano de 1778	92
Gráfico 17: Despesas de 1779.	94
Gráfico 18: Receitas de 1779.....	96
Gráfico 19: Gráfico do item "Despesa anual da Administração"	97
Gráfico 20: Gastos anuais totais da Real Extração.....	98
Gráfico 21: Outras despesas completas na documentação durante 1773-1779.....	104
Gráfico 22: A Direção dos Diamantes em Lisboa.....	105
Gráfico 23: Receitas presentes em todos os anos	107
Gráfico 24: Despesas com as lavras ativas durante todo o período estudado (1773-1775 e 1779).....	120

LISTA DE MAPAS E TABELAS

Mapa 1: Demarcação das terras que produz diamantes.....	17
Mapa 2: Carta topográfica das terras diamantinas em que se descrevem todos os rios, córregos e lugares mais notáveis que nela se contém	21
Mapa 3: Despesas anuais apresentadas pelo Intendente Luiz Beltrão de Gouvêa	59
Tabela 1: Diamantes: extração pela Coroa e venda por contratos (1772-90).....	37
Tabela 2: Escrituração contábil e conversão de oitavas de ouro em réis.....	48
Tabela 3: Estrutura dos gastos da Real Extração dos Diamantes em oitavas de ouro (1778-1784)	49
Tabela 4: Despesa do ano de 1773	66
Tabela 5: As receitas do ano de 1773	69
Tabela 6: Despesa do ano de 1774	71
Tabela 7: Receita de 1774	73
Tabela 8: Despesa do ano de 1775	75
Tabela 9: Receita do ano de 1775.....	77
Tabela 10: Despesa referente de janeiro a junho de 1777	79
Tabela 11: Despesa referente ao segundo semestre de 1777.....	81
Tabela 12: Despesa do ano de 1777	82
Tabela 13: Receitas de 1777 de janeiro a junho	84
Tabela 14: Receitas do segundo semestre de 1777.....	85
Tabela 15: Receita de todo o ano de 1777.....	87
Tabela 16: Despesa do ano de 1778	89
Tabela 17: Balanço da receita do ano de 1778	91
Tabela 18: Despesa do ano de 1779	93
Tabela 19: Receita do ano de 1779.....	95
Tabela 20: Comparação entre as despesas encontradas na documentação, a detalhada pelo Intendente e valor dos contratos na Europa.....	100
Tabela 21: Outras despesas da Real Extração	102
Tabela 22: Receitas contidas em todos os anos estudados	107
Tabela 23: Valores das receitas “Inspeção geral dos diamantes em caixa” e “Direção dos Diamantes em Lisboa” de cada ano.....	109
Tabela 24: Lavras presentes nos documentos utilizados (1773-1775 e 1777-1779).....	117
Tabela 25: Despesas dos serviços minerados entre os anos 1773-1775 e 1777-1779.....	121

Tabela 26: Escravos e brancos nas lavras em 1776.....	123
Tabela 27: Escravos e brancos nas lavras em 1777.....	124
Tabela 28: Escravos e brancos nas lavras em 1778.....	126

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. A REAL EXTRAÇÃO E SUA HISTORIOGRAFIA.....	25
1.1. HISTORIOGRAFIA E DEBATE	25
1.1.1. <i>Wilhelm Ludwig von Eschwege</i>	26
1.1.2. <i>Joaquim Felício dos Santos</i>	28
1.1.3. <i>Charles Boxer</i>	35
1.1.4. <i>Virgílio Noya Pinto</i>	35
1.1.5. <i>Júnia Furtado</i>	38
1.1.6. <i>Século XXI: novas investigações</i>	47
2. O BALANÇO ECONÔMICO DA MINERAÇÃO DURANTE DOIS TRIÊNIOS (1773-1775 E 1777-1779) DA REAL EXTRAÇÃO	58
2.1. OS DADOS SOBRE AS DESPESAS E AS RECEITAS DE 1773 A 1775 E DE 1777 A 1779	63
2.1.1. <i>Ano de 1773</i>	66
2.1.2. <i>Ano de 1774</i>	71
2.1.3. <i>Dados referentes a 1775</i>	74
2.1.4. <i>Sobre o ano de 1777</i>	79
2.1.5. <i>O ano de 1778</i>	89
2.1.6. <i>Dados do ano de 1779</i>	92
2.2. ANÁLISE GERAL DOS DADOS APRESENTADOS.....	96
3. AS LAVRAS DIAMANTINAS	111
CONCLUSÃO.....	130
FONTES	135

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, iremos abordar a Real Extração dos diamantes, tendo sua sede no Arraial do Tejuco (Distrito Diamantino), em especial as despesas entre os anos de 1773 a 1775, e 1777-1779. Intentaremos entender se os dados anuais existentes na bibliografia estão de acordo com os documentos analisados. Além disso, esmiuçaremos tais despesas, compreendendo sua existência para o funcionamento da instituição. Outro objetivo deste trabalho é compreender o funcionamento das lavras, bem como se o meio ambiente as influenciava de alguma forma, tendo em foco os problemas que a natureza pode exercer na produtividade.

Existe uma necessidade de se pesquisar tal tema, visto que não há trabalhos recentes na historiografia em relação às despesas desta instituição; somente um trabalho do historiador Régis Clemente Quintão, que investiga o abastecimento de mercadorias importadas para a região do Distrito Diamantino. Portanto, investigar os valores das despesas nos permitirá compreender os dados existentes na bibliografia, assim como nos possibilitará detalhar os tipos e os valores de cada despesa.

Já em relação às lavras, não há estudos bibliográficos que busquem entender sua natureza e influência na produtividade, nem o detalhamento do custo de cada um dos serviços diamantinos. Consequentemente, isso nos permitiu conduzir um estudo sobre estes temas mediante a possibilidade de trazer algo novo para as pesquisas desta instituição.

Antes de adentrarmos no período estudado, é necessário fazermos uma breve apresentação da exploração dos diamantes, iniciando com o descobrimento dos diamantes, que se deu oficialmente no ano de 1729. Segundo nos conta Aires da Mata Machado Filho, em seu livro “Arraial do Tijuco, Cidade Diamantina”¹, por meio de Bernardo da Fonseca Lobo, que enviou os exemplares dos diamantes para o governador de Minas Gerais no período, D. Lourenço de Almeida; este, por sua vez, os remeteu ao rei D. João V. Contudo, possivelmente já havia exploração deste mineral anos antes, de forma irregular, sem que houvesse uma comunicação oficial com as autoridades régias. Machado Filho cita diversos sujeitos, homens e mulheres, que reivindicavam para si o descobrimento dos diamantes. Outros autores afirmam o mesmo, como nos diz Joaquim Felício dos Santos:

É certo, porém, que no ano de 1729 os diamantes já estavam descobertos e eram explorados, com quanto ainda não fossem bem conhecidos, como se colige das palavras com que começa a primeira portaria de D. Lourenço de

¹ MACHADO FILHO, A. M. **Arraial do Tijuco, cidade Diamantina**. 3ª edição. Belo Horizonte; Editora Itatiaia. São Paulo; Ed. da Universidade de São Paulo. 1980.

Almeida, mandou suspender todas as minerações de ouro nas terras diamantinas e anulando as cartas de datas obtidas do guarda-mor. (SANTOS, 1868, p.21).

Com tal descoberta e a exploração por meio de datas, como se fazia com o ouro, teve início o primeiro período da mineração, conhecido como a “livre exploração dos diamantes”. Nesta primeira empreitada, houve a delimitação e negociação das lavras, bem como a taxação dos impostos segundo a quantidade de escravos operando. Este período se estendeu de 1730 a 1734, quando foram proibidas as ações de faiscadores e a extração de diamantes. O fim deste estágio foi gerado pela queda acentuada do valor do quilate dos diamantes, como nos apresenta Virgílio Noya Pinto, em seu livro “O ouro brasileiro e o comercio anglo-português”. Nele, afirma que o quilate estava variando entre 6\$000 e 15\$000. Em 1731, passou a valer somente 2\$400 em 1734 (PINTO, 1979, p. 215).

Dentro deste primeiro ciclo da mineração dos diamantes, no ano de 1734, é fundado o Distrito Diamantino, tendo como sede o Arraial do Tijucu. Concomitantemente, há a fundação da Intendência dos Diamantes, uma organização especial para a administração das localidades que exploravam os diamantes na região, sendo o primeiro Intendente Raphael Pires Pardiniho. Para tratar sobre a questão da delimitação da área ocupada pelo Distrito Diamantino, usaremos como base o texto de Ângelo Carrara, denominado “O Distrito dos Diamantes”². Além disso, também abordaremos a dissertação de mestrado de Carmem Marques Rodrigues, intitulada “Os mapas das pedras brilhantes”³, a partir da qual a autora analisa diversos mapas da região do Serro Frio, dentre eles alguns da região. Originalmente, a área demarcada foi criada em 1734, e suas delimitações foram retratadas pelo memorialista Joaquim Felício dos Santos, como afirma neste excerto:

Colocaram-se seis marcos: o 1º na barra do rio Inhaí, e subindo o Jequitinhonha, foi assentado o 2º no córrego das Lages, uma lagoa acima de sua barra; o 3º foi assentado em uns penhascos da serra do Ó; o 4º junto ao morro das Bandeirinhas; o 5º em uma penha alta, chamada Tromba d'Anta, fronteira ao córrego das Bandeirinhas; e, seguindo as serras que rodeiam a Chapada, foi o 6º marco assentado na cabeceira do rio Pardo e descendo o Inhaí até à barra, onde começou, aí terminava a demarcação. (SANTOS, 1868, p.34)

Carrara afirma que na demarcação original constavam 1.871,82 km² de área, que poderia ser ampliada a partir da anexação de novas terras, caso demonstrassem possuírem

² CARRARA, Â. A. **O Distrito dos Diamantes, 1734-1757**. Juiz de Fora, Clio Edições, 2017.

³ RODRIGUES, C. M. **Os mapas das pedras brilhantes: a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre o Distrito Diamantino do Serro do Frio (1714-1771)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2014

diamantes. Houve três grandes alterações que aumentariam o território do Distrito Diamantino de forma acentuada: em 1735, 1737 e 1739. Além destas três, ocorreram outras alterações menores, em regiões que também recairiam sobre a alçada da Intendência da Real Extração, mas que, segundo o autor, não fariam parte do Distrito Diamantino. Seriam como “pequenos distritos diamantinos distintos” (CARRARA, 2017, p. 29). Essas três alterações profundas na demarcação do Distrito Diamantino afetaram grandemente a sua área, que passou a contar com 4.305,90 km², oriundas do descobrimento de córregos que possuíam diamantes para serem minerados. Sobre as outras regiões que funcionaram como distritos separados, temos como exemplo o termo de Minas Novas e a Serra de Santo Antônio. Sobre este território inicial da Demarcação Diamantina, temos o mapa “Demarcação das terras que produz diamantes” utilizado por Carmem Rodrigues, de autoria desconhecida:

Mapa 1: Demarcação das terras que produz diamantes



Fonte: RODRIGUES, Carmem Marques. **Os mapas das pedras brilhantes: a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre o Distrito Diamantino do Serro do Frio (1714-1771)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014, p. 131.

Carmem Rodrigues observa que no mapa estão representados diversos cursos de água da região; da mesma forma, verifica o Arraial do Tejuco no centro. Contudo, as estradas não foram representadas, o que gera uma ideia de isolamento do Distrito Diamantino. Sobre o isolamento da região, a autora afirma que:

A demarcação, além do estabelecimento de uma área de jurisdição, também instaurou uma fronteira, que na medida em que a Coroa tentava impedir os descaminhos, foi sendo modificada. As fronteiras geográficas do Distrito Diamantino tinham o objetivo de estabelecer, em seu interior, um território de ordem, seguro e rentável. (RODRIGUES, 2014, p.134-135)

Ainda, a autora afirma que possivelmente este mapa, foi criado após 1734, visto que a maior parte da fronteira da região já estava delimitada.

Após alguns anos de proibição da mineração, em 1740 teve início o segundo intervalo de exploração dos diamantes, que ficou conhecido como “período dos contratadores”, tendo existido até o final do ano de 1771. Neste novo momento, a exploração era capitaneada por particulares que teriam o direito de monopolizar a mineração de diamantes mediante o pagamento de um valor fixado para cada quilate, e sob algumas regras. Dentre elas, especialmente a de possuir no máximo 600 escravos e pagar uma taxa anual por cada um deles. Contudo, o não cumprimento desta regra era algo contínuo, feito pelos mais diversos contratadores que atuaram na região.

Ao todo, foram firmados seis contratos ao longo dos anos, com destaque para três nomes de contratantes: os de João Fernandes de Oliveira, o pai; João Fernandes de Oliveira, o filho; e, por último, o de Francisco Caldeira Brant. Os João Fernandes pai e filho foram importantes, pois fizeram parte de cinco dos seis contratos dos diamantes, tendo exercido uma influência grande na região. Além disso, o segundo João Fernandes de Oliveira ficou popularmente conhecido por ter se casado com Francisca da Silva de Oliveira, comumente chamada de Chica da Silva — uma personagem de grande destaque na história nacional. Já Francisco Caldeira Brant liderou os contratos em um momento de grande apogeu, mas acabou sendo preso por ter tido problemas com o Intendente dos Diamantes e por contrabando de diamantes.

Pelos problemas criados pelos contratadores e a frequente quebra do acordo em se manter o limite de 600 escravos nas lavras diamantinas (o que degastava o valor do quilate na Europa), a Coroa buscava alterar o formato da administração local, o que culminou na formação da Real Extração dos Diamantes.

O Regimento Diamantino foi expedido no dia 2 de agosto de 1771, com a assinatura do Rei. Contando com 54 artigos, convertia a exploração dos diamantes das mãos de particulares às da própria Coroa Portuguesa. Ou seja, a partir desse momento, a Coroa passa a monopolizar a extração dos diamantes no Distrito Diamantino, através da instituição denominada Real Extração dos Diamantes.

Para tal instituição funcionar de maneira plena, havia duas sedes: uma em Lisboa — chamada de Diretoria da Real Extração dos Diamantes das Minas do Brasil; e outra na América Portuguesa, denominada Junta da Administração Diamantina. A sede na capital do Império era composta por cargos como o de Inspetor-Geral do Erário Régio, que neste período inicial foi ocupado pelo conhecido e controverso marquês de Pombal, além de mais três diretores.

Já no Distrito Diamantino, segundo nos conta o Regimento Diamantino de 1771⁴, no seu art. 1, havia a existência de três caixas administradores, que deveriam residir na região. Além deles, no art. 2, há a primeira menção ao Desembargador Intendente Geral dos Diamantes, também conhecido somente como Intendente, pessoa de mais alto poder dentro da Demarcação, o qual agia por ordem direta da Coroa. A escolha de alguém para ocupar este cargo cabia exclusivamente ao poder régio, e o tempo de duração no cargo não era delimitado. De acordo com Júnia Furtado na sua tese “O livro da Capa Verde”, houve dois intendentes nos dez primeiros anos da Real Extração. O primeiro, Francisco José Pinto Mendonça, ocupou o cargo de 1772 até maio de 1773; o segundo, João da Rocha Dantas e Mendonça, ficou no cargo de maio de 1773 até 1882 (FURTADO, 1996, p. 33). Neste mesmo período, houve cinco governadores diferentes na capitania de Minas, sendo eles o Conde de Valladares; Antônio Carlos Furtado de Mendonça; Pedro Antônio da Gama Freitas; Antônio de Noronha; e, por último, Rodrigo José Meneses.

O Regimento Diamantino também fala sobre a questão da escravatura e de como era preciso um controle sobre a mesma. No art. 5, afirmava-se que deveria haver um livro destinado a descrever todos os escravos da Demarcação, assim como o nome de seus donos. Já no art. 6 — uma consequência direta do anterior — havia a proibição de novas entradas de escravos na região — suas entradas só poderiam ocorrer com a aprovação do intendente, com uma justificativa plausível (MACHADO, 1980, p. 21). Do art. 16 até o art. 21, que ainda tratavam sobre a questão dos escravos, o Regimento Diamantino mencionava uma questão fundamental para seu funcionamento: a compra e o aluguel de escravos. No art. 16, foi definido como se daria a escolha desses escravos: “dos quais não houver suspeita de serem extraviadores de Diamantinos; vendendo para fora das terras da demarcação ou outros” (MACHADO, 1980, p. 24). Nos outros cinco artigos posteriores, a legislação tratou do aluguel dos escravos pela Intendência dos Diamantes. O art. 17 afirmava que a escolha do

⁴ O Regimento Diamantino pode ser encontrado completo no livro já citado anteriormente: MACHADO FILHO, A. M. **Arraial do Tijuco, cidade Diamantina**. 3ª edição. Belo Horizonte; Editora Itatiaia. São Paulo; Ed. da Universidade de São Paulo. 1980.

aluguel era da Real Extração e em seu favor; o art. 18 evidenciou que os escravos deveriam ser capacitados para o trabalho, e que seriam vigiados. No art. 19 define-se que a primazia no aluguel dos escravos seria do intendente e dos três caixas da administração, e somente depois seria “daquelas pessoas que se distinguirem no serviço da Administração, concedendo a cada um deles, conforme préstimo, zelo e fidelidade, o aluguel de maior ou menor número de escravos”. Por último, havia os escravos de negros que moravam na demarcação, para o qual o art. 20 afirmava o número de escravos que seriam alugados e como o intendente e os três caixas deveriam regular os aluguéis. Por fim, no art. 21 houve a delimitação de que somente moradores do Distrito Diamantino poderiam alugar escravos para a dita instituição (MACHADO, 1980, p. 25-27).

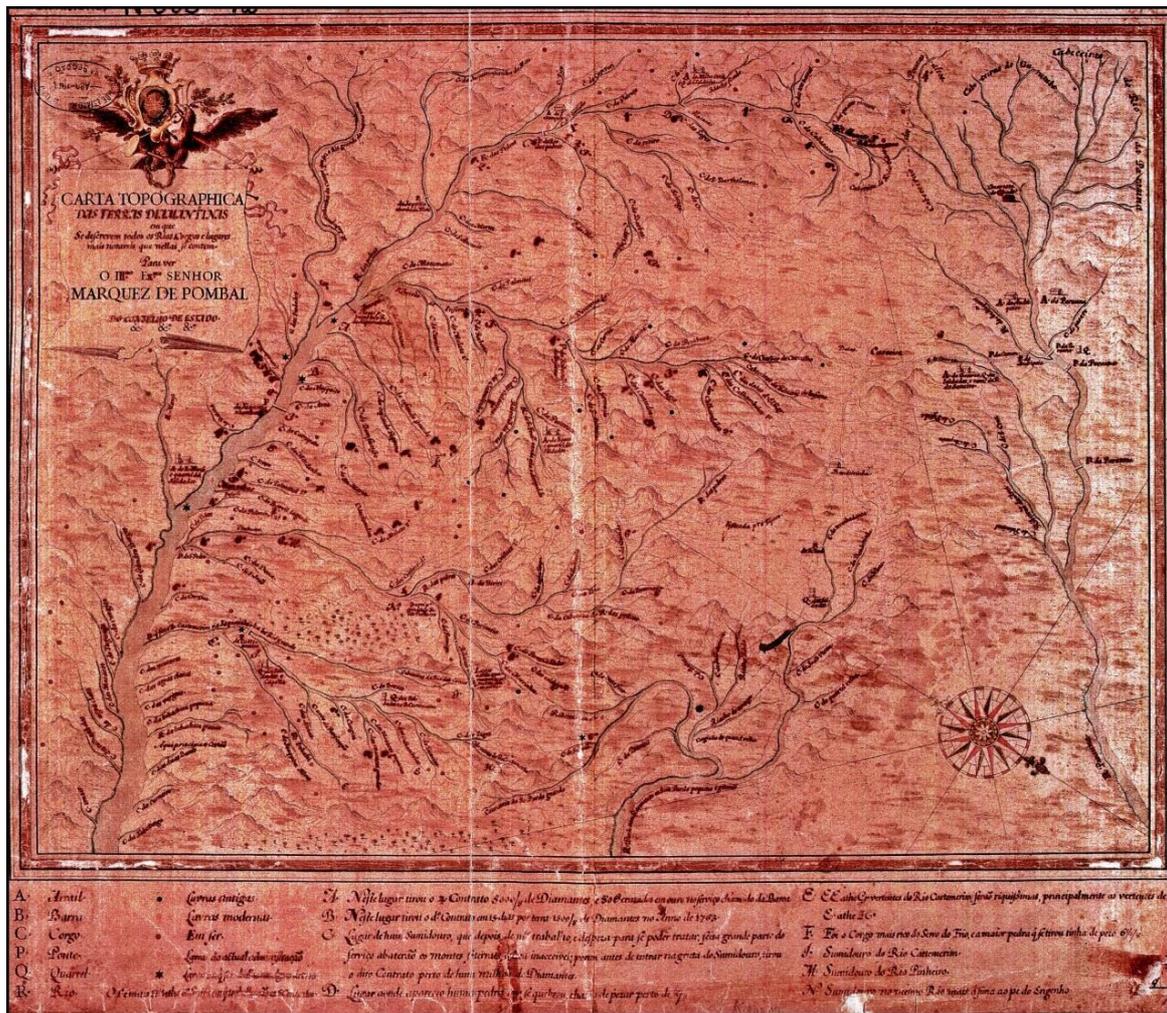
A partir do art. 22 ocorre a expansão dos trabalhos da Intendência, que deveriam tratar de outros empregos; ainda, a escolha dos novos funcionários seria competência do intendente e dos caixas administradores de Lisboa. Apesar de a Legislação não aprofundar sobre tais empregos, Júnia Furtado afirma que eram muitas as possibilidades de trabalhos, e que a classe dominante, segundo a autora, era a detentora dos melhores cargos da administração — como os de tesoureiro, advogado, feitor, escrivão, etc. Nesse sentido, muitos destes cargos eram preenchidos pelo intendente, o que o tornava essencial para as disputas dos poderosos locais, ao criar alianças e conflitos.

Os sujeitos de classes inferiores, por sua vez, também poderiam adentrar a Real Extração através de empregos escolhidos pelo intendente, pelo fiscal ou pela Junta, para ocupar cargos como o de ferreiro, carcereiro, porteiro, etc. A autora cita a estimativa de Antônio Olynto, demonstrando que os empregos da Real Extração chegariam em torno de cinco mil pessoas em 1781. Havia outros cargos que eram da Comarca, e afetavam o Distrito Diamantino, como o de provedor dos Defuntos e Ausentes, o de provedor da Coroa e Fazenda, o de capitão-mor das Entradas, dentre outros. A autora afirma que “a distribuição destes ofícios era uma maneira segura de conseguir aliados, protegendo seus favorecidos e distribuindo favores” (FURTADO, 1996, p. 97-99).

Os demais artigos tratam de outros problemas dentro do Distrito Diamantino, como a compra de diamantes extraviado (art. 24), as tropas de pedestres que havia na Demarcação (art. 28), as lojas, quitandas e os armazéns que deveriam ser altamente controlados em sua quantidade (art. 33). Essas são algumas dessas outras leis, que não estabelecem algum serviço ou ofício dentro da Real Extração, mas tratam da organização social e econômica da região.

Carmem Rodrigues apresenta em um dos mapas de seu trabalho a região onde a Real Extração estaria presente, denominado “Carta topográfica das terras diamantinas em que se descrevem todos os rios, córregos e lugares mais notáveis que nela se contém”. Tal mapa fora feito sob ordem do Marquês de Pombal, para se conhecer de forma aprofundada o espaço geográfico que se tornaria a Real Extração, e planejar as ações que seriam tomadas.

Mapa 2: Carta topográfica das terras diamantinas em que se descrevem todos os rios, córregos e lugares mais notáveis que nela se contém



Fonte: “Carta topográfica das terras diamantinas em que se descrevem todos os rios, córregos e lugares mais notáveis que nela se contém”. Fonte: RODRIGUES, Carmem Marques. Os mapas das pedras brilhantes: a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre o Distrito Diamantino do Serro do Frio (1714-1771). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014, p. 140.

Neste mapa, a autora destaca que diversos elementos foram acrescentados, como os cursos de água presentes no Distrito, algumas lavras, alguns centros populacionais, alguns

quartéis, dentre outros elementos. Ela destaca que a fabricação do mapa deve se encontrar entre os anos 1770 e 1771, visto que:

O mapa contém informações sobre as áreas mineradas pelo último contrato dos diamantes, portanto, sua feitura, provavelmente, se deu entre os anos 1770 a 1771, quando o desembargador João Fernandes de Oliveira não estava mais no Tejuco. O recolhimento e a visualização dessas informações era de grande importância para o marquês de Pombal, pois sem contar com seu homem de confiança nas minas de diamantes, o monopólio régio sobre a exploração parecia ser a melhor solução a ser adotada. Dessa forma, o mapa contém uma série de informações que eram atuais e também históricas sobre a extração das pedras, o que demonstra o seu objetivo de proporcionar uma visão completa sobre a situação presente e pretérita da mineração dos diamantes, com vistas a instrumentalização das ações futuras. (RODRIGUES, 2014, p. 134-135).

Este é o mapa mais próximo do período aqui estudado, e nos permite visualizar melhor a região que iremos trabalhar nos próximos capítulos.

O método utilizado nesta investigação é o qualitativo, visto que foram encontradas poucas fontes para se realizar uma pesquisa de caráter quantitativo; portanto, realizaremos uma análise mais detalhada dos dados de cada documento. Outrossim, investigaremos por meio de comparação com outros documentos, pois desejamos realizar uma análise ano a ano da despesa da instituição.

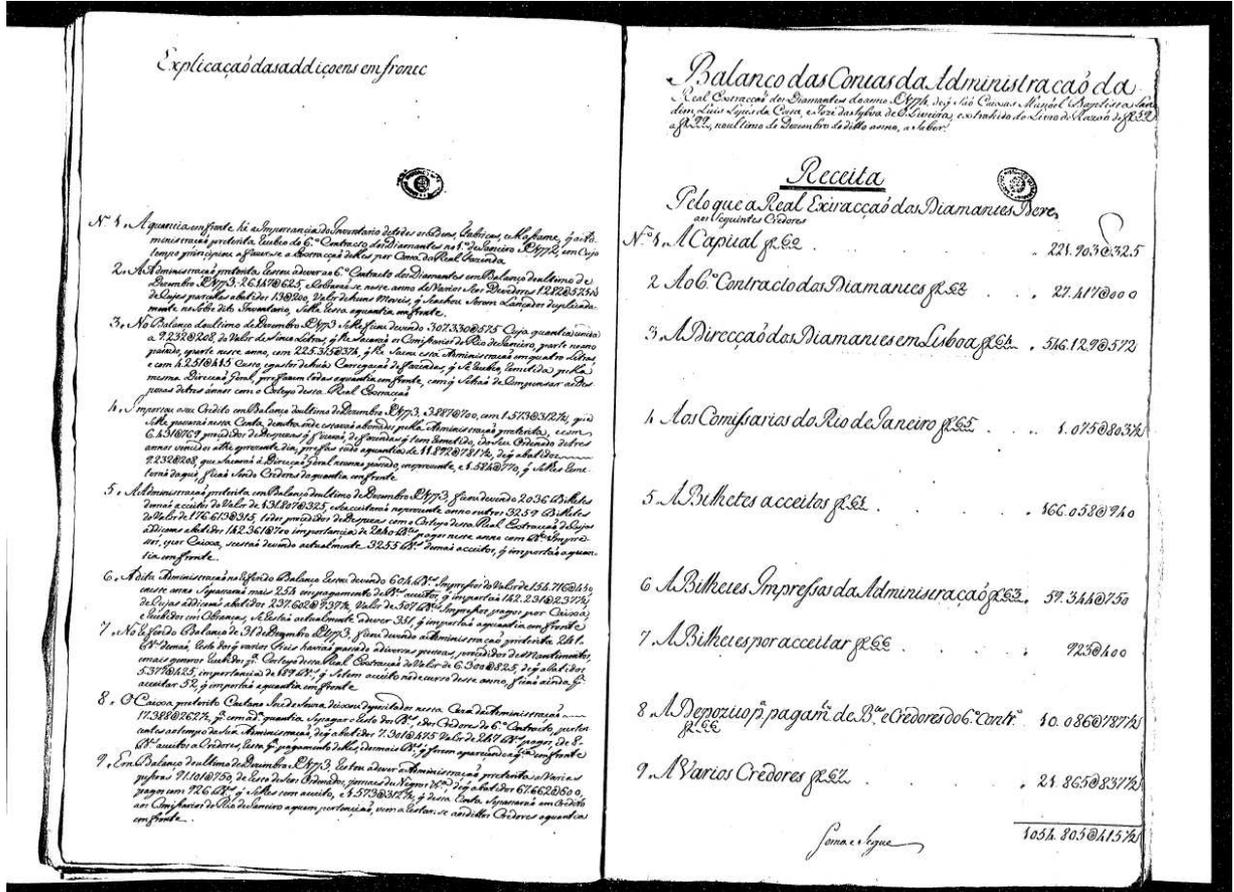
A pesquisa documental foi afetada pela pandemia do SARS-Cov-2 (mais conhecido como Coronavírus, ou Covid-19), que impossibilitou visitas aos acervos com documentos que seriam inicialmente usados para a produção desta dissertação. Tais documentos estão presentes no Museu Casa dos Contos, localizado na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais. Isto gerou alterações nesta investigação, como a redução do período delimitado, pois anteriormente era previsto a análise de dados até o início do século XIX.

Como inicialmente o previsto era trabalhar somente com os documentos físicos, tivemos que realizar um levantamento sobre os documentos digitalizados existentes sobre o tema dos diamantes, e mais ainda, sobre o tema das despesas da Real Extração — o foco deste trabalho. Realizando esta busca, encontramos algumas referências no acervo digital Arquivo Histórico Ultramarino (localizado fisicamente em Portugal) por meio do Projeto Resgate⁵. Tal projeto é uma cooperação entre o Brasil e outros países, especialmente com Portugal, tendo por objetivo “catalogar e reproduzir a documentação histórica manuscrita referente ao Brasil,

⁵ Link: <<http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate>>. Acessado pela primeira vez no dia doze de fevereiro de 2019

do período anterior à Independência⁶”. Um exemplo de uma fonte trabalhada nesta dissertação é está:

Figura 1: Exemplo de fonte – ano de 1774



Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 56.

A delimitação temporal compreende os anos de 1773-1775 e 1777-1779 — dois triênios nos quais foram encontrados os balanços econômicos que nos permitiram ver as despesas, receitas, lavras trabalhadas e demais informações que serão analisadas nos capítulos posteriores. Infelizmente, os anos de 1772 e 1776 não puderam ser introduzidos na investigação, tendo em vista que, para o primeiro não foram encontrados dados e, para o segundo, só obtivemos um balanço econômico da primeira metade do ano, o que diverge da ideia de uma pesquisa que abordasse o ano completo, considerando que poderia gerar alterações nas comparações entre os dados.

⁶ Site da Biblioteca Nacional. Link: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/projeto-resgate-barao-do-riobranco/>

Esta dissertação é dividida em três capítulos. O primeiro denomina-se “A Real Extração e sua historiografia”, a partir do qual iremos abordar os estudos econômicos feitos à instituição, através do recolhimento de dados que posteriormente serão comparados com aqueles encontrados nos outros capítulos.

Posteriormente, no capítulo dois, denominado “O balanço econômico da mineração durante dois triênios (1773-1775 e 1777-1779) da Real Extração”, nos aprofundaremos nos estudos dos dados obtidos nos balanços econômicos da instituição, bem como das suas despesas e receitas, confrontando os dados com os anteriores vistos na historiografia, e buscando estender mais acerca dos mesmos.

Por fim, entramos no último capítulo, que se intitula “As lavras diamantinas”, no qual trataremos sobre a produtividade das lavras trabalhadas nos seis anos destacados nesta pesquisa, assim como os documentos que nos apresentam o trabalho, a organização das mesmas e as influências do meio ambiente.

1. A REAL EXTRAÇÃO E SUA HISTORIOGRAFIA

No primeiro capítulo desta dissertação, voltaremos o olhar para a historiografia relativa a Real Extração, focando em autores que investigam aspectos econômicos, como a produção, receita e as despesas. Sendo esta última o cerne deste trabalho, faremos uma análise mais aprofundada dos dados produzidos por tais autores.

1.1. HISTORIOGRAFIA E DEBATE

A historiografia sobre a temática em estudo é um elemento que sempre deve ser analisado em qualquer pesquisa que se realize. Contudo, existem determinados aspectos de nossa história que já foram largamente trabalhados e profundamente estudados, enquanto outros não apresentam uma análise tão satisfatória ou abrangente, e é para isso que novas pesquisas devem ser feitas e novos olhares devem se encaminhar para velhos temas.

As pesquisas focadas nos diamantes mineiros não são tão amplas como as que tratam do ouro. Um dos possíveis motivos é a quantidade da exportação desse material para Lisboa, uma vez que o montante de ouro enviado foi muitas vezes superior ao do diamante. Também podemos supor que o não aprofundamento no tema decorre do controle territorial e social que havia naquela região que, desde o primeiro momento, fora observada atentamente pela Coroa portuguesa. Percebemos isso pela constante modificação dos modelos de exploração dos diamantes — primeiramente a livre extração; depois, os contratadores, e, por fim, a Real Extração, diretamente controlada pela Coroa, por meio de agentes diretos.

Iremos abordar diversos autores, tanto dos séculos XIX e XX, assim como mais recentes, que procuraram sempre aumentar a complexidade do tema estudado. Para realizar tal exposição, apresentaremos os pesquisadores na ordem de publicação das obras, iniciando com o autor estrangeiro Wilhelm Ludwig von Eschwege, que escreveu sua pesquisa no ano de 1833; depois, seguiremos ao Joaquim Felício dos Santos, que publicou sua obra em 1868. Posteriormente, citaremos Charles Boxer, que investiga a Real Extração e a produção dos diamantes em sua obra de 1962, tendo como subsequente o autor brasileiro Virgílio Noya Pinto, com uma obra do ano de 1979. O quinto pesquisador que trata da mineração dos diamantes é Júnia Furtado, com uma importante obra de 1996. Depois de Furtado, entraremos

nos autores mais recentes a publicar obras relativas ao Distrito Diamantino e sua economia, já escrevendo no século XXI — sendo o primeiro Ângelo Alves Carrara e o outro Régis Clemente Quintão.

É importante ressaltar que cada autor teve uma motivação ao escrever sobre a Real Extração, baseada nas suas concepções de mundo, e nas próprias necessidades que se apresentavam. Dos que serão apresentados, dois não são historiadores, mas escritores que se debruçaram sobre a temática dos diamantes; já os demais o são. Contudo, mesmo para os demais há desalinhamentos sobre as concepções de História, por dois motivos. O primeiro diz respeito ao espaço temporal amplo entre as obras, como a produção de Charles Boxer (1962) e a de Régis Clemente Quintão, uma das mais recentes, do ano de 2017. Assim, são 55 anos de diferença entre uma obra e outra. Neste interim, o mundo mudou, e as concepções e conceitos utilizados por historiadores variaram, mesmo as fontes e a pesquisa histórica se alteraram, abrangendo novos temas e novas fontes.

O segundo motivo trata-se das próprias concepções pessoais que reverberam na pesquisa, como a possibilidade de abranger olhares voltados somente para o econômico, ou para o social, ou institucional; ou seja, as escolhas feitas por cada autor, que refletem na construção de sua obra. Por exemplo, Ângelo Alves Carrara e Virgílio Noya Pinto se aproximam por terem um foco extremamente econômico em suas obras, mesmo que tenham uma separação temporal na formação das mesmas; por outro lado, Júnia Furtado e Régis Clemente Quintão parecem misturar o social e o econômico, tendo outros olhares.

Contudo, não podemos submeter uma obra à outra, ou classificá-las como uma melhor que a outra. Todas contribuem para a construção do que se entende como a Real Extração dos Diamantes, complementando o debate e tornando-o mais rico.

1.1.1. Wilhelm Ludwig von Eschwege

Houve diversos viajantes que visitaram as terras da América portuguesa e que falaram de suas belezas e de seu povo, assim como de suas riquezas. Nesta seara de autores, apresentaremos Wilhelm Ludwig von Eschwege, que escreveu a obra “*Pluto Brasiliensis*”, datada de 1833. Este alemão era geólogo e metalurgista⁷, e foi contratado pelo governo imperial português para ser o diretor do Real Gabinete de Mineralogia, criado em 1808 a

⁷ Para informações sobre a vida de Eschwege, vide: <<http://www.cprm.gov.br/publique/Redes-Institucionais/Rede-de-Bibliotecas---Rede-Ametista/Barao-de-Eschwege-519.html>>

partir da vinda da Corte para o Rio de Janeiro (ESCHWEGE, 2011, p. 21)⁸. Eschwege escreve em seu livro uma importante análise da mineralogia brasileira, expondo dados sobre o ouro, os diamantes, os mais diversos recursos minerais, a administração e a produção das regiões por onde visitou.

Assim como muitos autores que tratam dos diamantes, o autor busca retornar às raízes da descoberta dos diamantes e de como ela foi feita, repassando toda a descoberta e os períodos iniciais da exploração dos diamantes, no capítulo denominado “Diamantes. Administração diamantina. Pedras coradas”. No entanto, ele rapidamente passa para o Regimento Diamantino de 1771 e a instituição da Real Extração dos Diamantes no ano de 1772 (ESCHWEGE, 2011, p. 425), inserindo o Regimento completo em seu livro, bem como a Lei e Regimento do Fiscal dos Terrenos Diamantinos, de 1772. Porém, ele não faz uma análise de tal legislação, somente as apresentam para o conhecimento daqueles que irão ler a sua obra.

No capítulo intitulado “Produção e exportação de diamantes no período de 1740 a 1822”, o autor apresenta uma vasta documentação sobre a mineração dos diamantes no Distrito Diamantino, com tabelas que tratam da quantidade de diamantes extraídos em gramas, quilates, oitavas. A produção aurífera da região também foi sinalizada, bem como as despesas anuais em réis da Junta da Real Fazenda em Vila Rica. São dados extensos e que percorrem mais de oitenta anos de exploração mineral da região. Além disso, se faz necessário citá-lo, pois seu trabalho apresenta uma tabela com as despesas anuais da Real Extração, do ano de 1772 até 1785, que indica a produção de quilates de cada ano. A partir de tais dados, o autor faz uma conta estabelecendo uma relação entre o custo das despesas com a quantidade de quilates extraídos, obtendo a relação de 6\$842 réis de despesa por quilate de diamante.

O autor apresenta diversos dados que ultrapassam o recorte de nossa pesquisa; contudo, fica clara a importância do trabalho do autor alemão. Já no capítulo seguinte, ele faz uma análise profunda das formas de mineração empregadas em Minas, além de apresentar a geologia dos materiais na qual ele teve acesso, de forma extremamente minimalista. No capítulo posterior, Eschwege começa a debater a queda da produção dos diamantes e do ouro e, especialmente, a questão do contrabando, buscando apresentar seus dados e como ele

⁸ O livro foi originalmente publicado em 1833, contudo, nesta pesquisa iremos utilizar uma publicação feita pelo Senado Federal brasileiro no ano de 2011, com a tradução de Domicio de Figueiredo Murta.

influenciou de forma intensa a sociedade daquele período. O autor afirma, sobre a produção dos diamantes e o contrabando:

É notório que mais tarde, no regime da Extração Real, se não houve prejuízo, em compensação não houve lucro, o que, em parte, deve ser atribuído a contrabando, que foi aumentando de ano para ano fazendo baixar os preços das gemas na Europa. Até 1808 ano em que a Família Real chegou ao Brasil creio que a exportação clandestina deve ter sido igual em volume à das que passavam pelas mãos da administração. Dessa ocasião para cá, com a abertura dos portos brasileiros ao comércio de todas as nações, o volume de pedras contrabandeadas deve ter-se tornado duas vezes maior (ESCHWEGE, 2011, p. 474).

Dos primeiros autores, ele é o que mais destacou o papel dos diamantes mineiros e o tamanho de sua produção, utilizando de farta documentação e explicação sobre a administração régia e a mineração em si.

1.1.2. Joaquim Felício dos Santos

Autor de um dos principais livros que tratam da história do Distrito Diamantino e também da Real Extração, Joaquim Felício dos Santos é sempre uma importante fonte para qualquer estudo sobre a temática. Ele nasceu na Vila do Príncipe, sede da Comarca do Serro Frio, na Província de Minas Gerais, no ano de 1828. Dentre suas obras, possui um livro denominado “Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio”, a partir do qual faz uma apresentação da história do Distrito Diamantino, desde a descoberta dos diamantes até o final da Real Extração, perfazendo mais de cem anos.

Como dito acima, em sua obra, Felício dos Santos apresenta toda a história do Distrito Diamantino, começando pelo descobrimento do ouro e a expansão territorial gerado pela expansão aurífera, tratando também do descobrimento dos diamantes, e de como a Coroa buscou limitar o acesso à região, igualmente limitando a extração dos diamantes quando o valor dos quilates caiu. Ele narra diversos momentos da história da região perpassando o período da Real Extração e chegando até mesmo após a vinda da família Real para a América portuguesa, abordando também a quebra do monopólio da Coroa e a abertura da zona para outras empresas mineradoras. No último capítulo, o autor chega a tratar do final da Real Extração e de como ela se tornou um mecanismo obsoleto.

Todavia, sobre o período que iremos trabalhar nesta dissertação (os dez primeiros anos da Real Extração), Joaquim nos apresenta três capítulos — o XVI até o XVIII. No capítulo XVI, o autor apresenta o porquê de os períodos dos contratadores ter chegado ao fim, e

apresenta o Regimento Diamantino de 1771, também chamado de “Livro da Capa Verde”. A apresentação do Regimento é algo muito importante neste autor, visto que ele será lembrado por considerar a legislação como:

Palavra que excitava o terror na demarcação diamantina: era como o espantalho, que continha os criminosos. O brasileiro não se recorda com mais horror da Ordenação do livro 5º, o ateniense não falaria com mais respeito do código sanguinário de Dracon! Se os tijuquenses tivessem algum dia de fazer uma revolução, seria com o fim de obterem a sua revogação. Quando em 1821 proclamou-se a constituição das cortes no Tijuco (e nós também fizemos a nossa pequena revolução), de envolta com os vivas, que demos a liberdade, ouviram-se repetidos morras ao Livro da capa verde (SANTOS, 1868, p. 158).

Neste trecho, podemos observar a forma que o autor transmite uma visão da legislação como algo opressivo para a população. Esta visão será uma base para diversos olhares futuros, das mais diversas gerações de autores que verão a Real Extração e seu Regimento fundador como uma pesada ferramenta sobre a população do Distrito Diamantino. Ele faz um resumo da legislação, apresentando alguns dos artigos presentes, de maneira singela, mas que reforça a sua visão da opressão da Coroa para com os habitantes da região. O autor destaca que a legislação não era algo novo, mas uma reedição de leis anteriores; não obstante, o que ele problematiza é o poder que a legislação poderia dar para o Intendente, chegando até a afirmar que ele poderia declarar pena de morte a alguém, sem precisar passar pelos meios de comuns da justiça e defesa (SANTOS, 1868, p.165).

Felício dos Santos considera que a nova legislação trouxe declínio econômico para a região devido à proibição da exploração aurífera, o que teria feito com que uma parcela da população, livre e cativa, entrasse na miséria. Em consequência dessa miséria, a Real Extração alugaria os escravos por um preço menor do que seria possível; porém, com o excesso de mão de obra disponível, houve uma organização de quem e de como seria o aluguel dos escravos. Após isso, o autor introduz os bilhetes da extração, importante mecanismo de pagamento das despesas da instituição. Segundo o autor:

Quando a administração não possuía fundos, e era preciso comprar mantimentos ou gêneros do país, pagar os aluguéis de escravos, os jornais de trabalhadores, ordenados dos empregados, ou fazer qualquer outra despesa, passava letras para serem pagas quando chegassem as quantias da consignação, que lhe fazia a fazenda real: estas letras foram os celebres bilhetes da Extração. Eles vinham de Lisboa impressos e encadernados em livros. De cada quantia devida se faziam dois bilhetes idênticos: um que se cortava pela tarja, que havia no meio da folha, e entregava-se ao credor, e outro que ficava no livro, que assim servia de registro para a conferência, que se devia fazer na ocasião do pagamento (SANTOS, 1868, p. 167).

Podemos observar a importância que o autor dá para a caracterização dos bilhetes. Ele mesmo chega a afirmar que eles ocuparão parte especial na sua narrativa da história do Distrito Diamantino. Isto, visto que eram fundamentais para o funcionamento da economia local, que nem sempre possuía a moeda de troca ou ouro disponível para a comercialização. Os bilhetes, entretanto, não foram uma solução estável para os problemas de falta de recursos, conforme Felício dos Santos:

Mas posteriormente os bilhetes da Extração foram-se desacreditando, pela falta de pontualidade na remessa dos fundos, que ela devia receber para pagá-los; e porque muitas vezes suas despesas anuais excediam a quota consignada; e então a administração lutava com sérios embaraços para saldar sua dívida passiva (SANTOS, 1868, p.168).

Já no capítulo XVII, o autor destaca desde o início que o primeiro caixa da Real Extração foi Caetano José de Souza, um antigo trabalhador da região que já havia ocupado cargos no último contrato. Este detalhe é importante, pois iremos ver o nome deste sujeito nos documentos a serem analisados no segundo capítulo —no qual, pela ocupação de caixa, ele teria a função de assinar os relatórios enviados para Lisboa. Uma mudança importante destacada por Felício dos Santos foi o ganho de autoridade do fiscal na nova organização, afirmando que anteriormente o caixa era superior ao fiscal, e que este era nomeado pelo governador de Minas; contudo, a partir de um decreto de fevereiro de 1772, a nomeação passou a se dar por ordem régia, e o fiscal se tornou uma autoridade maior que a do caixa. O autor traz uma descrição bastante detalhada das novas funções hierárquicas do fiscal. Neste trecho, ele afirma que:

Tinha voto deliberativo nas sessões da junta administrativa [...]. Todas as ordens e determinações da corte lhe deviam ser comunicadas, com quanto na sua execução se devesse guardar o mais escrupuloso segredo. Todos os livros e papéis da administração lhe eram patentes. O intendente em negócio algum de importância, despachava sem primeiro ouvir seu parecer, que todavia não estava obrigado a seguir. O fiscal podia requerer tudo o que entendesse a bem da real fazenda ao intendente ou a junta: denunciar os criminosos e contrabandistas; promover a expulsão e despejo das pessoas suspeitas. [...] Eram-lhe subordinados todos os oficiais da intendência: estes só podiam deixar de cumprir suas determinações, quando evidentemente se manifestassem contrárias as ordens do intendente (SANTOS, 1868, p. 170).

Isso nos mostra como houve um aumento do poder do fiscal e uma alteração profunda na hierarquia administrativa do Distrito Diamantino.

Depois de explanar sobre tais mudanças, Joaquim Felício dos Santos começa a descrever o número de escravos que a Real Extração possuía, e a quantidade de diamantes minerados durante todo o período desta instituição, definindo que, apesar da mineração ser

um monopólio régio, a comercialização e venda desses diamantes na Europa continuava na mão de contratadores — neste caso, comerciantes das praças europeias, como exemplificado pelo autor quando cita que o primeiro contrato de venda foi ganho por Gil de Mester, a partir do qual houve inúmeras prorrogações, chegando ao final somente ao término do ano de 1786.

O autor relata que em outubro de 1772 morreu o intendente Francisco José Pinto de Mendonça, havendo um hiato até 1773 quando João da Rocha Dantas e Mendonça foi nomeado intendente e desembargador, enquanto como fiscal foi nomeado José Januário de Carvalho. Este novo intendente foi responsável pelo Distrito Diamantino durante todo o período aqui analisado. Segundo Júnia Furtado, ele ficaria no cargo até o ano de 1782. Outro tema destacado por Felício dos Santos é a organização do envio dos diamantes para Lisboa, que se dava através de um cofre lacrado, onde ficavam os diamantes extraídos no ano; esse cofre deveria ser lacrado na presença do intendente e era feito um termo, que deveria ser redigido num livro específico. Além disso, eram feitas três cópias deste termo: uma deveria ser direcionada para os diretores em Lisboa; outra para o inspetor geral do erário régio; e a última ficava com os caixas para se realizar a entrega do cofre.

Ainda no capítulo XVII, o autor nos apresenta o cenário em que estava a região no ano de 1773, afirmando que houve um período anormal de secas e depois um período de chuvas intenso que destruiu muitas roças e gerou fome nas populações mais pobres. Conjugado a isso, Felício dos Santos destaca que, em sua visão, a execução do Regimento Diamantino agravou a situação, primeiro pelo isolamento da região, e depois pelo impedimento das lavras auríferas, o que teria tirado o trabalho de uma parcela da população, que sobreviveu somente dos aluguéis dos cativos. O autor afirma que tais aluguéis não seriam o suficiente para suprir as necessidades dos gêneros alimentícios (SANTOS, 1868, p. 174). Ele afirma que:

Nestas circunstâncias se achava o distrito, quando a diretoria de Lisboa mandou que a Extração diminuísse os serviços e resumisse as suas despesas. A grande abundância de diamantes extraídos pelo desembargador João Fernandes de Oliveira, durante o último contrato, havia enfartado na Europa o mercado deste gênero e fizera baixar consideravelmente o seu preço; [...]. Assim, a diretoria ordenou que se despedisse grande parte dos trabalhadores e empregados da administração do Tijuco, não podendo as despesas desta exceder de 200:000\$000 anuais, [...] (SANTOS, 1868, p. 174-175).

Derivado dessa parca venda de diamantes, ele afirma que foram despedidos mais de 300 empregados e cerca de 3000 cativos e forros. Houve trocas de cartas entre a administração local e a lisboeta, deixando claro que as ordens régias eram para que os desempregados “tornem esses moradores para suas antigas habitações nas quatro comarcas das Minas” (SANTOS, 1868, p. 176). Ou seja, aqueles que não tivessem onde trabalhar

deveriam deixar a demarcação. Entretanto, o autor afirma que tais medidas não foram prontamente seguidas, e que a diretoria local despediu gradualmente os empregados, buscando amenizar os sintomas da crise alimentícia e monetária econômica.

Ao fim do capítulo, o autor destaca os problemas gerados pela cobrança do quinto e sobre as tentativas de evitar o garimpo e o contrabando dentro do Distrito Diamantino. Sobre o quinto, Felício nos informa que, desde 1751, ficou definido que os moradores de Minas deveriam enviar cem arrobas de ouro para a fazenda real; caso não conseguisse ser completada a meta, far-se-ia uma derrama na província. O autor destaca que, no ano de 1770, não haviam conseguido completar as cem arrobas de ouro, e, em julho de 1772, ficou definido que a Comarca do Serro Frio deveria pagar 6,204 oitavas. Ele continua afirmando que parte fora arrecadada, mas a população reclamava em dar o restante. Ele diz que:

Entretanto a junta da fazenda não se cansava em expedir reiteradas ordens para a Câmara efetuar a cobrança do restante da quota devida: determinava-lhe que lançasse mão de todos os meios coercitivos para obrigar os povos ao cumprimento do dever (SANTOS, 1868, p. 181).

Até em 1779 tal questão ainda era debatida, com cartas em nome da rainha D. Maria I obrigando os povos ao pagamento da pendência de 1772. Houve atrito dentro da região, visto que uns culpavam os outros pela demora do pagamento, e a população evitava pagar. Chegou ao ponto de os tesoureiros serem demitidos. O intendente João da Rocha Dantas de Mendonça foi contra as demissões e buscou defendê-los, alegando que tal mudança poderia gerar caos dentro da demarcação. O autor também destaca um importante elemento:

O ano de 1771 foi o último, em que se preencherão as cem arrobas de ouro por meio da derrama. Nos anos seguintes houve sempre desfalque, mas nunca foram satisfeitas, apesar das reiteradas ordens da corte para que se lançasse a derrama pelos povos e dos esforços da junta de fazenda de Villa Rica. Assim as faltas foram se acumulando de ano em ano, até que a junta representou a corte a impossibilidade de sua cobrança. As causas, que a levaram a isso, eram todas no interesse do fisco, e não em comisseração ao estado lastimoso, a que os pesados impostos haviam reduzido o desgraçado povo de Minas (SANTOS, 1868, p. 184).

Ou seja, para o autor, os próprios altos impostos para com a população dificultavam os pagamentos da derrama, que geravam insatisfação na população mineira.

Já sobre a questão de combater o contrabando e o garimpo ilegal, o autor destaca que, em março de 1775, o intendente escreveu um edital regularizando os trabalhos da Real Extração e reformando os diferentes quartéis que havia dentro do Distrito Diamantino: o quartel de Indayá, do Inhahy, de São Gonçalo, do rio Manso, do Mendanha e do Inhacica. Além disso, determinou também sobre as patrulhas que seriam realizadas na demarcação.

Havia duas patrulhas de pedestres, cada uma seguindo uma rota. A primeira se iniciava pela ponte de S. Gonçalo, indo para a barra do O, Acaba-Saco, Paraúna, Cachoeira, Datas de El-Rei e Caldeirões. Já a segunda patrulha começava pelo Mosquito, seguia pela Lavra do Mato, depois pelo S. Pedro, e então por Cangica, Galvão, Caetemerim e pelo córrego de São João. Essas regiões podem parecer estranhas em um primeiro momento, mas, no próximo capítulo, quando formos analisar os custos de manutenção da Real Extração, iremos nos deparar com tais lavras. Portanto, é interessante o autor citar como se dava o patrulhamento da região. Santos cita que essas patrulhas duravam cerca de dez meses, visto que eles examinavam os rios, córregos, serras e campos ao redor dessas regiões, e assim que terminavam voltavam para o Arraial do Tijuco, de onde recomeçavam as patrulhas. Apesar dos maiores cuidados, o autor afirma que havia homens que conseguiam se esconder de tais tropas, e contrabandeavam diamantes para fora da demarcação, assim como conseguiam minerar ilegalmente os diamantes.

Já o terceiro capítulo que vamos citar de Joaquim Felício dos Santos será mais breve, pois somente parte dele cabe nesta análise — visto que o restante passa de nosso recorte temporal. O elemento a ser citado é a exploração, por parte da Real Extração, dos diamantes na serra de Santo Antônio do Itacambirussú, segundo o autor conhecida somente como Serra e pertencendo aos termos de Minas Novas. Ele afirma que já se conhecia a existência dos diamantes na região; contudo, pelo medo de aumentar as despesas e pelas negativas por parte da administração lisboeta, somente em 1781 iniciou-se uma política institucional de minerar na região. Segundo o autor:

Deram lucros vantajosos as primeiras explorações tentadas na Serra; e como a mineração prometia ainda melhorar, resolveu a junta levar labor mais importante, para o qual mandou o feitor João Ferreira Coelho com uma segunda tropa de 150 trabalhadores. Esta deliberação foi posteriormente aprovada pela diretoria, e assim estabeleceram-se na Serra os serviços da Extração, que continuaram por muitos anos (SANTOS, 1868, p. 190).

Contudo, segundo o autor, o líder dos garimpeiros ilegais (denominado João Costa) decidiu enfrentar as forças militares da Real Extração, e voltou a garimpar na Serra. Segundo Felício, houve enfrentamento e, apesar de os garimpeiros estarem em menor número, as forças reais estavam perdendo. Devido a isso, pediram ajuda do governador D. Rodrigo José de Menezes —que estava no cargo desde 1780 — contando-lhe o que havia ocorrido. Segundo a narração de Felício dos Santos, o governador teria visto uma oportunidade de aumentar sua fama e obter renome; por isso, teria decidido marchar contra os garimpeiros com duzentos soldados que iriam se juntar aos dragões e pedestres da Real Extração, trazendo

também dois canhões de artilharia. O autor busca narrar a sua saída do Arraial do Tijuco, citando que havia sido uma grande festa e que todos estavam certos da vitória. Neste ponto, podemos perceber um outro elemento muito forte na escrita de Joaquim Felício, que é a defesa do garimpeiro como um sujeito livre e que luta contra a tirania do Regimento Diamantino e da Real Extração, pois ele afirma que aquela tropa ia: “matar nossos irmãos, pobres párias do tempo, muitos dos quais levados à miséria, vítimas do despotismo dos mandões da metrópole, iam procurar um meio de vida no que se qualificará crime horrendo — o garimpo!” (SANTOS, 1868, p.191). Neste trecho, notamos a defesa do garimpeiro como o sujeito de bem, que luta contra a tirania e o despotismo do intendente e da instituição régia.

Entretanto, mesmo com uma “bela tropa”, como diz o autor, eles não estavam preparados para combater os garimpeiros, que se embrenhavam nas matas e serras, o que dificultava o confronto direto — uma clara vantagem para os segundos, que utilizavam do conhecimento do terreno e das matas para vencer a superioridade militar das tropas régias. Segundo o autor, os canhões eram inutilizados na região, e os garimpeiros:

[...] tinham tudo a seu favor: a natureza do terreno, a posição desvantajosa de seus contrários. Por entre as frestas de cada rochedo, em cada escondouro, em cada moita, em toda a parte, as tropas reais podiam contar com o inimigo oculto, emboscado, [...]. Muitas vezes quando as forças reais desalojavam, indo à cata do inimigo, que constava ter se reunido em certo ponto, por detrás das rochas, nas gargantas de um precipício, ou na espessura das brenhas, ouvia-se uma repentina detonação, erguia-se uma nuvem densa de fumo, e muitos soldados caíam mortos, depois nada mais se via senão o ligeiro trilhado, que deixavam os garimpeiros fugitivos [...] (SANTOS, 1868, p.192).

Segundo retrata o autor, os garimpeiros só perderam o conflito por imprudência. Ao reunirem-se nas margens do córrego das Mortes, as tropas reais os atacaram e os desbarataram, sendo que muitos foram mortos ou feitos prisioneiros, dentre eles o líder do bando, João Costa.

Dessas narrativas feitas pelo autor, podemos perceber que pouco se falou sobre os custos de manutenção da Real Extração. A menção ocorre somente de forma indireta, como quando se fala da necessidade de cortes de gastos, da demissão de trabalhadores e do medo de aumentar as despesas da instituição. Ainda assim, é fundamental revisitar o trabalho de Joaquim Felício dos Santos, tanto por sua narração minimalista de diversos eventos, quanto por sua importância e influência na historiografia nacional. Diversos autores posteriores a ele vão citá-lo e utilizá-lo como fonte para seus próprios escritos; isso demonstra a força e o prestígio que seu livro ganhou, sobrevivendo mesmo com as mais diversas revisões historiográficas.

1.1.3. Charles Boxer

Não só autores nacionais estudaram a produção dos diamantes do período colonial brasileiro. Pesquisadores de outros países também se dedicaram ao tema. Já foi citado aqui o autor alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege, que fez uma viagem pelas terras brasileiras por ordens da Coroa. Um outro exemplo é o historiador britânico Charles Boxer que, em seu livro “A Idade de Ouro do Brasil”, dedica um capítulo à questão dos diamantes. Neste capítulo, chamado simplesmente de “Distrito Diamantino”, já temos uma ideia da abordagem abrangente que o autor realiza visto que ele se dedica a apresentar um pequeno resumo da mineração dos diamantes, focando no período inicial, entre 1729-1739.

Boxer procura destacar como se deu o descobrimento dos diamantes, afirmando a importância de Dom Lourenço de Almeida para a oficialização da descoberta, sendo ele governador da capitania de Minas. Ainda, cita a experiência de Dom Lourenço em Goa, na Índia, como fator primordial para reconhecer que as pedras que os mineiros encontravam era o diamante. O autor cita que, ilegalmente, as pedras já estavam sendo mineradas, mas não se sabe afirmar quem foi o primeiro a perceber que eram diamantes; mas, afirma ter sido o governador o primeiro a entregar para a Coroa Portuguesa tais pedras.

No dia 26 de junho de 1730, foi promulgada o primeiro Regimento sobre a mineração de diamantes. Nele, foi definido o imposto de capitação de 5\$000 por escravo ou mineiro, e teve-se nova distribuição de datas. Os limites do Distrito Diamantino também foram determinados melhor e, segundo o autor, o Arraial do Tijuco logo ultrapassou a Vila do Príncipe, sede da Comarca do Serro Frio, em movimentação comercial.

O autor faz uma análise sobre as transformações no decorrer do tempo na organização do Distrito Diamantino, apresentando dados sobre o valor dos impostos pagos entre 1729-1739, pelos mineradores, e sobre os contratos dos diamantes num período posterior a este. Contudo, sobre a Real Extração e o período estudado nesta pesquisa, o autor relata muito pouco, destacando o valor de compra dos negociantes europeus e a centralização exacerbada por parte da Coroa.

1.1.4. Virgílio Noya Pinto

O historiador brasileiro Virgílio Noya Pinto também escreveu um importante livro sobre o comércio e a mineração brasileira, chamado “O ouro brasileiro e o comércio anglo-português”, já citado anteriormente, mas que agora iremos aprofundar. Em um dos capítulos, o autor destaca a comercialização de itens entre a América portuguesa e o Reino, sendo que, neste mesmo capítulo, existe um subcapítulo que trata da comercialização dos diamantes do Distrito Diamantino.

Como a maioria dos que estudam a extração dos diamantes em Minas Gerais, Noya Pinto começa reforçando as teorias sobre o seu descobrimento. Entretanto, mais do que falar sobre algumas histórias relacionadas ao descobrimento, o autor foca no impacto que isso teve no comércio existente de diamantes na Europa, salientando que:

O súbito derrame de diamantes brasileiros nas praças europeias, se de início foi motivo de comemorações em Lisboa, logo a seguir as quantidades chegadas começaram a alarmar a Corte e os comerciantes que faziam da raridade das pedras o ponto de apoio para seus enormes lucros. [...] Estava chegando a Lisboa o quádruplo do que ordinariamente vinha da Índia, e que nos grandes centros da Europa as pedras estavam sendo vendidas a 10 e a 15 por cento a menos que as primeiras partidas do Brasil (PINTO, 1979, p. 213-214).

Uma das formas encontradas pela Coroa de controlar o fluxo de diamantes foi primeiramente aumentar as taxas de capitação por escravo — que era de 5\$000 em junho de 1730 — para a 20\$000 em abril de 1732, chegando ao patamar de 40\$000 em dezembro de 1733. No entanto, tal medida não foi suficiente e, em 1734, a Coroa decretou a proibição da mineração dos diamantes, que perdurou até 1739.

Sobre a Real Extração, considerando o período estudado nesta dissertação, o autor não trata especificamente da sociedade ou dos custos de manutenção da instituição; apesar disso, ele apresenta dados sobre a quantidade de quilates minerados, o seu valor no mercado europeu e os nomes dos contratadores que fazem essa negociação nas praças europeias, destacando que existe um estacionamento em 8\$600 réis até o ano de 1775 no valor do quilate, e que, no ano de 1776, há uma alta neste valor, depois estabilizando em 9\$200 até 1785. O autor destaca ainda que, após o ano de 1785, começa a haver uma tendência de queda no valor, o que seria um sintoma não do enfraquecimento da mineração mineira, mas do início de um reflexo que a Revolução Francesa traria para os centros comerciais europeus.

A tabela 1 representada abaixo apresenta essa afirmação do autor, na qual demonstra os dados encontrados sobre as vendas dos diamantes na Europa:

Tabela 1: Diamantes: extração pela Coroa e venda por contratos (1772-90)

Real Extração			Venda por contratos na Europa			
Ano	Quilates extraídos	Ano	Quilates vendidos	Valor (em réis)	Preço médio do quilate (em réis)	Contratadores
1772	33.493	1772	39.981	343:936\$600	8\$600	Daniel Gildemeester
1773	50.343	1773	41.759	359:127\$400	8\$600	
1774	37.083	1774	60.945	524:127\$000	8\$600	
1775	36.877	1775	65.547	563:704\$200	8\$600	
1776	37.414	1776	65.794	665:828\$400	10\$119	
1777	40.517	1777	63.969	569:328\$550	8\$900	
1778	39.068	1778	65.753	585:290\$700	8\$901	
1779	39.479	1779	40.201	369:849\$260	9\$200	
1780	31.947	1780	37.000	340:400\$000	9\$200	
1781	38.605	1781	20.000	184:000\$000	9\$200	
1782	51.262	1782	20.000	180:000\$000	9\$000	
1783	48.117	1783	-	-	-	
1784	62.038	1784	37.500	345:000\$000	9\$200	
1785	37.528	1785	12.500	115:000\$000	9\$200	
1786	30.677	1786	40.567	360:216\$400	8\$870	
1787	28.404	1787	12.000	79:200\$000	6\$600	
-	-	1787	14.000	123:752\$591	8\$839	João Ferreira e Paulo Jorge
1788	28.630	1788	43.000	387:800\$000	9\$018	Benjamin Cohen e Abraão B. Cohen
1789	29.557	1789	36.000	315:000\$000	8\$750	
1790	31.664	1790	16.000	138:000\$000	8\$625	

Fonte: Diamantes: extração pela Coroa e venda por contratos (1772-90). PINTO, Virgílio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. São Paulo, Ed. Nacional, 1979, p. 222.

Essa tabela apresentada por Noya Pinto é pertinente, pois nos permite acessar os valores pagos por quilate e anualmente pelos diamantes extraídos no Distrito Diamantino. Possibilitando-nos realizar comparações com os dados sobre as despesas da instituição, avaliando os ganhos da coroa com a mineração da região.

1.1.5. Júnia Furtado

A historiografia nunca para de se renovar. Através de novos olhares e novos métodos, os pesquisadores passam a complexificar o entendimento sobre dada época, instituição ou personagem. No caso da Real Extração dos Diamantes, uma profunda revisão veio com os estudos de Júnia Furtado.

Em seu livro, denominado “O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração”⁹, a autora busca demonstrar como a sociedade diamantina era organizada, bem como sua relação com o Regimento diamantino e uma análise das relações de poder de quatro intendentess. O seu novo olhar sobre a região e a instituição régia faz uma oposição aos outros olhares anteriores, em especial ao de Joaquim Felício dos Santos. Onde outros enxergavam opressão e limitação, a historiadora destaca uma perspectiva de laços sociais e relações aceitas e defendidas pelos moradores. A própria autora, na introdução de sua obra, fala sobre essa visão do autoritarismo da Coroa visto pelos autores anteriores:

Segundo estes autores, a Coroa portuguesa exerceu sobre a sociedade diamantina um controle tão eficaz que foi capaz de imprimir-lhe uma singularidade em relação às demais áreas mineradoras. A excessiva centralização que marcou toda a Administração colonial teria obtido no Distrito excelentes resultados, ao contrário do resto da Colônia, [...] (FURTADO, 1996, p.25).

No primeiro capítulo de sua obra, Furtado procura, como ela mesma afirma, reconstruir uma imagem da sociedade do Distrito durante a Real Extração. Ela começa citando diversos autores, como Lima Júnior, o próprio Joaquim Felício dos Santos, Sílvio de Vasconcelos, dentre outros, afirmando que, em sua maioria, a visão era de um local oprimido pela força da Real Extração; contudo, ela apresenta uma petição feita pelos habitantes do distrito, desejando que o Arraial do Tejuco fosse elevado à categoria de Vila. Isso ajudaria a resolver pequenos problemas, e demonstrava como a região estava em ascensão. Essa elevação resultaria em mais autonomia político-administrativa para a região. Assim, a população não precisaria viajar para outras regiões para resolver pendências, sendo que na dita petição a população afirma que existiam vilas menos populosas do que o Arraial do Tijuco.

⁹ FURTADO, Júnia F. **O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração**. São Paulo, Annablume, 1996.

Além disso, a população estava em pleno crescimento, como apresenta a autora através de uma tabela comparativa da população do Tejuco, da Comarca do Serro Frio e da Capitania de Minas (FURTADO, 1996, p. 39). Isso nos ajuda a criar um entendimento sobre a região no período que será aqui estudado, visto que, neste quadro, podemos extrair a população do Distrito Diamantino no início da Real Extração, sendo esse número no valor de 4.600 habitantes.

Furtado destaca diversos dados da população da região e suas relações com a instituição régia, como número de inventários por ocupação e número de escravos dos inventariados. Esses dados, segundo a autora:

A maior parte da classe dominante, como já foi dito, esteve intimamente ligada à existência da Real Extração, na qual geralmente desfrutava de inúmeros cargos ou privilégios no aluguel de seus escravos. Pertenciam a ela desde pessoas bastante ricas e que geralmente ocuparam postos importantes na Real Extração, como João Antônio Maria Versiani, que foi guarda-livros e terceiro caixa da Administração. Ele possuía uma extensa fortuna entre casas, chácaras, dívidas a receber tanto da Real Extração, como de particulares, utensílios variados em cobre, latão, ouro, pedras, móveis, louças e oito escravos (FURTADO, 1996, p. 46).

Neste exemplo, podemos perceber a relação entre a ocupação na Real Extração e uma série de vantagens existentes. Versiani, que foi guarda-livros e caixa da instituição, será citado no próximo capítulo desta dissertação, devido a maior parte da documentação pesquisada conter sua assinatura como comprovação dos dados existentes nos mesmos, visto que tais documentos eram enviados para a diretoria em Lisboa.

A questão da escravidão também foi um tema que Furtado abordou em seu livro, afirmando que o contrabando dos diamantes era uma das formas que os escravos acharam para conseguir alcançar a liberdade — citando como exemplo o mulato Manoel Soares da Rocha, que pagou sua liberdade com diamantes contrabandeados; porém, neste caso, ele e mais um comparsa foram pegos. Sobre a escravidão, Furtado afirma que:

A escravatura era ao mesmo tempo foco de grandes instabilidades e motivo de preocupações e da mais severa repressão, empreendida não só pelas autoridades, que procuravam sustar o seu envolvimento em contrabandos, como por seus proprietários, que tentavam impedir que provocassem desordens sociais, se esforçando por manter seu patrimônio intacto. Apesar do excessivo controle que se tentava manter sobre a numerosa camada de escravos, utilizados nas mais diferentes atividades, mas principalmente na mineração e no patrulhamento da região, estes encontravam diferentes formas de resistir (FURTADO, 1996, p. 52-53).

Em relação à resistência, a autora destaca a formação de quilombos dentro da Demarcação que geraram investidas do poder régio para a destruição dos mesmos. Outro

ponto de vista leva em conta os crimes cometidos pelos cativos, tanto contra seus donos quanto para outros escravos ou autoridades.

Furtado destaca que o período entre 1775 e 1795 foi o momento de maior produção e lucro da mineração diamantina, e que esse foi um momento ímpar para o rendimento com o aluguel dos escravos para a mineração, revertendo parte do que era ganho pela instituição régia em benesses para a população possuidora de cativos.

Já no segundo capítulo, a autora começa a se aprofundar no próprio Regimento de 1771, também conhecido como o Livro da Capa Verde. Faz, inicialmente, uma crítica aos memorialistas por terem criado uma áurea a partir da qual se entendia que a população estava submetida a uma grande opressão; os intendentess possuíam poderes arbitrários que seriam independentes de qualquer outra forma de poder colonial. Ela destaca em especial o autor Joaquim Felício dos Santos como um dos criadores dessa visão atípica do Distrito Diamantino frente às demais regiões coloniais da América Portuguesa, sendo que tal visão perduraria por séculos. Contudo, para Júnia Furtado, o Regimento Diamantino de 1771 não passava de uma forma de reafirmar leis já existentes, como afirma neste trecho:

Examinando mais detidamente o Regimento, percebe-se que ele pouco trouxe de novo. A maioria de seus parágrafos já estava em vigor, sendo que muitos deles se aplicavam também a regiões exclusivamente auríferas. Além disto, esta lei se aplicaria em qualquer área diamantina e se estenderia a todos os crimes que envolvessem os diamantes em qualquer parte da Colônia. Ao longo de toda exploração dos diamantes, incontáveis ordens, bandos e leis foram emitidos na tentativa de impedir os descaminhos e aperfeiçoar o aparelho administrativo, judicial e policial. Este aparato jurídico, quase sempre caótico, constantemente reafirmava leis anteriores, que eram cumpridas com muita dificuldade (FURTADO, 1996, p. 64).

Neste pequeno excerto, já podemos ver o tom que a autora carrega em seu livro, o de desmistificar essa questão de uma autoridade exacerbada e opressora sobre a população local. E, para isso, ela retorna as legislações anteriores, buscando dados que comprovem que o Regimento Diamantino era parte de uma estrutura legislativa já existente, mas que precisava ser constantemente reforçada para ser cumprida.

A autora então passa a fazer uma análise bastante detalhada do Regimento, analisando as novas leis e suas referências anteriores. Por exemplo, o caso da expulsão de vadios do Distrito Diamantino, colocado no artigo 40 da nova legislação, que sentenciava a expulsão para o Rio de Janeiro e para a Bahia; em caso de reincidência, o indivíduo iria para Angola. Não obstante, em 1731, o Conde Gouveia (governador da Capitania) já havia afirmado algo parecido, ao expulsar os vadios existentes não só da Demarcação, mas de toda a capitania. Do

mesmo ano, a autora indica a existência de outra lei, só que originada da própria Coroa, sob a qual era determinada a expulsão dos vadios da Comarca do Serro Frio. No Distrito Diamantino haveriam duas leis parecidas: a primeira datada de 1739 — um bando escrito pelo governador Gomes Freire de Andrade que passava pela região —; e a segunda de 1753, um regimento editado pelo mesmo governador reforçava a expulsão daqueles que não possuísem ofício ou cargo dentro da Demarcação.

Assim, Júnia Furtado toca em diversas leis nesta busca por consolidar seu argumento, como contra o contrabando de diamantes, o controle da quantidade de moradores na região, e a necessidade de bilhetes para entrar no Distrito Diamantino — um processo extenso e profundo, que demonstra como o Regimento de 1771 era uma compilação de normas já existentes.

No terceiro capítulo, Júnia busca fazer uma relação entre os habitantes da região com a Real Extração, especialmente na questão da ocupação de cargos e na economia da região. É interessante que a autora já monta um quadro dessas relações na primeira página deste capítulo, afirmando que:

A classe dominante tejuca rapidamente se instalou nos cargos mais altos da Administração, graças aos quais desfrutava de inúmeros privilégios, e que serviram também para acobertar atividades ilícitas. As classes médias, compostas de brancos, negros e mulatos livres também puderam usufruir de cargos menos importantes, principalmente nas guardas que patrulhavam a Demarcação. Os escravos continuaram trabalhando na extração dos diamantes, agora alugados ao Estado, que pagava a seus senhores, jornais por seus serviços. Um grande número de vadios, desclassificados sociais, negros aquilombados rondavam o Distrito e se dedicavam principalmente ao garimpo clandestino dos diamantes. Outras atividades, além das relacionadas diretamente à mineração, continuaram existindo e forneceram importantes fontes de sobrevivência, como o comércio, a agricultura e a pecuária (FURTADO, 1996, p. 95).

Neste pequeno excerto, já podemos entender como funcionava, em partes, a sociedade do Tejuco e do próprio Distrito Diamantino, na qual a Real Extração era como um polo centralizador dos empregos da região. Portugueses normalmente ocupavam o cargo de intendente; contudo, os demais eram livres para serem alocados pela população local, tanto a elite nos melhores cargos disponíveis:

A classe dominante usufruía dos melhores cargos oferecidos pela Administração: feitores, administradores, guarda-mores, escrivão dos diamantes, guarda-letas, oficial da Contadoria, tesoureiro, advogado, etc. (FURTADO, 1996, p. 97)

Quanto às classes mais baixas, que também buscavam na Real Extração uma forma de ter um meio de subsistência:

Os indivíduos de classes sociais inferiores encontravam emprego na Real Extração geralmente escolhidos pelo intendente, o fiscal e a Junta local, como carcereiros, ferreiros, porteiros, capelães, aferidor, etc. O número de indivíduos, que tinham sua sobrevivência assegurada pela existência da Real Extração era por isto sempre alto. (FURTADO, 1996, p. 99)

A autora almeja mostrar essa íntima relação citando Antônio Olynto, o qual fez uma estimativa de que a Real Extração teria cinco mil empregados no ano de 1781, número próximo ao da população do Arraial do Tejuco no mesmo período. Porém, ela destaca que, além do salário recebido pelo cargo, mais importante era o aluguel dos escravos para a Real Extração e para as Companhias de Cativos, destacando que:

Tão importante quanto os salários que recebiam eram os privilégios advindos, tanto maiores quanto mais importante o cargo, sendo que o maior deles era ter o direito de alugar escravos para a Real Intendência e para as Companhias de Cativos, o que se tornou importante fonte de renda para a população, sendo que o número de escravos que cada um podia alugar era variável, dependendo do cargo ocupado. Além dos jornais recebidos por seus escravos, estas pessoas tinham a vantagem de terem seus escravos trabalhando nos dois pontos estratégicos da Demarcação: os serviços e as rondas (FURTADO, 1996, p. 99-100).

Alguns moradores viveriam dos aluguéis de seus cativos, é o que afirma a autora, sendo que tal prática era ponto comum a todas as camadas sociais livres da região; ou seja, toda a população tinha uma simbiose com a estrutura da Real Extração, perdê-la seria perder uma fonte de renda e de privilégios. Sendo que tais privilégios eram muitos, desde a fuga ao recrutamento obrigatório de cativos e senhores. Além disso, os cargos mais altos tinham isenções de certos impostos e cargos vitalícios. Esses são exemplos destacados pela autora.

Furtado também destaca que o aluguel dos escravos poderia ser para as Companhias de soldados pagos ou cativos, sendo duas Companhias de Pedestres e duas Companhias de Cavalaria. As tropas de pedestres, que eram formadas por cativos, serviam para patrulhar a Demarcação e buscar evitar a saída ilegal de produtos da região, em especial os diamantes. A autora descreve que uma dessas Companhias de Pedestres era organizada e paga pela Intendência dos Diamantes e a outra paga pelo governo da capitania. Segundo o que relata, a primeira custava aos cofres da Intendência 8:526\$500 réis anuais, gastos com o salário deles. A autora afirma, ainda, que as Companhias de Cavalaria e a de Pedestres eram fontes de emprego para a população, respectivamente, para livres e cativos. Sabe-se que o serviço

militar era uma das formas de se ascender socialmente no período, e os cargos eram cobiçados pelos moradores, em especial os mais altos.

Furtado destaca duas outras atividades importantes na região: a agricultura e o comércio. A agricultura como uma outra atividade para os habitantes do Distrito Diamantino, sendo que sempre teria sido vital para o empreendimento da mineração, tanto para subsistência, quanto para negociação. Já sobre o comércio, a autora afirma que houve a presença de lojas secas e molhadas nos mais diversos arraiais da Demarcação, assim como uma forte presença de mascates. Sobre o comércio, a autora também cita o Regimento Diamantino:

O Regimento, em seu § 33, ordenava que o intendente reduzisse o número de lojas imediatamente posterior à instalação da Real Extração. A partir daí não podiam estabelecer lojas novas até seis léguas ao redor da Demarcação; também ficava proibida a entrada de mascates e comissários volantes (§ 38). Estas duas proibições, apesar de constantemente reafirmadas, nunca se deram por efetivas. A presença de mascates na Demarcação foi constante e nunca interrompida, e sempre salientada porque frequentemente se envolviam em contrabandos, extravios ou outros crimes. (FURTADO, 1996, p.113)

Havia o medo do contrabando de diamantes e de outros gêneros, não só pelo receio de não ter controle sobre as fronteiras e a desvalorização dos produtos, mas também pela perda de recebimento dos impostos. A autora realça dois impostos como sendo os principais: as entradas e os dízimos, sendo que o primeiro se referia a todos as mercadorias que entrassem na capitania de Minas, rendendo em média (conforme afirma a autora) 120:000\$000. Já o dízimo era uma taxação sobre toda a produção local, rendendo em média 60:000\$000. Além desses, existiam outros, mas nenhum alcançava o rendimento destes dois.

No quarto e último capítulo da obra de Júnia Furtado, ela faz uma reflexão sobre as relações de poder entre o intendente e o governador da Capitania de Minas. Segundo a autora, as relações:

[...] foram marcadas por uma grande diversidade de formas, dependendo dos ocupantes de ambos os cargos. Ocorreram momentos de cooperação, afastamento negligente e de enormes conflitos, mas os governadores dispunham de poderes e instrumentos legais para obrigar os intendentes a acatarem as suas ordens. Se alguns deles se abstiveram de interferir nos problemas da Demarcação, e, mesmo contrariando ordens reais, usaram o Regimento para justificar que ali não tinham jurisdição, outros atuaram ativamente exigindo o cumprimento de ordens, por vezes deixando transparecer interesses ligados a grupos locais, o que provocou controvérsias (FURTADO, 1996, p. 129).

Um dos argumentos que a autora utiliza é o número de prisões por autoridade no Distrito Diamantino entre 1772 e 1808, sendo que, de um total de 332 prisões, 253 foram ordenadas pelos governadores; cerca de 76,2%, e somente 34 foram deliberadas pelo intendente — ou seja, número que corresponde apenas a 10,2% das prisões (FURTADO, 1996, p. 130). Isso demonstra que os governadores tinham uma atitude ativa no interior da demarcação, superior a qualquer outra autoridade. Segundo a autora, isso poderia ocorrer por ordem da própria Coroa, especialmente quando ocorria uma irregularidade muito grande.

Outro dado interessante que a autora nos apresenta é a quantidade de prisões por ano, de 1771 até 1807. No ano de 1772 há um pico dessas prisões, havendo um total de 94 prisões, que representa 26,8%. Os outros anos que chegam próximos desse valor, temos os anos de 1782 e 1788, com os valores de 66 e 37 prisões, respectivamente. Isso representa que, mesmo nos períodos iniciais da Real Extração, onde se pensa que o intendente teria a maior força interna, o governador teve uma interferência intensa, que se manteve nos demais anos da instituição régia mesmo com valores menores.

Furtado passa a fazer uma análise de quatro governadores e suas relações com a intendência durante seu governo. Eles eram: O Conde de Valadares; Antônio de Noronha; Rodrigo José de Meneses; e, Luís da Cunha Meneses. Destes, os três primeiros se enquadram ao período delimitado de nosso estudo, enquanto o quarto é de um momento posterior. Um dos argumentos utilizados pela autora para a diferença de atuação desses governadores no interior da Demarcação — além de serem por escolhas pessoais — deve-se a política metropolitana, que passou por duas modificações neste período:

O período pombalino permitiu a ascensão da classe dominante aos principais cargos administrativos coloniais. Seu sucessor, Martinho de Mello e Castro, tentou implantar a partir de 1777 uma política mais ortodoxa. Segundo ele, o modelo de Pombal só servira para aumentar os descaminhos, pois procurara reorientar a economia e a Administração colonial para os interesses da burguesia mercantil metropolitana. Enormes conflitos ocorreram com as famílias que há muito desfrutavam de privilégios e cargos, principalmente nas Minas. Os governos de Rodrigo José de Meneses e Luís da Cunha Meneses foram marcados por estas disputas (FURTADO, 1996, p. 134).

O Conde de Valadares foi o governador do período do estabelecimento da Real Extração. Segundo a autora, ele foi instruído a cuidar da execução do Regimento Diamantino de 1771. Para a autora:

A relação entre Valadares e o intendente dos diamantes, Francisco José de Mendonça, foram de cooperação, porém marcadas por uma profunda desconfiança. O governador emitia ordens ao intendente, exigindo o seu cumprimento, falando sempre em nome da Coroa e como seu legítimo encarregado. Sempre se referiu ao intendente como um funcionário

subalterno, que deveria cumprir suas ordens e mantê-lo informado de tudo que acontecesse (FURTADO, 1996, p. 136).

Através de um intermediário, o comandante de tropas Francisco José de Aguillar, o governador se manteve consciente de todas as informações pertinentes da Demarcação. O governador, por meio de seu informante e de outros, vigiava os funcionários e a força policial, buscando evitar os contrabandos e o garimpo ilegal.

Outro elemento que a autora ressalta sobre esse governador foi a tentativa de aumentar a arrecadação dos impostos, evitando os desvios ou o seu não pagamento. A autora salienta que os próprios fiéis, como eram chamados os cobradores de impostos na região, eram os responsabilizados em primeiro lugar. Buscando sempre reaver o que fora burlado, mas (segundo ela), sem nunca buscar interferir no comércio, algo essencial para a organização do Distrito Diamantino.

A autora afirma que a relação entre o governador e os intendentess que atuaram no seu governo foi complexa, tendo diversas formas. Contudo, ela afirma que sobre todas ficava uma tensão, um ambiente propício ao conflito. Júnia apresenta alguns aspectos dessa relação, de modo que o primeiro refere-se à noção de que o intendente era um “funcionário subordinado à sua autoridade” (FURTADO, 1996, p. 142). Ele atuava como se não houvesse nenhuma mudança imposta pelo novo Regimento, enquanto os próprios intendentess requeriam as suas ordens em diversas questões. O outro elemento é um já citado, correspondente ao uso de oficiais das tropas da Demarcação como responsáveis de mantê-lo informado sobre todos os acontecimentos da região e da ação do intendente, como o destacado neste excerto:

Em março de 1772, o governador comunicou a Pinto de Mendonça a possibilidade de serem traficantes de diamantes alguns protegidos seus, entre eles Heitor de Sá, homem poderoso no Tejuco. Ordenou que fizesse minuciosas investigações, dando buscas nas casas, sequestrando papéis e inquirindo a respeito, pois o fato já era notório entre a população local. Cuidadoso em sua correspondência, Valadares eximiu o intendente de cumplicidade, colocando a culpa nos homens e principalmente os deste território (FURTADO, 1996, p. 143).

O segundo governador trabalhado por Júnia Furtado foi Antônio de Noronha, que atuou entre 1775 e 1779 e tentou manter uma política de distanciamento com o Distrito Diamantino. No entanto, conforme afirma a autora, essa neutralidade ou não interferência foi por vezes rompida por ordens régias, visando destruir grupos de contrabandistas de diamante — como o acontecido em 1778, onde foi descoberto diamantes contrabandeados em um navio

na capital portuguesa. Neste caso, foi ordenado ao governador atuar dentro da Demarcação para procurar os envolvidos, além de vigiar os funcionários da Real Extração.

O terceiro governador referente ao período aqui estudado foi Rodrigo José de Meneses, e os intendentess no seu período foram João da Rocha Dantas e Mendonça. Júnia destaca que os conflitos entre eles logo ocorreram, primeiramente motivados por um embate com o fiscal do período, José Antônio de Meireles Freire e, depois, pela descoberta de diamantes na Serra do Santo Antônio do Itocambirussu com uma forte presença de garimpeiros.

No ano de 1782, o governador decidiu fazer uma expedição militar para desarticular o garimpo ilegal na Serra do Itocambirussu, de modo que, ao voltar à Vila Rica, escreveu uma carta para Melo e Castro relatando as irregularidades existentes dentro da Demarcação. Ainda na região diamantífera, Rodrigo de Meneses ordenou a abertura de devassas contra a população que poderia ter envolvimento com o garimpo e o contrabando. Além disso, deixou um destacamento no Distrito Diamantino regido por homens de confiança do governador (FURTADO, 1996, p. 153). Segundo a autora:

O governador ordenava a perseguição e a prisão de suspeitos. Chamava a atenção por deslizes e irregularidades cometidas e exigia o patrulhamento dos rios e córregos. A numerosa população do Distrito, sempre acrescida de mascates, cobradores de dívidas e outros que transitavam por ali, dificultava a ação policial. [...]Rodrigo de Meneses se inteirava de vários pormenores do funcionamento da extração dos diamantes. Tudo lhe interessava e fazia parte de sua estratégia para servir fielmente ao rei. Na Serra de Santo Antônio, utilizava-se de outro comandante de sua confiança, também ali designado, o capitão Manoel da Silva Brandão. Por seu intermédio, se informava do número de escravos usados, do ferro, do aço e da pólvora empregados, do tempo e dos serviços que se trabalhou (FURTADO, 1996, p.156).

Por conseguinte, o governador participava efetivamente na vida local do Distrito Diamantino, buscando se inteirar de todas as informações e movimentações de dentro da região. Ainda, fez uma investigação fundamental para um novo entendimento da Real Extração, saindo de uma visão mais rígida sobre o Regimento e passando para um olhar de negociação entre a população e os intendentess. Um dinamismo e complexidade que não se via nos autores anteriormente citados.

Tais elementos construídos pela autora reforçam a sua importância no estudo da Real Extração dos Diamantes. Mais do que trabalhar somente elementos econômicos, ela nos apresenta uma nova visão para a região, para as leis e para a sociedade existente ali. Mesmo que este estudo não foque nos aspectos sociais da região, a contribuição da autora é essencial, e demonstra como novas fontes e novas percepções da história permitem tratar de temas há

muito debatidos pela historiografia. Ou seja, ela foi a primeira a tentar romper uma visão clássica do autoritarismo da Coroa e construir uma argumentação contrária.

1.1.6. Século XXI: novas investigações

Com a virada para o século XXI, muitos pesquisadores começaram a investigar sobre os diamantes mineiros e a Real Extração, o que gerou novas formas de entendimento sobre o período.

O primeiro pesquisador que iremos abordar é Ângelo Alves Carrara, que possui dois livros interessantes para debater a questão da Real Extração. O primeiro é intitulado como “O Distrito dos Diamantes, 1734-1757”¹⁰, que trata das diferentes variações na área do Distrito Diamantino.

Ainda que este trabalho não esteja dentro do período pesquisado, ele é essencial para o conhecimento da área ocupada pelo Distrito Diamantino. Como dito anteriormente, o autor destaca três grandes alterações da área original da demarcação, que é citada por Joaquim Felício dos Santos:

Colocaram-se seis marcos: o 1o na barra do rio Inhaí, e subindo o Jequitinhonha, foi assentado o 2o no córrego das Lages, uma lagoa acima de sua barra; o 3o foi assentado em uns penhascos da serra do Ó; o 4o junto ao morro das Bandeirinhas; o 5o em uma penha alta, chamada Tromba d'Anta, fronteira ao córrego das Bandeirinhas; e, seguindo as serras que rodeiam a Chapada, foi o 6o marco assentado na cabeceira do rio Pardo e descendo o Inhaí até à barra, onde começou, aí terminava a demarcação (SANTOS, 1868, p. 34).

As maiores alterações são feitas em 1739, 1753 e 1757, quando a área do Distrito passa de 1.871,82 km² para 4.305,90 km². Essas alterações foram realizadas pelo descobrimento de diamantes em novos córregos, e ampliando ainda mais o poder e a área de atuação da Intendência dos Diamantes.

Outro trabalho de Ângelo Carrara que cita o período da Real Extração dos Diamantes é o livro denominado “Minas e Currais – Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais 1674-1807”¹¹. Neste livro, fruto de sua tese de doutoramento, Carrara busca apresentar e debater a questão da atividade agropecuária nas Minas Gerais colonial, refletindo sobre a

¹⁰ CARRARA, Â. A. **O Distrito dos Diamantes, 1734-1757**. Juiz de Fora, Clio Edições, 2017.

¹¹ *Ibidem*. **Minas e currais**; produção rural e mercado interno de Minas Gerais. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.

sociedade que ali se criou, sendo as balizas temporais o ano de 1674 até o de 1807, o que o autor chamou de “o longo século XVIII”.

Ele destaca que havia dois modelos de produção em Minas: um escravista e o outro familiar, sendo que ambos eram próximos diferenciando-se mais quantitativamente do que qualitativamente. Pois o modelo familiar também se baseava na escravidão, mas com quantidades menores de cativos. Além disso, tanto a produção agropecuária, quanto a mineração tinham convergências, como o a necessidade do monopólio da terra e da água, fundamental para a produtividade de ambos os setores. Outro ponto destacado pelo autor é a existência de diversas Minas, que possuíam ritmos econômicos diferentes, além de velocidades de ocupação diferenciadas.

Um dos principais pontos para destacar deste trabalho de Carrara é uma tabela para conversão de oitavas de ouro em réis, reproduzido a frente pela tabela 2:

Tabela 2: Escrituração contábil e conversão de oitavas de ouro em réis

A	B	C	D	E	F	G
0	0	1	0-0-1	1	46,875	37,5
0	0	2	0-0-2	2	93,75	75
0	0	3	0-0-3	3	140,625	112,5
0	0	4	0-0-4	4	187,5	150
0	0	5	0-0-5	5	234,375	187,5
0	0	6	0-0-6	6	281,25	225
0	0	7	0-0-7	7	328,125	262,5
0	¼	0	0-¼-0	¼	375	300
0	¼	1	0-¼-1	¼1	421,875	337,5
0	¼	2	0-¼-2	¼2	468,75	375
0	¼	3	0-¼-3	¼3	515,625	412,5
0	¼	4	0-¼-4	¼4	562,5	450
0	¼	5	0-¼-5	¼5	609,375	487,5
0	¼	6	0-¼-6	¼6	656,25	525
0	¼	7	0-¼-7	¼7	703,125	562,5
0	½	0	0-½-0	½	750	600
0	½	1	0-½-1	½1	796,875	637,5
0	½	2	0-½-2	½2	843,75	675

0	$\frac{1}{2}$	3	0- $\frac{1}{2}$ -3	$\frac{1}{2}3$	890,625	712,5
0	$\frac{1}{2}$	4	0- $\frac{1}{2}$ -4	$\frac{1}{2}4$	937,5	750
0	$\frac{1}{2}$	5	0- $\frac{1}{2}$ -5	$\frac{1}{2}5$	987,375	787,5
0	$\frac{1}{2}$	6	0- $\frac{1}{2}$ -6	$\frac{1}{2}6$	1\$031,25	825
0	$\frac{1}{2}$	7	0- $\frac{1}{2}$ -7	$\frac{1}{2}7$	1\$078,125	862,5
0	$\frac{3}{4}$	0	0- $\frac{3}{4}$ -0	$\frac{3}{4}$	1\$125	900
0	$\frac{3}{4}$	1	0- $\frac{3}{4}$ -1	$\frac{3}{4}1$	1\$171,875	937,5
0	$\frac{3}{4}$	2	0- $\frac{3}{4}$ -2	$\frac{3}{4}2$	1\$218,75	975
0	$\frac{3}{4}$	3	0- $\frac{3}{4}$ -3	$\frac{3}{4}3$	1\$265,625	1\$012,5
0	$\frac{3}{4}$	4	0- $\frac{3}{4}$ -4	$\frac{3}{4}4$	1\$312,5	1\$050
0	$\frac{3}{4}$	5	0- $\frac{3}{4}$ -5	$\frac{3}{4}5$	1\$359,375	1\$087,5
0	$\frac{3}{4}$	6	0- $\frac{3}{4}$ -6	$\frac{3}{4}6$	1\$406,25	1\$124
0	$\frac{3}{4}$	7	0- $\frac{3}{4}$ -7	$\frac{3}{4}7$	1\$453,125	1\$162,5
1	0	0	1-0-0	1	1\$500	1\$200

Fonte: CARRARA, Â. A. **Minas e currais**; produção rural e mercado interno de Minas Gerais. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007, p. 75.

O autor destaca os seguintes itens na tabela 2: o A simboliza a oitava de ouro; o B a fração da oitava; o C o vintém de ouro; o D é a escrita estendida; enquanto o E é a reduzida; o F é o valor em réis das oitavas de ouro em barra e o G é o valor em pó. Esta tabela será utilizada a seguir, no capítulo 2, quando apresentaremos os balanços econômicos do ano de 1773. Visto que ele apresenta somente o valor final em réis, os demais dados foram anotados em oitavas de ouro. Para haver uma padronização nos dados, utilizou-se tal tabela do historiador Ângelo Carrara para a conversão destes valores.

Outro dado que nos interessa são os dados relativos aos preços de mercadorias agropastoris na região do Distrito Diamantino, entre os anos de 1774-1785. Segundo o autor, a série dos valores foi retirada dos livros de receita e despesas, que foram feitos entre os anos citados anteriormente. Com os dados obtidos, o autor criou outra tabela, identificando os gastos da Real Extração dos Diamantes com os alimentos, como se segue na tabela 3:

Tabela 3: Estrutura dos gastos da Real Extração dos Diamantes em oitavas de ouro (1778-1784)

Item	1778	1779	1780	1781	1782	1783	1784
------	------	------	------	------	------	------	------

Açúcar	17 ³ / ₄	19 ¹ / ₄	4 ¹ / ₄	14	17	17	14
Aguardente do Reino	8,5	1	1	½	-	-	4
Arroz	¾	6	6	-	2	-	4
Azeite	2	½	1	-	-	-	¼
Azeite de mamona	65	43	39	50	33	50	-
Bacalhau	24	14	6	-	-	-	-
Bois	-	-	378	323	479	158	295
Cachaça	5	15	3	10	3	2	9
Carne fresca	-	-	-	18.154	12.299	19.035	16.434
Carne seca	58	35	-	132½	52	111¼	134
Farinha de mandioca	813¼	780¼	977	719	355	652¼	977
Feijão	6.040¾	4.138½	5.879	7.142¼	8.879¼	7.233½	9.520¾
Fumo	520	1.526	186,5	617	-	521	1.679
Manteiga do Reino	2	1	¾	-	-	-	½
Milho	40.860¾	37.632½	47.632½	47.955	53.498½	52.156¾	57.608½
Rapadura	29	34	28	6	3	-	2
Sal	938	715	833	1.126	718	300	110
Toucinho	17½	17	8¼	1	-	-	-
Vinagre	6	3	3	2½	½	-	2
Vinho	23	11	5	13½	11	-	14
Gasto Total	19.811¾	17.135½	25.155½	25.155¼	29.020	25.057¾	31.791¼

Fonte: CARRARA, Â. A. **Minas e currais**; produção rural e mercado interno de Minas Gerais. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007, p. 91.

Observando os dados da tabela, o autor afirma que podemos perceber que o gasto com milho e feijão ocupou cerca de 60% do total, chegando até a 72% no último ano. Ainda sobre as culturas, o autor afirma que:

Milho e feijão eram os gêneros cujas roças ou cujos estoques empaiolados quase exclusivamente registrados. São essas as duas culturas que mais interessam ao maior número de pessoas: aos lavradores, na cobrança de seus dízimos e nos contratos de venda, aos garimpeiros que não os podiam cultivar, aos arrematadores de dízimo e ao Governo, que os comprava para o sustento de suas tropas. (CARRARA, 2007, p. 93)

Tais elementos agropastoris não se enquadrarão diretamente nesta pesquisa; contudo, nos balanços econômicos apresentados no próximo capítulo, constam as despesas com a

alimentação de cativos. Tais valores devem se relacionar, apesar da falta de detalhamento da quantidade de alimentos comprados pela Real Extração.

Vale ressaltar que Carrara possui outros trabalhos sobre a região e a mineração de diamantes. Porém, a Real Extração e o período em que esteve ativa não foi um tema profundamente abordado por ele em suas demais obras.

Outro historiador que iremos citar é Régis Clemente Quintão, com um profundo trabalho sobre o abastecimento de mercadorias no Distrito Diamantino. Sua tese de mestrado é intitulada “Sob o “régio braço”: a Real Extração e o abastecimento no Distrito Diamantino (1772-1805)”¹².

No primeiro capítulo, o autor destaca a relação da reforma pombalina com a monopolização econômica, na qual tem como uma das consequências a criação da Real Extração dos Diamantes. Conforme afirma Quintão:

Além da criação de sistemas monopolistas e da educação para o comércio, o ministro, com o propósito de afirmar e consolidar o poder régio e o papel do Estado como entidades institucionais e políticas dotadas de poderes absolutos e supremos capazes de dirigir, intervir e reformar a realidade nacional, não poupou esforços para o estabelecimento de um sistema de centralização das receitas e despesas do Estado. No cerne da reorganização econômico-administrativa, todas as medidas pombalinas visavam, conforme bem assinalou José Vicente Serrão, ‘evitar desperdícios financeiros, eliminando cargos desnecessários; conseguir uma maior racionalização e uma maior eficácia; estabelecer uma maior competência de organismos e cargos’ (QUINTÃO, 2017, p. 24).

O autor também afirma que as criações de Pombal não se limitaram ao Reino, mas também se estenderam ao ultramar, destacando o seguinte sobre a Real Extração:

Com sedes em Lisboa e no Arraial do Tejuco, além de dependente do Erário Régio, ela passou a controlar diretamente a produção e a venda das pedras preciosas, bem como todas as atividades ligadas ao processo. Reforçava-se, assim, o controle sobre os monopólios régios no momento em que se buscava cada vez mais transformar o aparelho burocrático e aprimorar o sistema fiscal existente (QUINTÃO, 2017, p. 26).

Após isso, ele faz um estudo sobre o fim do período dos contratadores e o início da Real Extração, destacando a organização da instituição, como se dava seu funcionamento e, novamente, a questão da monopolização. Ele destaca como este terceiro elemento se baseou na fidelidade do administrador com a Coroa e na sua habilidade. Neste sentido, dando como exemplo o primeiro caixa da Real Extração, Caetano José de Sousa, o autor afirma:

¹² QUINTÃO, R. C. **Sob o “régio braço”: a Real Extração e o abastecimento no Distrito Diamantino (1772-1805)**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

A administração podia-se fazer por conta da Real Fazenda, mas eram necessários bons administradores. Caetano José de Sousa, homem de estimada reputação, zeloso e honrado, como vimos na carta de sua nomeação, parecia possuir as características desejadas pela Coroa. Assim, baseado na confiança, houve uma espécie de pacto colaborativo entre a velha administração, conhecedora do espaço e do trabalho a ser feito, da qual não se poderia abrir mão imediatamente, e a nova, fundamentada em tendências de eficiência fiscal e regulação produtiva, por meio dos quais se poderia alcançar o objetivo maior de racionalidade administrativa e melhor controle econômico (QUINTÃO, 2017, p.34).

O foco da administração reinol na Real Extração era coibir gastos desnecessários e tentar diminuir o aumento das despesas no geral. Além disso, almejava elevar seus rendimentos. Isso era nítido, como afirma Régis Clemente, na política de controle de pessoal, a partir da qual havia reclamações sobre gastos exacerbados — um problema que persistiria ao longo da existência da instituição. Por isso, afirma o historiador, que mesmo com os dizeres da qualidade técnica do caixa, a diretoria começou a se queixar do aumento dos custos da operação e pelos equívocos, ao declarar os diamantes extraídos pela instituição como sendo remanescentes do último contrato.

Após a saída de Caetano José de Sousa, em 1773 iniciaram três novos administradores: Manuel Batista Landim; Luís Lopes da Costa; e, José da Silva de Oliveira. Ao falar sobre os três, o autor destaca:

[...] Aparentemente, eles empenharam-se mais no cumprimento das ordens vindas de Lisboa. Não houve total tranquilidade porque os referidos administradores repetiram alguns erros da gestão anterior, sobretudo no tocante aos saques de letras e ao aumento das despesas tidas pelos diretores como resultantes da falta de organização. Toda intenção de compra de qualquer mercadoria, por exemplo, deveria ser comunicada e justificada às autoridades da Direção Geral, o que nem sempre era feito pelos administradores. Ao contrário, porém, de Caetano José de Sousa, eles se correspondiam satisfatoriamente com os diretores, não havendo qualquer reclamação sobre o assunto (QUINTÃO, 2017, p. 47-48).

Esses três atuaram durante o período que iremos abordar, e somente Luís Lopes da Costa não irá abranger todo o período, tendo falecido no ano de 1775, segundo afirma o autor. Outro administrador que entra na delimitação temporal deste estudo é Miguel Ribeiro de Araújo, que é nomeado para o cargo em 1780.

Por fim, o autor faz uma breve relação do Distrito Diamantino e da Real Extração com o mundo, não só no sentido global, mas na sua relação com o resto da colônia portuguesa. Com isso, toca especialmente na ideia da região ser fechada para a migração, podendo adentrar somente aqueles que forem aceitos pela intendência. Além disso, como isso repercute

no que já foi escrito sobre o Distrito Diamantino — como os aqui já mencionados Joaquim Felício dos Santos e Júnia Furtado. Tendo a região um intenso fluxo comercial, tanto para a exportação dos diamantes quanto para a importação de mantimentos e objetos necessários para o abastecimento local.

No segundo capítulo de sua tese, Quintão realiza um extenso trabalho sobre os elementos importados para o Distrito Diamantino, desde vestuários e drogas de botica até as ferramentas necessárias para a mineração. Sobre a importância do abastecimento para o perfeito funcionamento regional, o autor afirma:

O sucesso da produção diamantífera dependia do controle do abastecimento. Destarte, os diretores e administradores organizaram um sistemático fornecimento a fim de garantir o êxito da empresa mineradora recém-criada. Anteriormente, afirmamos que os princípios de eficiência administrativa e fiscal do período recaíram sobre a Direção e a Junta Diamantina: [...] e, obviamente, maior domínio sobre questões ligadas ao abastecimento, sem o qual seria impossível dar continuidade à mineração (QUINTÃO, 2017, p. 55-56).

Dito isso, Régis Quintão faz uma análise de alguns autores que trataram da questão do abastecimento e das rotas comerciais existentes em Minas e na América Portuguesa, tocando também nas que cruzavam a região diamantífera e destacando a quantidade de produtos e seus valores no decorrer do tempo da Real Extração. Para exemplificar, citaremos os materiais para a mineração que, apesar de terem sido o elemento principal para uma plena mineração, não foram, em quantidade, os mais comprados — e sim as drogas de botica. Isso pode ser relacionado com os conceitos de bens duráveis e não duráveis, considerando bens não duráveis aqueles que são de uso único, como alimentos e remédios, mas que possuem uma necessidade constante. Já os duráveis, aqueles que possuem uma longa duração em seu uso, como máquinas e equipamentos produtivos¹³. Logo, as drogas de botica possuem uma necessidade constante e são utilizados rapidamente, enquadrando-se como bens não duráveis; já os materiais para a mineração, como as ferramentas, possuem uma durabilidade maior.

As importações tratadas pelo autor são relativas ao ferro, à pólvora, ao aço, a corda, dentre outros materiais. Nesse sentido, é interessante notar que o autor trabalha a questão da fundição de ferro na América Portuguesa, proibida até o ano de 1795, momento a partir do qual foi permitido que se explorasse o minério.

Como dito anteriormente, as drogas de botica diziam respeito aos mais diversos produtos importados para o Distrito Diamantino, como: materiais da mineração; vestuário;

¹³ Para ver mais detalhes, vide: Novíssimo dicionário de economia / organização e supervisão de Paulo Sandroni. - 13. ed. - São Paulo; Best Seller; 2004, pág. 51.

materiais de escritório; e, por fim, artigos diversos. Em cada um desses tópicos o autor desenvolve melhor os objetos que eram importados, assim como questões de quantidade e valor.

Já no terceiro capítulo, o autor desenvolve a questão referente ao comércio e aos alimentos, sendo este último fundamental para o desenvolvimento da região. Sobre a questão dos gêneros alimentícios, o autor trata da questão da carestia e de como ela tem uma profunda relação com a ideia de felicidade. Acerca disso, o autor afirma:

No caso da Real Extração dos Diamantes, além do combate ao extravio, as diligências acerca do abastecimento eram, certamente, formas de controlar a situação e evitar o caos que poderia advir de carestias que, em última instância, poderiam prejudicar o andamento da produção diamantífera e a arrecadação dos direitos reais. Acreditamos, no entanto, que o controle do abastecimento, de ordem social e legal, também era uma questão de “felicidade pública”, de bem-comum, pois as noções de paz e bem-estar da sociedade estavam entre os valores dos homens letrados da época e entre princípios dos que legislavam no século XVIII, conforme sustenta Ângela Domingues. Em sua extensa definição para a palavra “felicidade”, Bluteau ressalta que nela estão compreendidos termos como “segurança e prosperidade continuada”. Um abastecimento próspero era um dos objetivos da Administração Diamantina (QUINTÃO, 2017, p. 101).

Quintão retorna ao Regimento de 1771 para demonstrar como a legislação organizava a questão do abastecimento, proibindo lojas e casas de mercadorias que não fossem autorizadas pela Intendência no artigo 35, por exemplo.

Após isso, o historiador passa a tratar sobre o comércio, afirmando que a principal atividade econômica da Capitania de Minas, com a decadência da mineração, passou a ser a agricultura, com a exportação de alimentos. Quintão cita Meneses ao falar sobre a exportação de alimentos:

Havia, apesar disso, diversidade econômica, pois o comércio e as atividades agropastoris eram intensos e nunca foram impedidos pela Real Extração. Não somente nos arraiais e vilas dessa comarca, como nos da capitania de modo geral, existia uma satisfatória produção alimentar, seja em fazendas ou nos próprios quintais dos moradores, conforme Meneses chamou atenção em artigo recente. [...] A Real Extração abastecia e era abastecida. Certamente seus administradores poderiam recorrer às lojas existentes no Arraial do Tejuco, como a do português João de Azevedo Pereira. Ao analisar seu inventário post-mortem, Meneses evidenciou que o estoque de sua loja de fazendas secas era extenso (QUINTÃO, 2017, p. 105-106).

Com isso, evidencia também uma intensa relação com a Capitania do Rio de Janeiro:

No âmbito da circulação, a relação desta comarca [Serro Frio] com aquela capitania [Rio de Janeiro] era intensa. Comerciantes cariocas estavam presentes na área demarcada. Além disso, conforme expusemos, funcionários da Real Extração residentes do Rio de Janeiro, como o

comissário Francisco de Araújo Pereira, compravam ali e remetiam ao Tejuco quase tudo que fosse pedido pelos administradores (QUINTÃO, 2017, p. 107).

O autor destaca que o comércio envolvia tanto gêneros alimentícios quanto outros produtos. Sobre os alimentos comprados pela Real Extração, Quintão apresenta os valores consumidos pela instituição no ano de 1775, evidenciando o gênero do alimento, quem o consumia e o valor desses produtos. Neste caso, o autor afirma que o custo mais sobressalente era referente ao dos escravos, tanto aqueles que pertenciam à administração quanto os alugados pela população local.

Após os escravos empregados na mineração, vem em segundo lugar as cavalgadas e os condutores negros; já em terceiro lugar, os alimentos consumidos pelos enfermos. Além disso, ao citar José Newton Meneses, o historiador afirma que não há dados sobre os altos funcionários da administração diamantina. Então, poderíamos supor que eles consumissem os mesmos alimentos que o restante da população, pois a diferenciação se daria nos hábitos à mesa, como no uso dos talheres.

O autor também destaca que a administração da Real Extração colocava os artigos que comprava a venda para a população; ele afirma:

Seja como for, em 1775 as vendas da Administração totalizaram 5:196\$037½ réis, sendo: 487\$425 de “fazendas gerais”; 2:506\$350 de gêneros comestíveis; 2:060\$362½ de medicamentos; 18\$375 de móveis (um catre e duas mesas); 16\$800 pela venda de 5 esteios e uma “madre”; 97\$012½ por um escravo chamado Francisco; e 10\$312½ relativamente a um catre, 4 foices e uma serra braçal.350 Aqui também não constam os compradores, tampouco o destino das mercadorias. Por outro lado, houve maior detalhamento dos produtos vendidos, sobretudo no caso da mobília existente nos espaços internos da Real Extração (QUINTÃO, 2017, p. 111).

Essas vendas, destaca o autor, eram permitidas pela administração do Reino, que viam nessa opção uma forma de vender itens inúteis para a Real Extração, além de trazer um retorno para os cofres da administração. Em seguida, o autor trata da produção local de alimentos, afirmando que diversos viajantes (como John Mawe e Saint-Hilaire) diziam que o solo do Distrito Diamantino era infértil. O autor cita novamente José Newton Meneses, que afirma a existência de sítios, chácaras e fazendas que abasteciam a instituição. Ao citar Meneses novamente, Quintão afirma:

Não sabemos se tais homens e mulheres chegaram a negociar com a Real Extração o excedente produtivo. O autor citado [José Newton Meneses] não incorporou à sua análise, centrada na produção alimentar, a participação da Real Extração no controle e comércio do abastecimento de mantimentos na região e, muito menos, acessou a documentação que neste trabalho se

privilegia. As informações trazidas à tona, porém, confirmam a proposição do referido autor sobre a produção e comércio de alimentos se processarem em torno do Tejuco, já que a grande maioria dos inventariados por ele estudados eram domiciliados naquele arraial. Sem dúvidas, o Tejuco era “o centro dinâmico dessa economia”, onde produtores, comerciantes e moradores se encontravam, onde as transações comerciais ocorriam sob a inspeção da Junta Diamantina (QUINTÃO, 2017, p. 119-120).

Por último, o autor destaca os períodos de carestia que existiram durante o período na mineração dos diamantes, abordando alguns casos de desabastecimento na capitania de Minas. Citando os anos de 1772, quando ocorreu calamidades na região e o de 1773, com uma seca prolongada e uma forte chuva posterior, destruindo muitas roças e gerando carestia. Além destes dois exemplos, ele também cita o ano de 1775, evidenciando os problemas causados por esses problemas:

Nesse sentido, em 31 de outubro de 1775, os diretores gerais escreveram aos administradores sobre estarem cientes da suposta falta de mantimentos causada pela seca e, diante de tal situação, aprovavam todas as providências tomadas pelos ditos administradores no sentido de “remediar este dano, que devem continuar, e aumentar se for preciso, para que se consiga o desejado fim de que nunca se experimente falta do preciso nessa Real Extração.” É interessante ressaltar que a preocupação com as questões climáticas foram recorrentes no período em pauta. As autoridades e empregados elaboravam planos de trabalho para os longos períodos das secas ou das águas para não prejudicar os serviços de extração de diamantes. Se os fenômenos naturais ameaçavam o andamento das atividades extrativas, também é igualmente compreensível que concorressem para prejudicar as colheitas e reduzir a oferta (QUINTÃO, 2017, p. 126).

Em suma, o trabalho do historiador Régis Clemente Quintão é extremamente interessante e nos permite ter uma visualização melhor da organização da Real Extração e dos materiais comercializados por ela, seja localmente ou com importações.

Depois de apresentar os autores e suas obras que têm como referência a Real Extração, podemos observar um aumento da complexidade do entendimento sobre a mesma, e não só vê-la como uma entidade opressora e taxativa, mas também entendê-la como uma instituição onde os habitantes locais estavam diretamente ligados a ela, através dos empregos e dos aluguéis de escravos. E, não só isso. Do ponto de vista econômico, houve avanços, que buscaram maiores detalhes e lapidando os dados econômicos encontrados sobre essa instituição, permitindo-nos ter uma visão mais geral sobre seu funcionamento e as dinâmicas internas e externas.

Buscando ampliar ainda mais esses dados sobre a Real Extração, ao longo do próximo capítulo iremos entrar no cerne deste trabalho, tratando das despesas nos anos de 1773 a 1779.

Iremos investigar os balanços feitos nestes anos, destrinchando os elementos presentes, como quais lavras foram mineradas e os seus custos, gastos com os animais de carga, dentre outros dados presentes. Além disso, iremos comparar os dados obtidos com um documento elaborado posteriormente pelo Intendente Luiz Beltrão de Gouvêa.

2. O BALANÇO ECONÔMICO DA MINERAÇÃO DURANTE DOIS TRIÊNIOS (1773-1775 E 1777-1779) DA REAL EXTRAÇÃO

Como foi dito anteriormente, por meio dos trabalhos de diversos autores, a Real Extração começou suas atividades mineradoras no dia 1º de janeiro do ano de 1772, após ter sua base regulatória feita no ano de 1771, tendo sido um empreendimento ativo durante todo o final do período colonial da América portuguesa, até meados do Império brasileiro.

Neste segundo capítulo, iremos focar nos dados das despesas da Real Extração durante um período de seis anos, logo após seu estabelecimento e funcionamento. Assim, serão dois triênios, do ano de 1773 a 1775; e de 1777 a 1779. Infelizmente, não foi possível localizar os dados sobre o primeiro ano da instituição, o de 1772. De igual modo, a documentação encontrada para 1776 se mostrou incompleta, abrangendo somente a primeira metade do ano, o que gerou oscilações nos dados quando reunidos. Além das despesas, abordaremos também as receitas apresentadas nos balanços econômicos encontrados dos ditos anos, servindo como complemento ao nosso foco.

Uma questão importante é: por que refletir sobre a despesa? Muito se estuda sobre as relações das instituições, a trajetória dos ocupantes de seus cargos e, especialmente no período colonial e imperial, a relação da escravidão com as mesmas. Contudo, pouco se conhece sobre os custos de se manter uma instituição ativa, ainda mais uma que tem uma dinâmica tão diferenciada, por ser regida diretamente pela Coroa em pleno território colonial, por meio da monopolização da mineração. Pretende-se suprir essa lacuna da historiografia, com os dados e as hipóteses que serão apresentadas.

Nesse sentido, buscamos conhecer e entender como se davam estas despesas por meio dos balanços econômicos dos referidos anos, em que se apresentam listas dos custos anuais para o pleno funcionamento da instituição, partindo desde referências às lavras mineradas, até aos gastos com o hospital e os animais de carga. Ou seja, pretendemos abordar um grande leque de despesas que surgiam todos os anos.

Analisando os documentos presentes, um foi bastante chamativo¹⁴, tratando-se de uma síntese das despesas gerais da Real Extração do ano de 1772 até o ano de 1794. Tal documento é interessante por conter uma narração do Intendente do período — Luiz Beltrão de Gouvêa — acerca de diversos fatos da história do Distrito Diamantino, desde o início da mineração dos diamantes até o momento em que escreve seu parecer para a Junta de Lisboa

¹⁴ AHU_ACL_CU_011, Cx. 139\Doc. 46.

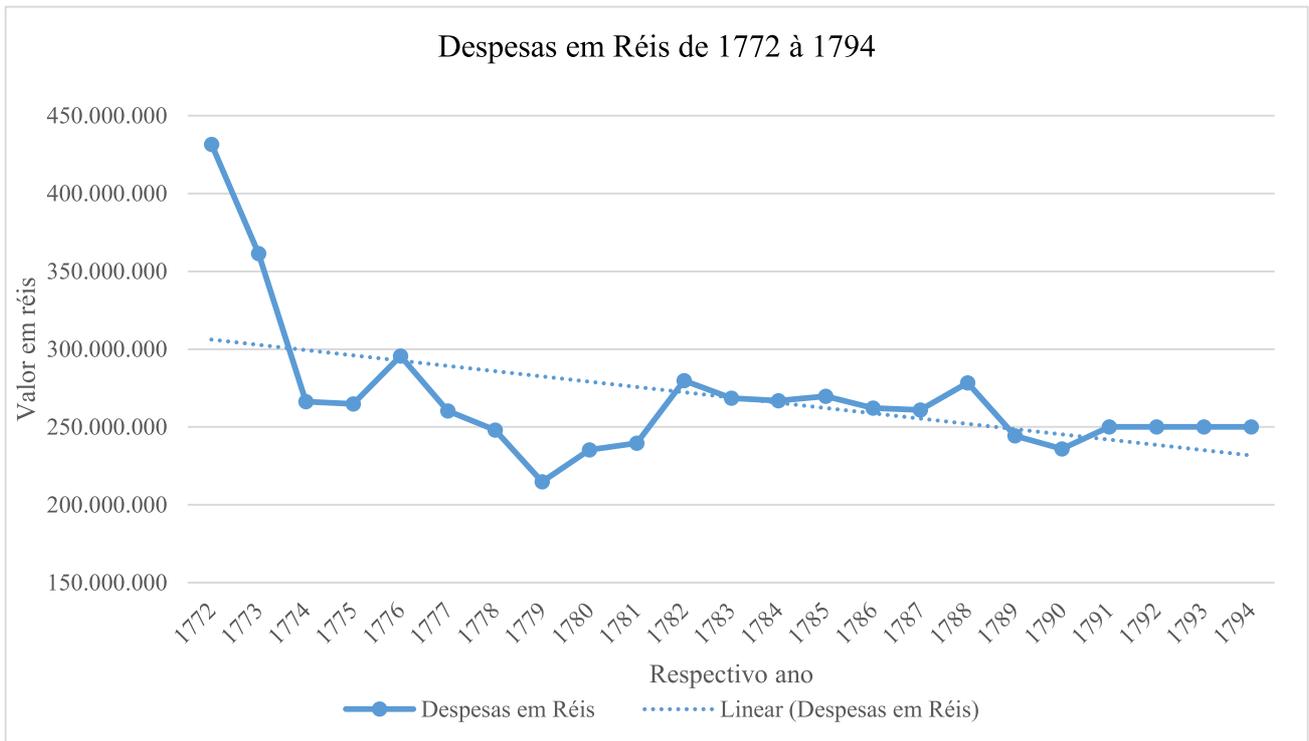
no início do século XIX. Segundo os dados apresentados pelo Intendente, as despesas da Real Extração seriam, em réis:

Tabela 4: Despesas anuais apresentadas pelo Intendente Luiz Beltrão de Gouvêa

Anos	Diamantes Extraídos (Oitavas)	Ouro Extraído (Oitavas)	Despesa
1772	1:932, 9/10, 1	1.3.583 3/10, 4	431:491\$462
1773	2.876, ½, 7	10.619, 3/10, 2	361:468\$500
1774	2.119, 1	10.559, , 6	266:305\$586 ½
1775	2.107, 1/10, 1	17.707, 1/10, 6	264:798\$698
1776	2.137, 3/10, 2	17.846, 3/10, 6	295:607\$091
1777	2.315, 1/10, 3 ^{1/2}	28.024, , 5	260:384\$173 ½
1778	2.232, 1/10, 7	25.592, 1/10, 7	248:066\$219
1779	2.255, 3/10, 7 ^{1/2}	25.106, 3/10, 7	214:766\$562
1780	1.825, 5 ^{1/2}	25.126, 3/10, 7	235:245\$067 ½
1781	2.205 , 1/10, 3 ^{1/2}	33.792, 3/10, 6	239:662\$086 ½
1782	2.928, 3/10, 1	28.297, ½,	279:816\$394 ½
1783	2.749, ½, 2	24.177, , 7	268:515\$714
1784	3.543, , 5	24.927, 3/10, 10	266:950\$282
1785	2.145, ½	18.234, ½ , 4	269:676\$202
1786	1.752, ¾, 7 ½	17.781, 1/10, 6	262:131\$925
1787	1.623, , 2	11.763, ½, 2	260:990\$858
1788	1.635, ,	15.553, ½, 3	278:488\$122
1789	1.688, 3/10, 7	15.482, , 6	244:369\$114
1790	1.883, , 1	12.881, , 4	236:021\$722
1791	1.621, 1/10, 1	13.564, ,	250:000\$000
1792	1.290, , 1	16.856, ½ ,	250:000\$000
1793	1.583. 3/10, 7	15.132, 3/10, 7	250:000\$000
1794	1.893, 3/10, 7	27.308, ½,	250:000\$000
Total	28.547, 1/10, ½	449.851. ¾ ,3	6.184:963\$810

Fonte: Projeto Regate / Fundo Minas Gerais (1680-1832) – AHU_ACL_CU_011, Cx. 139\Doc. 46.

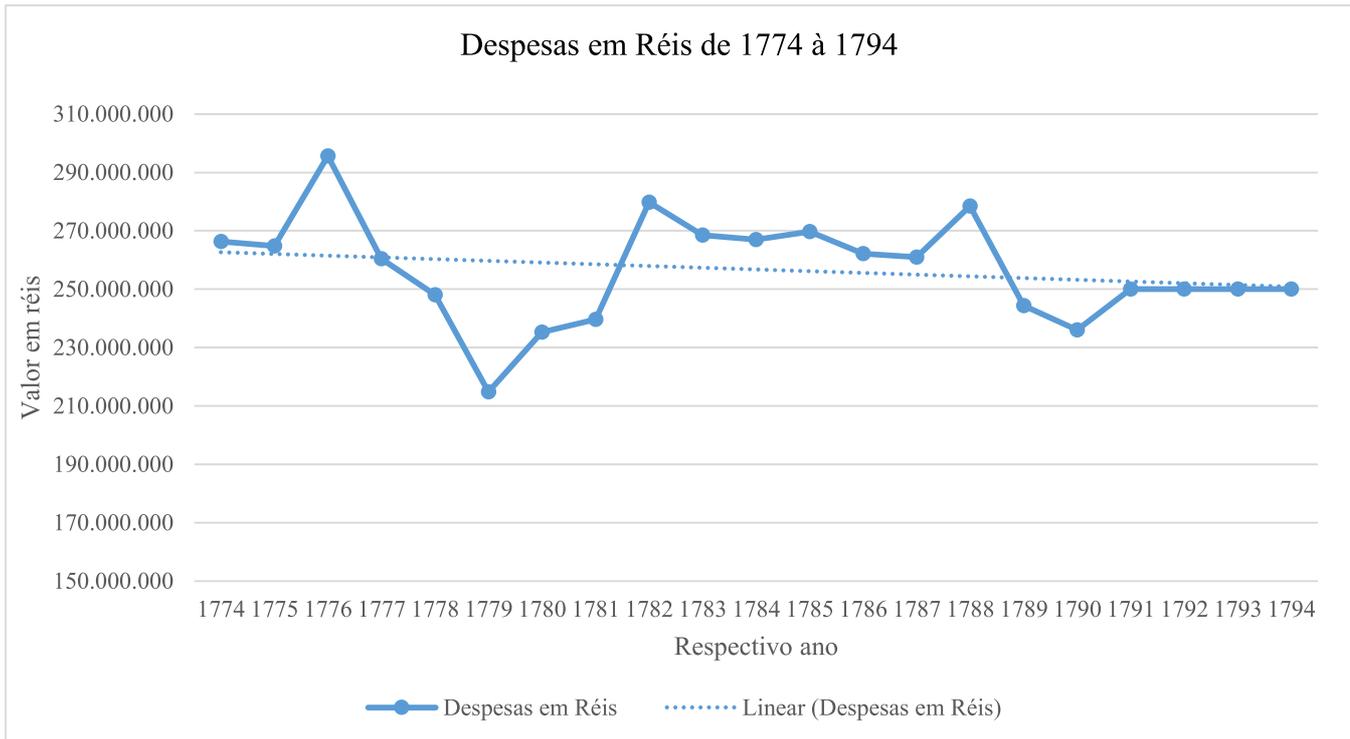
Segundo tais dados, podemos representá-lo no seguinte gráfico:

Gráfico 1: Despesas em réis de 1772-1794

Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 139\Doc. 46.

Como podemos perceber com estes dados informados pelo Intendente Luiz Beltrão de Gouvêa, os dois primeiros anos foram os que tiveram a maior taxa de despesas, possivelmente para a consolidação da instituição na região. No entanto, de 1774 até 1794, foi pouca a oscilação do valor, tendo a menor taxa o ano de 1779, com 214:766\$562 réis, e a maior, 1776, com 295:607\$091. Portando, com este documento, podemos perceber uma estabilidade, excetuando-se os dois primeiros anos que são destoantes dos demais. Porém, isto não poderá ser percebido nos demais documentos que iremos analisar para os seis anos da Real Extração, pois neles constarão um aumento progressivo das despesas. Podemos verificar a estabilidade ao retirarmos os dois primeiros anos do gráfico. Dessa forma, ele ganhará um contorno mais nivelado, mesmo que ainda esteja em um leve movimento de queda, menos acentuado do que anteriormente visto, como se segue:

Gráfico 2: Despesas 1774-1794



Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (16180-1832) AHU_ACL_CU_011, Cx. 139\Doc. 46.

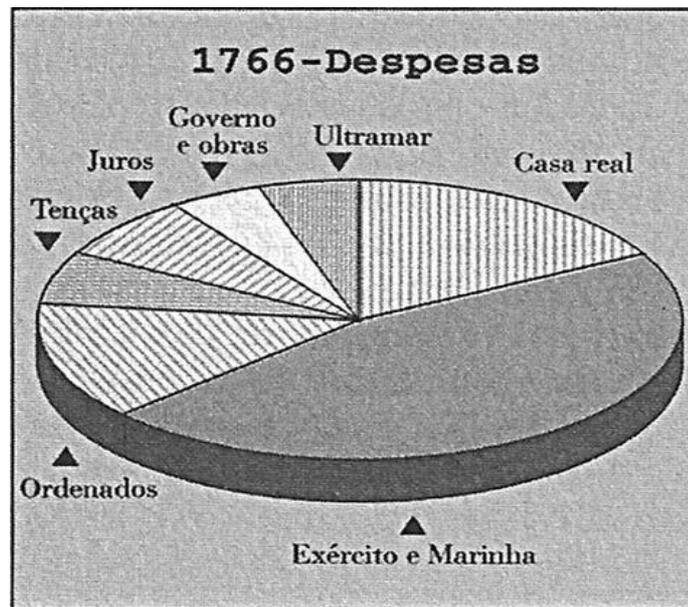
Podemos perceber que a taxa de queda se tornou mais estável neste segundo gráfico, em comparação ao primeiro, quando incluímos os dois principais anos com despesas mais altas, possivelmente devido aos gastos com o estabelecimento da Real Extração. Poderíamos afirmar que a estabilidade ainda estaria mais forte, caso houvesse uma continuação dos anos posteriores, já que, de 1791 até 1794, as despesas ficaram iguais, contribuindo a uma ideia de que ele permaneceria assim por mais anos.

Um fator importante para o bom entendimento desta pesquisa é termos noção do quanto esses valores representam no âmbito das finanças do Império Português. Antes de apresentar os números das finanças do Império, apresentamos como se dava a ideia de tributação e das finanças, destacando o autor António Manuel Hespanha, que afirma:

Depois, porque, na perspectiva tradicional, a riqueza do rei não era um bem superior ou sequer separável da riqueza do Reino, entendida como o somatório da riqueza dos súbditos; de onde, a riqueza do Reino fosse medida, segundo esta corrente do pensamento financeiro, pelo bem-estar e, logo, pela abundância da população (Magalhães, 1959, vol. 9, p. 157). Daqui decorria que as regras de ouro da gestão financeira fossem as mesmas que presidiam a toda a atividade de governo: as da justiça, ou seja, de que qualquer intromissão do rei no património dos vassallos deveria ser excepcional e que só seria legítima precedendo justa causa, igualdade e justiça materiais e processo devido (que poderia incluir o consentimento do Reino) (HESPANHA, 2013, p. 82).

De acordo com o autor, os tributos no Reino deveriam ter uma ideia de justiça; ou seja, deveriam ser pautados em uma justificativa adequada e na aprovação da população. Hespanha faz uma apresentação dos tributos existentes em Portugal e sua legitimidade, perfazendo esse aspecto nos séculos XVII e XVIII. Apesar desse artigo focar neste tema da tributação, o historiador português, nos anexos, apresenta três gráficos sobre a despesa do Império, sendo o terceiro o mais próximo do período aqui estudado, reproduzido abaixo:

Figura 2: Despesas do Império, ano de 1766



Fonte: HESPANHA, A. M. As Finanças Portuguesas nos Séculos XVII e XVIII. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS** (2013), p. 132.

Podemos notar pelo gráfico, que a maior parte das despesas portuguesas no período se concentrava na manutenção da marinha e do exército. Já as despesas do ultramar eram relativamente pequenas, sendo maior somente que as despesas com o governo, as obras e as tenças¹⁵.

Sobre dados numéricos relativos a essa questão das taxas e despesas no Império português, citaremos novamente o historiador Ângelo Alves Carrara. Em seu trabalho intitulado “As receitas imperiais portuguesas; estrutura e conjunturas, séculos XVI-XVIII”, o autor apresenta informações sobre a receita imperial portuguesa, detalhando os valores relativos de cada tributo e sobre a população residente na América portuguesa ao longo do

¹⁵ Tenças: significa uma pensão dada em remuneração a algum serviço feito. Fonte: <www.dicio.com.br/tenças/>.

século XVII. O autor afirma que “o maior problema com classificações no Antigo Regime reside em que os tributos são criados para fazer face às despesas, e não seguem uma lógica tributária facilmente adaptável aos preceitos contemporâneos”.

Assim como Hespanha, Carrara também expõe os dados relativos ao ano de 1766, com as receitas totalizando o valor de 7.820:886\$658 réis. Deste total, 103:339\$830 eram relativos a rendas fundiárias; 1.634:476\$228 à circulação de mercadorias do Reino; 242:382\$194 referentes a emolumentos, confiscos e propinas; 4.108:779\$887 a exportações e importações de mercadorias do ultramar, das quais 1.322:644\$741 correspondentes a parte atlântica e 9:263\$778 a parte asiática (CARRARA, 2011, p. 59-60).

Por fim, citaremos o autor Carlos Gabriel Guimarães, que nos apresenta dados relativos ao rendimento das capitanias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Importa-nos, aqui, a título de comparação, os rendimentos de Minas Gerais. Tal qual nos outros autores, os dados apresentados não foram compatíveis com o período aqui estudado, sendo relativos aos anos de 1795-1799. Segundo Guimarães, as despesas foram de 495:169\$575 réis no ano de 1795; 425:085\$676 no de 1796; 289:557\$044 para o ano de 1797, 522:299\$614 em 1798; e 385:945\$688 no ano de 1799. Assim, totalizando 2.118:037\$597 réis nestes cinco anos (GUIMARÃES, 2004, p.7).

2.1. OS DADOS SOBRE AS DESPESAS E AS RECEITAS DE 1773 A 1775 E DE 1777 A 1779

Os balanços utilizados para esta pesquisa, além de apresentarem as despesas da Real Extração, também expõem algumas das receitas da instituição. Trataremos rapidamente de cada item identificado nos documentos, sendo que podemos observar estes diversos elementos em quase todos os documentos, variando pouquíssimo, sobre as seguintes despesas:

- De vários devedores: segundo os documentos, trata-se de dívidas ativas da Real Extração, sejam elas criadas pelas pessoas empregadas nas funções da instituição, seja derivada de dívidas de anos anteriores;
- De obras da Intendência: pelo que é observado na documentação, esses gastos são originados dos ordenados dos oficiais e feitores da Instituição, além dos jornais referentes aos aluguéis dos negros escravizados e os custos de mantimentos para a sobrevivência dos mesmos. Outro gasto que poderia ser incluído nesta categoria são as construções da Intendência;

- De bens rematados: segundo a documentação, são bens que a Real Extração arrematou em praça, sendo especialmente móveis;
- De inventários: é uma despesa a partir da qual se agregam diversas outras, englobam-se gastos com as fábricas e os massames¹⁶, mantimentos, botica, propriedades e outros. Foi usado em poucos documentos;
- De conta suspensa: contas existentes que deveriam ser pagas; também fazem referência a gastos diversos, variando dependendo do documento na qual se analisa, podendo ser negros escravizados, mantimentos ou algum outro bem. Pode vir separada em um item específico ou também pode aparecer dentro das despesas gerais;
- De despesa anual da administração: gastos usuais da Real Extração referentes a cada ano;
- Despesas gerais, nas quais ficam descritos os gastos com hospital, abegoaria¹⁷, bestas de carga, escravatura, botica, mantimentos e outros. Tal qual as despesas de inventário, englobam diversos gastos. Normalmente, apresentam-se ou na forma de tópico de despesas gerais ou na forma de inventários, visto que tratam dos mesmos objetos;
- Despesas com as lavras: são os gastos de cada lavra para a extração dos diamantes e a lavagem de cascalhos, nas quais se abatem nas despesas o ouro extraído na dita lavra.

É interessante notar que nem sempre todas essas despesas estarão presentes no mesmo documento. Há variações nos itens que cada documento utiliza – pode haver um englobado dentro de outro, como o caso do item “conta suspensa”, que pode vir dentro do item “despesas gerais”. Estes dados são os eixos necessários para se compreender o custo anual da Real Extração, ou seja, para colocá-la em pleno funcionamento. Uma instituição sem igual neste momento do período colonial, dirigida e monopolizada diretamente pela Coroa Portuguesa através de seus oficiais.

Já sobre as receitas da instituição, há outros eixos. Contudo, eles são tão importantes quando os da despesa para nosso entendimento, pois eles convergem todos os documentos para a mesma padronização, o que nos auxilia em nosso entendimento da instituição. São estes:

¹⁶ Massame é o “lastro de pedras ou argamassa posto no fundo dos poços, cisternas, piscinas etc”. Ou seja, é algo relacionado à construção. Link: <<https://www.dicio.com.br/massame/>>.

¹⁷ Abegoaria é o “sítio próprio para preservar ou resguardar o gado ou os utensílios agrícolas de determinada propriedade rural.” <<https://www.lexico.pt/abegoaria/>>.

- A capital: compreende todos os valores do inventário decorrente do 6º contrato dos diamantes, como bens, móveis, lavras, dentre outros;
- A “Bilhetes Aceitos”: os valores recebidos pelos bilhetes emitidos como pagamentos no dito ano, que podem englobar algum outro ano, como o de 1773, que apresenta o ano de 1772 também;
- Ao 6º contrato dos diamantes: referentes aos valores que ficaram devendo o 6º contrato dos diamantes à Administração dos diamantes, tendo sido pagos aos poucos;
- A “Bilhetes impressos da Administração”: bilhetes adiantados para suprir as demandas da Real Extração;
- A “Inspeção Geral dos Diamantes em Caixa”: referentes aos créditos dos anos anteriores e os valores adiantados através do caixa, quando iam a região mineradora tomar posses de seus cargos;
- A confiscos: confiscos de pedras que seriam desviadas do Distrito Diamantino. É interessante destacar que, nesta parte, é descontado o valor dado aos negros escravizados que denunciavam o contrabando e aos que descobriam pedras maiores, que iam diretamente para a Coroa;
- Aos Caixas do Rio de Janeiro: tais valores referiam-se a créditos gerados pelos custos do envio dos diamantes para o Rio de Janeiro, em especial com a tropa dos pedestres, que fazia a segurança da comitiva. São valores que gastos em excesso e que voltavam para a Administração diamantina;
- A “bilhetes por aceitar”: são bilhetes que ainda deveriam ser aceitos, mas que não partiam da Real Extração, e sim do consumo da população para suprir mantimentos pessoais, que deveriam ser futuramente aceitos pela administração e quitados pela população;
- O “depósito para pagamento de Bilhetes do 6º Contrato”: valores que entravam para a receita da Real Extração referentes a bilhetes emitidos no 6º contrato dos diamantes, mas que só eram liquidados no dito ano que consta no balanço;
- A vários credores: diversos credores que deviam a Administração Diamantina, valores que seriam abatidos pelos jornais dos escravos ou dos ordenados dos sujeitos. O que não pudesse ser abatido entraria nesta dívida que deveria ser liquidada;
- A “Direção dos Diamantes em Lisboa”: eram valores enviados pela Direção de Lisboa para o custeio da Real Extração em Minas como compensações de diversos gastos gerados no ano anterior, que deveriam retornar aos cofres em Minas.

Nem todos estão presentes ao longo dos seis anos deste estudo, mas a maior parte se repete padronizadamente, o que facilita o nosso entendimento sobre a receita dos ditos anos. Iremos apresentar os documentos na ordem cronológica, iniciando no ano de 1773, por ser o primeiro ano a termos a documentação, e iremos até o ano de 1779, com a exclusão de 1776. Posteriormente, à apresentação dos dados, faremos uma análise dos mesmos.

2.1.1. Ano de 1773

O balanço do ano de 1773 se inicia em 1º de janeiro e vai até o último dia do mesmo ano, fazendo parte de uma correspondência de João da Rocha Dantas e Mendonça, Desembargador e Intendente dos Diamantes. O balanço foi feito pelo Caixa Caetano José de Souza, e foi assinado e certificado por João Antônio Maria Verciani, Guarda Livros da Real Extração dos Diamantes, e por outros nomes, no dia 13 de junho de 1774.

Este documento possui uma peculiaridade frente aos demais, já que apresenta duas formas de registro para as despesas. Uma parte é apresentada em oitavas de ouro, e a outra em oitavas de ouro e em réis. Iremos apresentar ambas abaixo; contudo, para efeito de padronização, utilizaremos a notação em réis para realizar a análise posterior. Para realizar a conversão dos valores de oitavas de ouro para réis, foi utilizada uma tabela feita por Ângelo Alves Carrara, na qual uma oitava de ouro equivale a 1\$200 réis, e um vintém a 37,5 réis¹⁸.

Através deste documento, obtivemos acesso aos seguintes dados referentes às despesas:

Tabela 5: Despesa do ano de 1773

Despesa		Em oitavas de Ouro	Em réis
De vários Devedores		23.416 $\frac{3}{4}$ - 1	28:100\$137 $\frac{1}{2}$
De obras da Intendência		1.267 $\frac{1}{2}$ 6	1:521\$225
De bens rematados		1.562 - , -	1:874\$400
De inventário	Fábricas e Massame	38.900 $\frac{1}{4}$ 7	46:680\$562 $\frac{1}{2}$
	Mantimentos	6.614 - 6	7:217\$025

¹⁸ Nesta tabela também há a notação utilizada nas escrituras contábeis do período, que ao se tratar de oitavas de ouro, se organiza na seguinte ordem de registro: Oitava – Fração da oitava – Vintém. Por isso, na tabela e nos dados do ano de 1773, há essa estrutura diferenciada das demais. Fonte: CARRARA, Â. A. **Minas e currais**; produção rural e mercado interno de Minas Gerais. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007, p. 75.

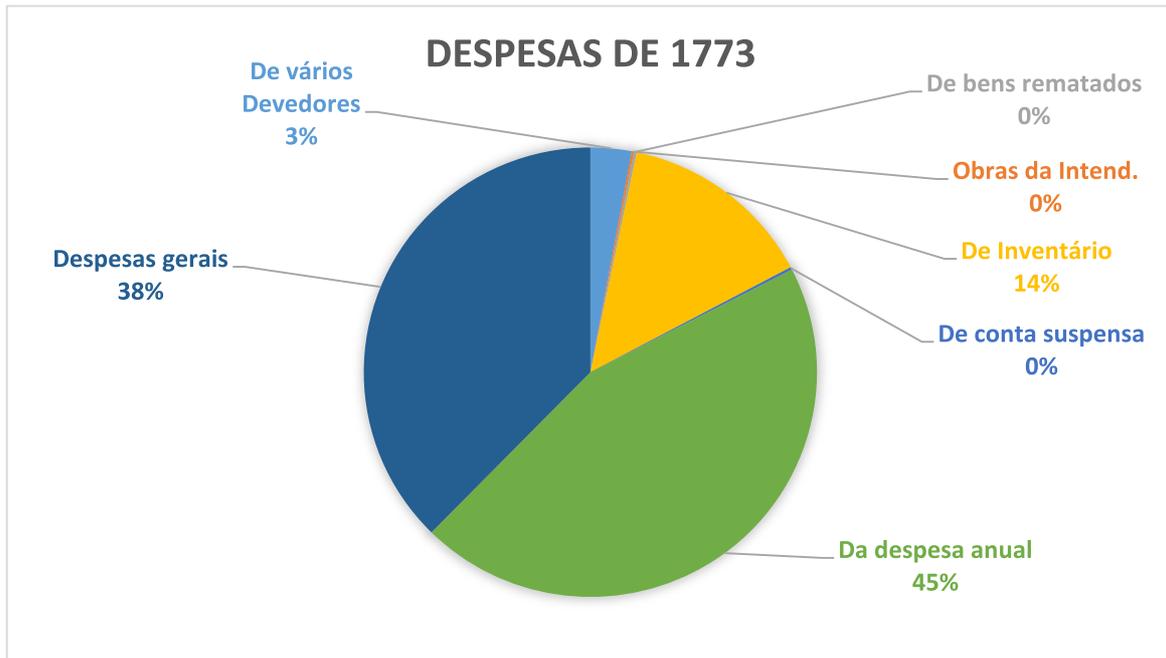
	Botica	3.033 -,-	3:639\$600
	Propriedades	16.833 ¼ 3	20:200\$012 ½
	Móveis	2.463 ¼ 4	2:956\$050
	Escravatura	30.273 ¼ 3	36:328\$012 ½
	Abegoaria	440 -,-	528\$000
	Cavalgaduras e Tropas de Bestas muares	9.134 ½ 5	10:961\$587 ½
	Lavra da Ponte de S. Gonçalo ¹⁹	666 ½ 5	799\$987 ½
	Lavra da Paraúna	1.000 -,-	1:200\$000
	Lavra da Cachoeira	208 ¼ 3	250\$012 ½
	Lavra do Pombal	66 ½ 5	79\$987 ½
	Lavra dos Cadeirões	458 ¼ 3	550\$012 ½
	Lavra do Córrego de S. João	83 ¼ 2	99\$975
	Lavra de Caetemerim	196 ½ 5	235\$987 ½
	Lavra da Canjica	875 -,-	1:050\$000
	Lavra do Mato	583 ¼ 3	700\$012 ½
	Lavra do Mosquito	125 -,-	150\$000
	Total:	111.955 ½ 6	134:346\$825
De conta suspensa		1.525 ¼ 4	1:830\$450
De despesa anual da Administração		359.576 - , -7	431:491\$462 ½
Despesas gerais	Lavra do Mato	21.936 ¾	26:324\$100
	Lavra de S. Pedro	23.275 - , - 6	27:930\$225
	Lavra da Canjica	38.820 - , -	46:584\$000
	Lavra do Inhahy de baixo	1.338 - , - 4	1:605\$750
	Lavra da Capela velha	529 ½ 1	635\$437 ½
	Lavra do Córrego de S. João	16.221 ½ 6	19:466\$025
	Lavra do Rio pardo	331 ½	397\$800

¹⁹ Para facilitar a compreensão, iremos atualizar o português arcaico para o contemporâneo.

Lavra do Inhahy de cima	21.160 $\frac{1}{2}$ 3	25:392\$712 $\frac{1}{2}$
Lavra dos Caldeirões	21.302	25:562\$400
Lavra do Pombal	4.611 $\frac{3}{4}$	5:534\$100
Lavra da Cachoeira	9.418 $\frac{3}{4}$ 5	11:302\$687 $\frac{1}{2}$
Lavrada Paraúna	39.976 $\frac{3}{4}$ 3	47:972\$212 $\frac{1}{2}$
Lavra dos Maçangano e Acabasaco	6.104 $\frac{1}{4}$	7:325\$100
Lavra da Ponte de S. Gonçalo	18.713 $\frac{1}{4}$ 5	224:56\$087 $\frac{1}{2}$
Lavra dos Morrinhos	19 $\frac{1}{4}$ 5	23\$287 $\frac{1}{2}$
Lavra das Mangabas	11.587 $\frac{3}{4}$	13:905\$300
Lavra de Caetemerim	26.746 $\frac{1}{4}$	32:095\$500
Lavra do Pombal, Datas e Barça	8310 $\frac{1}{2}$ 2	9972\$675
Lavra do Mosquito	1.877 $\frac{1}{2}$ 7	2:253\$262 $\frac{1}{2}$
Roça do Arassuahy	309 $\frac{1}{4}$ 1	371\$137 $\frac{1}{2}$
De Abegoaria	348 $\frac{1}{2}$ 7	418\$462 $\frac{1}{2}$
De Desp. ^{sa} com Bestas de carga	5.583 $\frac{1}{2}$ 3	6:700\$312 $\frac{1}{2}$
Do Hospital	3.428 $\frac{1}{2}$ 3	4:114\$312 $\frac{1}{2}$
De Despesas Gerais	19.270 $\frac{3}{4}$ 7	23:125\$162 $\frac{1}{2}$
Total:	301.223 $\frac{3}{4}$	361:468\$500
Total final	800.527 $\frac{1}{2}$ 3	960:633\$112 $\frac{1}{2}$

Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 107. Doc. 74.

Gráfico 3: Despesas 1773



Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 107, Doc. 74.

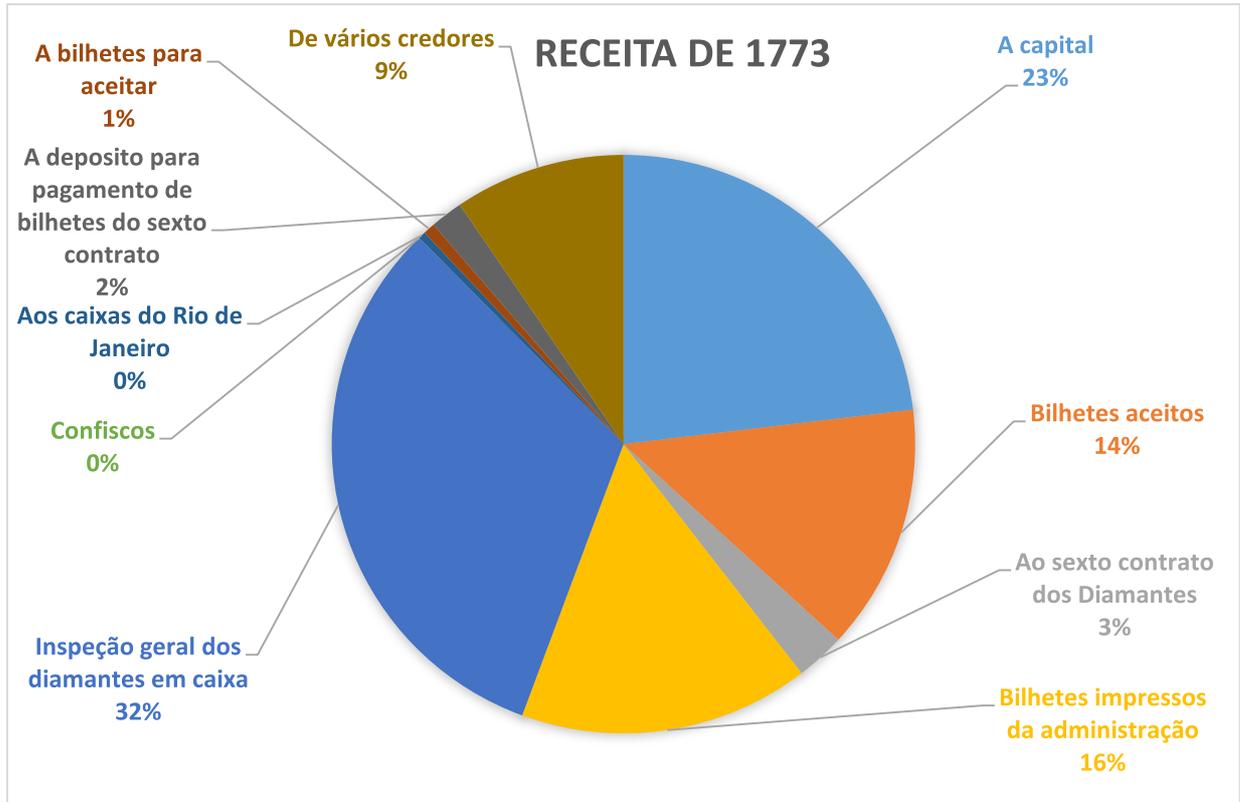
Além disso, também exporemos os dados sobre a receita do dito ano:

Tabela 6: As receitas do ano de 1773

ITEM	EM OITAVAS	EM RÉIS
A capital	184.919 1/10 6	221.903\$145
Bilhetes aceitos	109.839. 1/10 6	13.1807\$145
Ao sexto contrato dos Diamantes	21.789. 1/2 6	26.147\$625
Bilhetes impressos da administração	128.930. 1/4 4	154.716\$450
Inspeção geral dos diamantes em caixa	256.108. 3/4 2	307.330\$575
Confiscos	41 – 2	49\$275
Aos caixas do Rio de Janeiro	3.239. 3/4	3.887\$700
A bilhetes para aceitar	5.250. 1/2 6	6.300\$825
A deposito para pagamento de bilhetes do sexto contrato	14.490_.7	17.388\$262,5
De vários credores	75.918_.4	91.101\$750
Total	800.527 1/2 3 (960.633\$112)	960.632\$752,5

Fonte: Projeto Resgate / Fonte AHU_ACL_CU_011, Cx. 107. Doc. 74.

Gráfico 4: Receita de 1773



Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 107. Doc. 74.

Neste primeiro caso já podemos fazer algumas observações que serão pertinentes em todos os demais anos. Primeiramente, nos documentos encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino referentes aos balanços econômicos da Real Extração, sempre há um equilíbrio entre os valores — nem prejuízos, nem lucros; sempre o valor exato em ambas. Iremos aprofundar tal elemento posteriormente, mas acreditamos que isso só ocorre devido ao retorno de parte do dinheiro gerado pelos diamantes. Como a Real Extração não era como uma empresa, mas sim uma instituição que servia ao Império português e dele fazia parte. Logo, seus rendimentos não retornavam para manter um saldo positivo, gerando lucro, mas sim o necessário para sua manutenção.

Outro elemento que nos chama a atenção diz respeito a alguns valores estarem com o valor de zero na porcentagem. Porém, isso decorre de serem valores baixos em comparação com outros elementos do mesmo gráfico. Por exemplo, os confiscos geraram algo em torno de 49\$275 réis no dito ano, enquanto o valor de capital era de 221:903\$145 réis, um valor mais de quatro mil vezes maior que o primeiro. Se os dois fossem comparados, os confiscos já estariam com um valor próximo a zero por cento. Este é um exemplo, mas é algo que se repete no decorrer dos gráficos nos anos posteriores.

2.1.2. Ano de 1774

O balanço que será apresentado agora será relativo ao ano de 1774. Para tal ano existem dois documentos. O primeiro é o documento AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 13²⁰, que apresenta um balanço referente a 1º de janeiro até junho. Já o segundo documento é o AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 56²¹, que já trata do ano como um todo, de 1º de janeiro até o último dia do ano de 1774. Usaremos o segundo, que mostra a totalidade do gasto anual. Através dele, poderemos fazer uma padronização para a pesquisa, que busca dados anuais sobre a despesa e a receita, e não dados parciais, visto que não pode ser complementado por um terceiro documento.

Este documento também é um conjunto de correspondências do Intendente-geral dos Diamantes, João da Rocha Dantas e Mendonça. Nestas, temos a informação para quem ele está enviando esses dados — no caso, para Martinho de Melo e Castro, responsável pelo Ultramar português neste período. O balanço do ano de 1774 foi feito pelos Caixas Manoel Batista Landim; Luis Lopes da Costa; e, Jozé das Sylva de Oliveira. Além disso, foi também confirmado e assinado por João Antônio Maria Verciani. Os números encontrados relativos ao dito ano são:

Tabela 7: Despesa do ano de 1774

De Vários Devedores		21:203\$187 ½
De obras da Intendência		2:756\$018
De Bens Rematados		1:874\$400
Dos Seguintes Bens existentes	Da Escravatura	35:484\$400
	De Abegoaria	759\$625
	De Bestas de Carga	10:945\$600
	De Móveis	3:143\$297 ½
	De Fazendas, Fabricas e Massame	43:591\$536 ½
	De Mantimentos	3:564\$141
	Da Botica	1:192\$812
	De Propriedades	20:200\$000

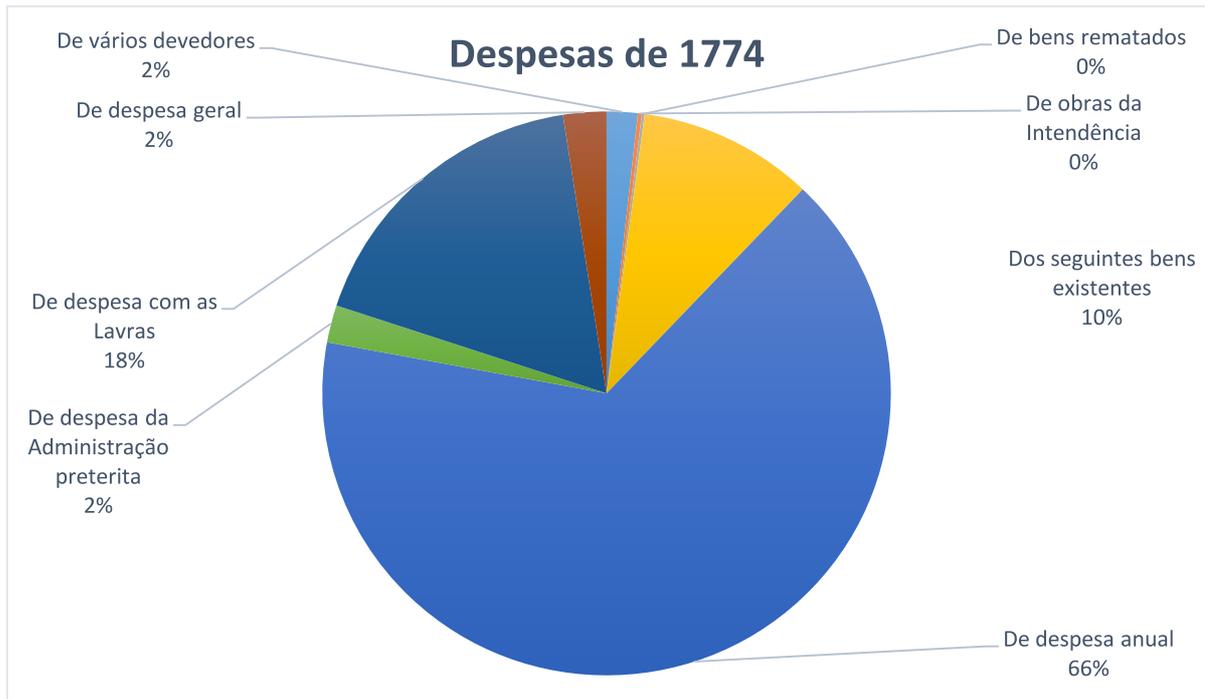
²⁰ http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&Pesq=Diamantes&pagfis=53330.

²¹ http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&Pesq=Diamantes&pagfis=53599.

	De Conta Suspensa	1:400\$405
	Total:	120:277\$817
De Despesa anual		792:906\$862 ½
De Despesa pertencente a Adm. ^{am} pretérita		25:800\$217 ½
De Despesa com as Lavras Seg. ^{es}	Com a Lavra da Ponte de S. Gonçalo e Barra de Ó	13:026\$446 ½
	Com a Lavra da Paraúna	15:144\$020
	Com a Lavra da Cachoeira	9:134\$840
	Com a Lavra do Pombal, Datas e Barca	12:627\$129
	Com a Lavra dos Caldeirões	13:330\$595
	Com a Lavra do Córrego de S. João	13:581\$578
	Com a Lavra de Caetemerim	1:585\$558
	Com a Lavra da Canjica	18:986\$407 ½
	Com a Lavra do Mato	24:950\$601
	Com a Lavra do Mosquito	38:665\$516 ½
	Com a Lavra do Acabasaco	6:556\$557
	Com a Lavra das Mangabas	1:304\$119
	Com a Lavra de S. Pedro	499\$645 ½
	Com a Lavra do Galvão	16:038\$878 ½
	Com a Lavra do Córrego das Almas	19:527\$071
	Com a Lavra de Santa Apolônia	1:430\$613
	Com a Lavra da Formiga	550\$229
	Com a Lavra do Rio Pardo	1:185\$957
Com a Lavra da Maçangano	2:838\$292 ½	
	Total das Lavras:	210:874\$054
De despesa geral		29:631\$315
Total final:		1205:323\$871 ½

Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 56.

Gráfico 5: Despesas de 1774



Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 56.

Como podemos perceber, tal documento apresenta divergências quanto à organização dos dados. Houve uma mescla dos itens do inventário com as despesas das contas suspensas, chamando somente dos bens existentes. Assim como o surgimento do item de despesa da Administração pretérita, que seriam dívidas existentes dos anos anteriores — que agora seriam cobradas.

Sobre a receita, são apresentados os seguintes dados:

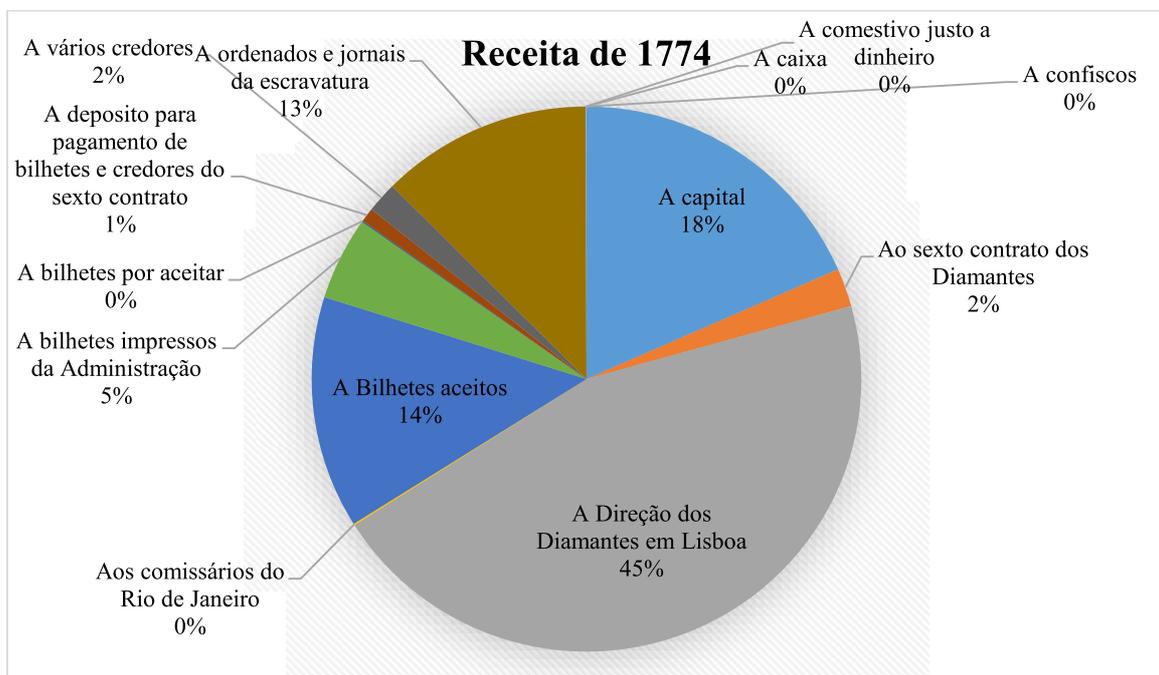
Tabela 8: Receita de 1774

Receita do ano de 1774	Valor em réis
A capital	221:903\$325
Ao sexto contrato dos Diamantes	27:417\$000
A Direção dos Diamantes em Lisboa	546:129\$572
Aos comissários do Rio de Janeiro	1:075\$803 ½
A Bilhetes aceitos	166:058\$940
A bilhetes impressos da Administração	59:344\$750
A bilhetes por aceitar	923\$400
A deposito para pagamento de bilhetes e credores do sexto contrato	10:086\$787 ½

A vários credores	21:865\$837 ½
A ordenados e jornais da escravatura	149:918\$547 ½
A comestivos justo a dinheiro	18\$000
A confiscos	49\$275
A caixa	532\$633 ½
Total	1.205:323\$871 ½

Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 56.

Gráfico 6: Receita de 1774



Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832) AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 56.

Podemos observar que os valores da receita se tornam mais concentrados neste segundo ano analisado, uma tendência que irá acontecer nos anos posteriores a partir do item “a Direção dos Diamantes em Lisboa”, apresentando uma porcentagem cada vez maior — uma semelhança com a despesa, que também vai se tornando mais concentrada no item “Despesa anual”.

2.1.3. Dados referentes a 1775

O documento utilizado para listar o balanço econômico do ano de 1775 foi o AHU_ACL_CU_011, Cx. 109, Doc. 60²², um documento no qual é retratado somente o balanço das receitas e despesas do dito ano. Esse documento se diferencia em relação aos outros, visto que apresenta somente o balanço anual da Real Extração, mas não outros documentos junto. Ao contrário da maior parte dos demais documentos apresentados neste trabalho, que são compilados que incluem outros dados além do balanço, como a quantidade de escravos e seus capitães, as cartas de algum oficial, os relatórios da extração de ouro na região, dentre outros itens.

Tal balanço foi feito pelos dois dos três Caixas da instituição: Manoel Baptista Landim e Joze da Sylva de Oliveira, e também foi assinado pelo Guarda Livro João Antônio Maria Verciani, na qual ele afirma a conformidade dos dados apresentados e a veracidade das informações.

Tabela 9: Despesa do ano de 1775

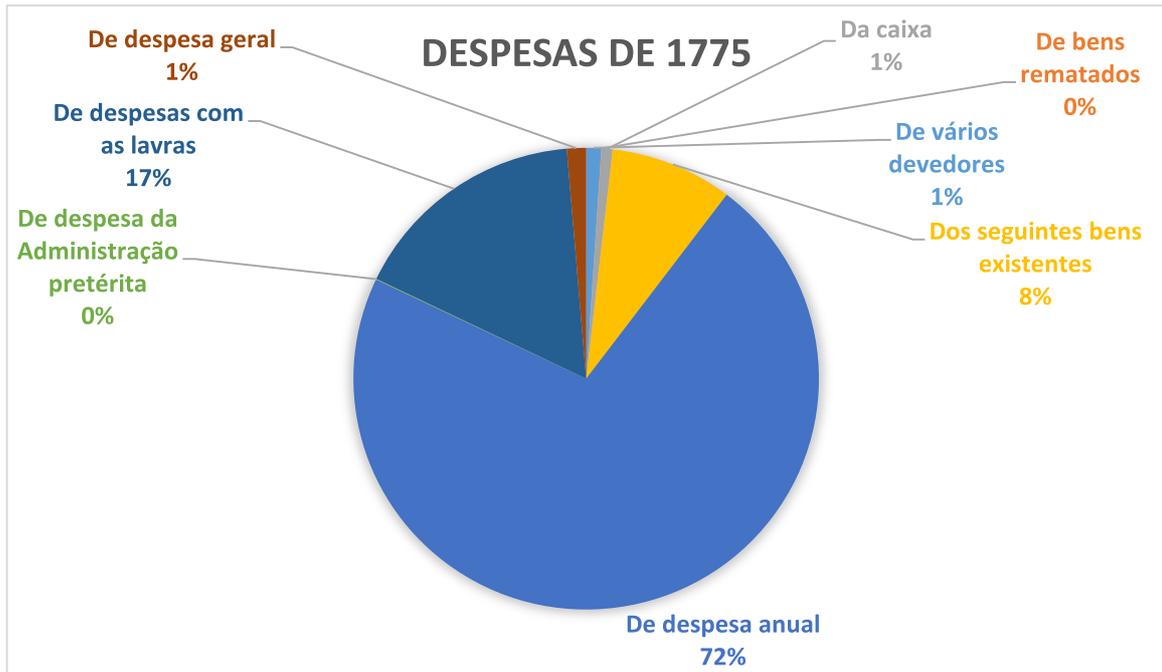
Despesas		Valor em réis
De Vários Devedores		15:357\$762 ½
De Bens Rematados		278\$587 ½
Da Caixa		11:253\$985 ½
Dos Seguintes Bens existentes	Da Escravatura	34:824\$987 ½
	Da Abegoaria	959\$425
	De Bestas de Carga	10:927\$600
	De Móveis	3:011\$882 ½
	De Fazenda, Fábricas e Massame	36:027\$275
	De Mantimentos	17:493\$020 ½
	Da Botica	639\$064 ½
	De Propriedades	20:200\$000
	De Conta Suspensa	1:390\$092 ½
	Total dos bens:	125:473\$347 ½
De Despesa anual		1.059:212\$449
De Despesas pertencentes à Administração pretérita		858\$053
De Despesas com as Seg.es	Lavra da Ponte de S. Gonçalo e	14:865\$794

²² http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&Pesq=Diamantes&pagfis=54123.

Lavras	Barra do Ó	
	Lavra da Paraúna	17:833\$818 ½
	Lavra da Cachoeira	11:111\$004
	Lavra do Pombal, Datas e Barca	7:690\$409
	Lavra dos Caldeirões	14:202\$738
	Lavra do Córrego de S. João	4:275\$650 ½
	Lavra da Canjica	2:491\$208
	Lavra do Mato	34:445\$261
	Lavra do Mosquito	29:089\$878 ½
	Lavra do Acabasaco	3:140\$655
	Lavra de S. Pedro	35:448\$390
	Lavra do Galvão e Boa Vista	16:477\$447 ½
	Lavra do Córrego das Almas	8:137\$081 ½
	Lavra de Santa Apolônia	3:526\$095
	Lavra da Formiga	654\$440
	Lavra do Rio Pardo	11:978\$698
	Lavra do Maçangano	15:005\$124 ½
	Lavra da Barra dos Macacos	8:391\$185 ½
	Lavra do Ribeirão de Areia	3:149\$251
	Lavra do Mendanha	2:231\$887 ½
Lavra da Itaipaba do Frances	131\$532	
Total das lavras:	244:277\$609	
De despesa geral	19:663\$036	
Total completo:	1.476:374\$830	

Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 109. Doc. 60.

Gráfico 7: Despesas de 1775



Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 109. Doc. 60.

O gráfico deste ano é muito parecido com o do ano anterior, mostrando que, apesar dos valores terem aumentado, os principais gastos permanecem os mesmos. A despesa anual em primeiro, as despesas com as lavras e os bens existentes em segundo e terceiro lugar, respectivamente.

Em relação aos valores de receita da instituição, podemos compilar os seguintes dados:

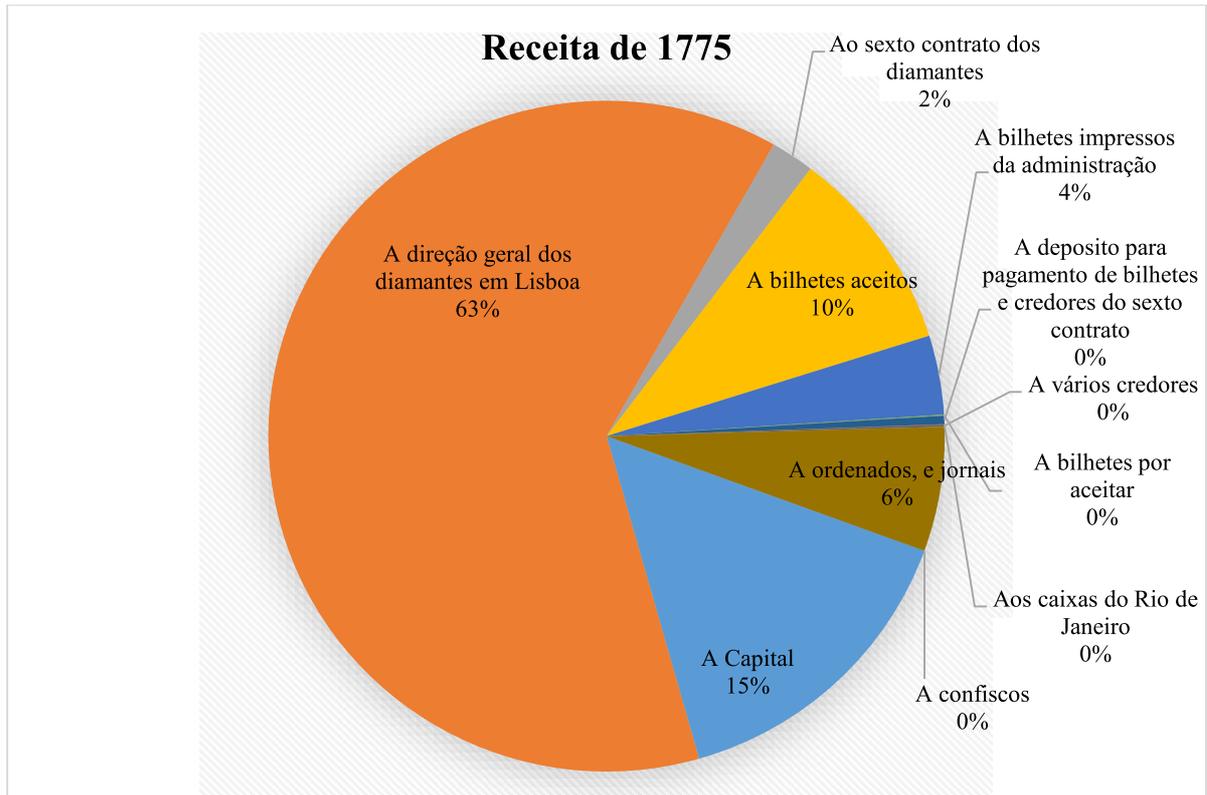
Tabela 10: Receita do ano de 1775

Receita do ano de 1775	Valores em réis
A Capital	221:903\$325
A direção geral dos diamantes em Lisboa	924:983\$503
Ao sexto contrato dos diamantes	30:638\$400
A bilhetes aceitos	145:392\$890 ½
A bilhetes impressos da administração	56:371\$112 ½
A bilhetes por aceitar	720\$975
A deposito para pagamento de bilhetes e credores do sexto contrato	5:967\$637 ½
Aos caixas do Rio de Janeiro	321\$764 ½
A vários credores	1:450\$237 ½
A ordenados, e jornais	88:564\$047

A confiscos	60\$937 ½
Total	1.476:374\$830

Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 109. Doc. 60.

Gráfico 8: Receita de 1775



Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 109. Doc. 60.

Com a receita de 1775, a tendência de concentração da renda no item “a Direção Geral dos Diamantes em Lisboa” se torna maior, aumentando de 45% para 63%, enquanto o segundo lugar, “a Capital”, e o terceiro lugar “a bilhetes aceitos”, reduzem de 18% para 15% e 14% para 10%, respectivamente. Todos os demais itens sofrem uma baixa percentual. Entretanto, isso não condiz com o valor individual, visto que não há essa diminuição em todos, alguns itens possuem crescimento. Porém, como o valor do item “a Direção Geral dos Diamantes em Lisboa” cresce muito, temos a sensação de que os demais diminuem. Além disso, alguns valores são tão baixos em comparação com os principais que, mesmo tendo crescimento, permanecem com 0% no gráfico.

2.1.4. Sobre o ano de 1777

Parecido com o ano de 1774, existe mais de um documento tratando sobre o balanço econômico do ano de 1777, contudo, diferentemente do primeiro, não há só um documento extra, mas dois documentos a mais do mesmo ano. O primeiro é o AHU_ACL_CU_011, Cx. 112. Doc. 1²³, que trata de janeiro a junho; o outro é o AHU_ACL_CU_011, Cx. 112. Doc. 43²⁴, que trata do segundo semestre do mesmo ano; e, por último, o AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc.70²⁵, que trata de todas as despesas e receitas do ano. Contudo, neste caso pode ser interessante analisar os três documentos para averiguar se os números do terceiro documento convergem com a soma dos outros dois, permitindo-nos conferir a existência de alguma discrepância ou similitude nos dados apresentados. Isso permite atribuir mais um grau de veracidade aos fatos, pelo reforço de mais dois documentos que sejam próximos do relatório anual.

Os dois primeiros documentos não fazem referência aos Caixas da Real Extração. Já o terceiro cita os Caixas Manoel Baptista Landim e Jozé das Sylva de Oliveira. Entretanto, em todos há a assinatura de João Antônio Maria Verciani.

Tabela 11: Despesa referente de janeiro a junho de 1777

De vários devedores		14:886\$713
Da Caixa		5:938\$174 ½
De Bens existentes, a S. ^{er}	Da Escravatura	34:313\$475
	Da Abegoaria	719\$425
	Da Bestas de Carga	11:715\$600
	De Moveis	3:098\$645 ½
	De Mantimentos	6:474\$874
	De Propriedades	20:200\$000
	De Fazendas Gerais	7:982\$156
	De Fábricas, Massame	21:748\$771 ½
	De uma Conta Suspensa por gêneros de que se há de	1:390\$092 ½

²³ http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&Pesq=Diamantes&pagfis=55425.

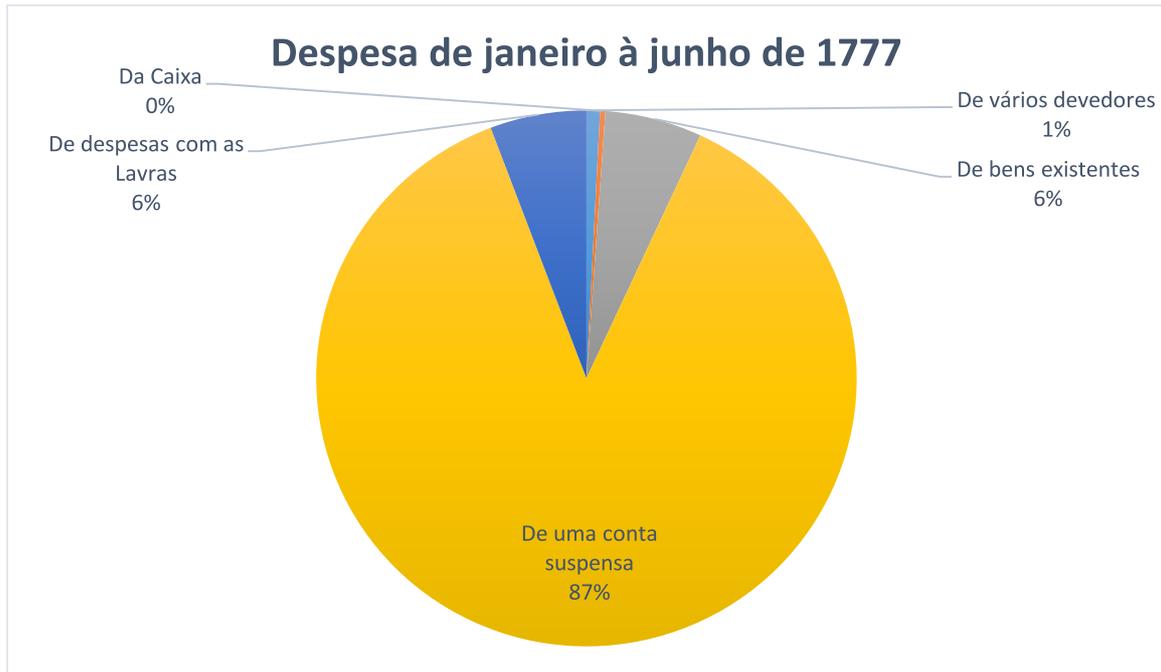
²⁴ http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&Pesq=Diamantes&pagfis=55762.

²⁵ http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&Pesq=Diamantes&pagfis=56474.

	procurar a sua existência	
	Total de bens:	107:643\$039 ½
De uma Conta Suspensa por gêneros de q.º se há de procurar a sua existência		1.619:618\$238
De Despesas feitas com as Lavras Seguintes	Com a Lavra da Paraúna	7:016\$589
	Com a Lavra da Cachoeira	6:083\$885 ½
	Com a Lavra dos Caldeirões	6:489\$625 ½
	Com a Lavra do Mato	16:625\$346 ½
	Com a Lavra do Mosquito	10:377\$850
	Com a Lavra do Galvão	4:859\$666 ½
	Com a Lavra da Itaipaba do Rio das Pedras	7:691\$510 ½
	Com a Lavra das Datas	6:837\$679 ½
	Com a Lavra do Córrego dos Jaca	1:844\$634 ½
	Com a Lavra do Matamata	1:329\$155 ½
	Com a Lavra da Barra do Rio Manso	14:164\$915 ½
	Com a Lavra da Ponte de S. Gonçalo e Barra de Ó	7:920\$428
	Com a Lavra do Maçangano	9:909\$933
	Com a Lavra do Pinheiro	125\$714 ½
	Com a Lavra do Ouro Fino	4:455\$828 ½
	Com a Lavra do Carrapato	1:238\$979
Com [escavações]	15\$487 ½	
	Total de lavras:	106:987\$229
Total das despesas de janeiro a junho		1.855:073\$394

Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 112. Doc. 1.

Gráfico 9: Despesas referentes à Janeiro a Junho de 1777



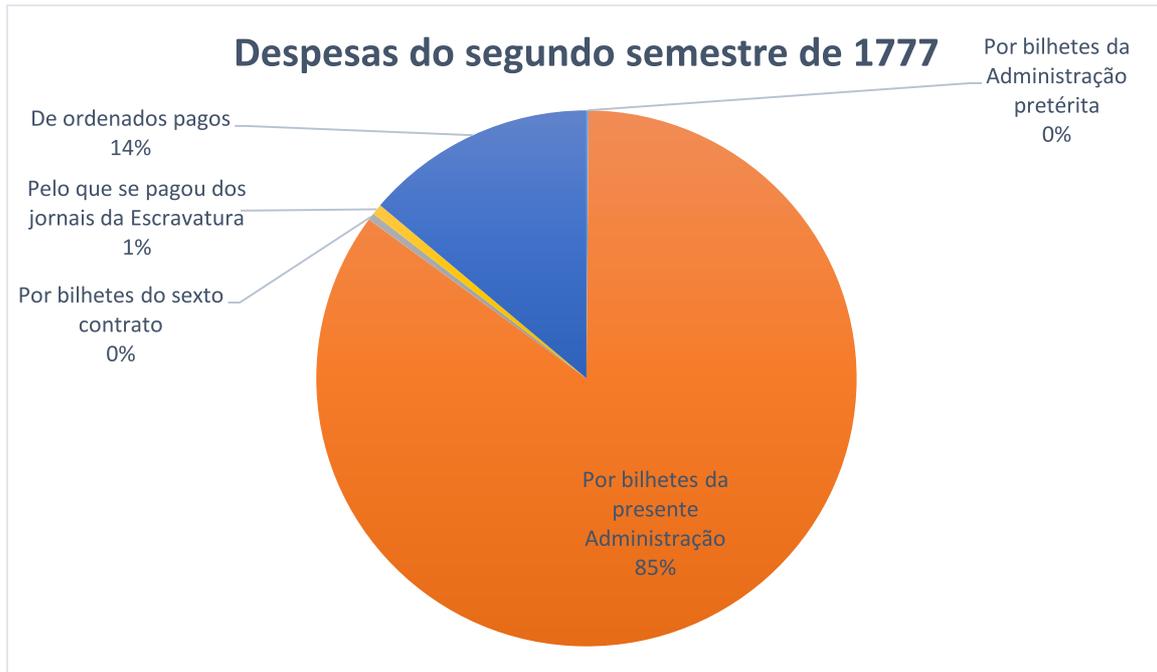
Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 112. Doc. 1.

Tabela 12: Despesa referente ao segundo semestre de 1777

Por 3 Bilhetes impressos da Administração pretérita pagos		199\$762 ½
Por 353 B. ^{es} pertencentes a pres. ^{te} Administração pagos		140:417\$100
Por 4 B. ^{es} pertencentes ao 6º Contrato pagos		718\$200
Pelo que se pagou pela Caixa, per[?] conta dos jornais da Escravatura alugada neste ano		1:061\$812 ½
Pela importância de três folhas de Ordenados pagos a S. ^{en}	Do 1º Quartel	7:615\$912 ½
	Do 2º Quartel	7:637\$512 ½
	Do 3º Quartel	7:582\$012 ½
	Total:	22:835\$437 ½
Total do segundo semestre:		165:572\$532

Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 112. Doc. 43.

Gráfico 10: Despesas relativas ao segundo semestre de 1777



Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 112. Doc. 43.

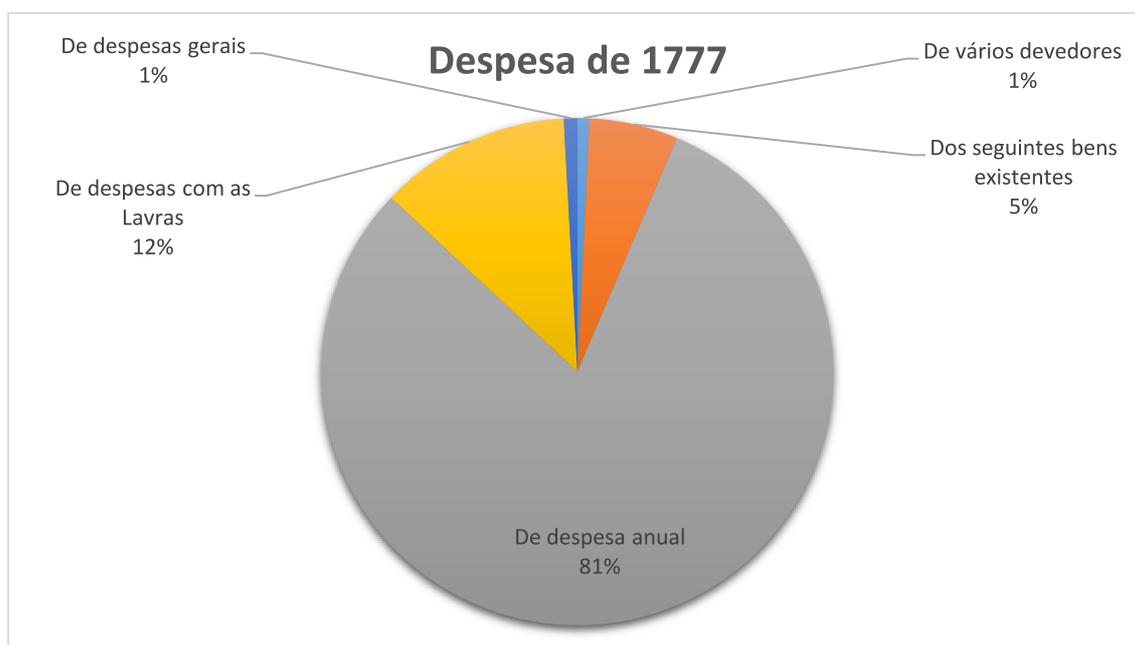
Através desses dados, podemos fazer um somatório, sendo o total do primeiro semestre 1.855:073\$394, enquanto o do segundo foi 165:572\$532. Por meio disso, notamos que a despesa anual seria de 2020:645\$926. Para comparar tais números, iremos analisar o terceiro documento, que apresenta a despesa total do ano de 1777.

Tabela 13: Despesa do ano de 1777

De vários devedores			15:218\$310 ½
Dos Seguintes Bens existentes, a Saber	Da Escravatura		33:671\$087 ½
	Da Abegoaria		989\$425
	De Bestas de Carga		10:766\$600
	De Fazendas Gerais		15:285\$723
	De Fabricas e Massame		21:797\$457 ½
	De Móveis		2:870\$040 ½
	De Mantimentos		5:568\$889 ½
	De Propriedade		20:200\$000
	De Conta Suspensa		1:390\$092 ½
	Total de bens:		112:539\$315 ½
De Despesa anual			1.619:618\$238

De Despesas com as Seguintes Lavras a Saber	Com a Lavra da Paraúna	20:749\$881
	Com a Lavra da Cachoeira	12:616\$316
	Com a Lavra dos Caldeirões	13:845\$268
	Com a Lavra do Mato	36:883\$953 ½
	Com a Lavra do Mosquito	19:392\$816
	Com a Lavra do Galvão	5:436\$029
	Com a Lavra da Itaipaba do Rio das pedras	10:368\$410
	Com a Lavra das Datas	14:477\$575
	Com a Lavra do Córrego do Jaca	2:080\$795 ½
	Com a Lavra do Matamata	4:686\$406
	Com a Lavra da Barra do Rio Manso	39:004\$471 ½
	Com a Lavra da Ponte de S. Gon. ^{lo} , Barra de Ó e Macacos	17:803\$173 ½
	Com a Lavra do Maçangano	27:631\$297
	Com a Lavra do Pinheiro	5:760\$314
	Com a Lavra do Ouro fino	4:859\$853 ½
	Com a Lavra do Carrapato	5:094\$504
	Com a Lavra do Bom Sucesso	1:623\$347 ½
	Com a Lavra dos Pousos altos	160\$984
	Com [escavações]	954\$539 ½
Total das lavras:	243:449\$930 ½	
De despesas gerais	17:134\$243	
Total de despesas do ano de 1777	2.007:960\$037 ½	

Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc.70.

Gráfico 11: Despesas do ano de 1777

Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc.70.

Em comparativo com os três documentos, percebemos que há uma similitude nos valores encontrados na despesa, havendo somente uma pequena distorção, se comparada ao valor anual, uma vez que o somatório dos primeiros documentos resultou em gastos de 2.020:645\$926, e o documento apresentou despesas no valor de 2.007:960\$037 $\frac{1}{2}$, uma diferença de 12:685\$888 $\frac{1}{2}$ réis. Um valor alto, se visto de forma separada, mas que no conjunto das despesas é ínfimo.

Assim como visto nos anos anteriores, o crescimento se dá especialmente no item “despesa anual”, sendo que os demais tiveram leves variações. Por isso, acreditamos que este eixo seja acumulado anualmente nestes balanços. E, no ano de 1777 em especial, o crescimento é maior e mais sentido quando olhamos os gráficos, pela falta de documentos referentes ao ano anterior, 1776.

Em relação às receitas, estes são os dados encontrados:

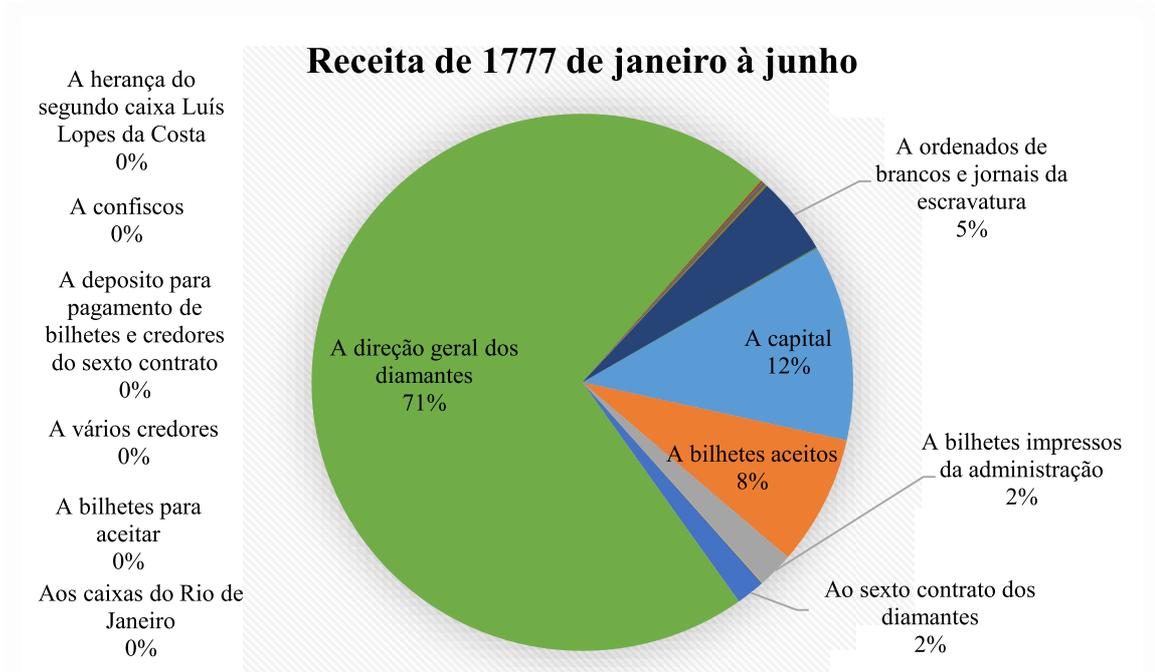
Tabela 14: Receitas de 1777 de janeiro a junho

Receita do ano de 1777 - janeiro a junho	Valores em réis
A capital	221:903\$325
A bilhetes aceitos	146:879\$100
A bilhetes impressos da administração	40:051\$325

A bilhetes para aceitar	720\$975
Ao sexto contrato dos diamantes	32:653\$050
A direção geral dos diamantes	1.339:930\$531
A confiscos	150\$825
Aos caixas do Rio de Janeiro	2:398\$138 ½
A deposito para pagamento de bilhetes e credores do sexto contrato	4:299\$750
A herança do segundo caixa Luís Lopes da Costa(?)	1:822\$562 ½
A ordenados de brancos e jornais da escravatura	87:945\$025
A vários credores	1:030\$537 ½
Total	1.881:785\$144 ½

Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 112. Doc. 1.

Gráfico 12: Receita de 1777 de janeiro a junho



Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 112. Doc. 1.

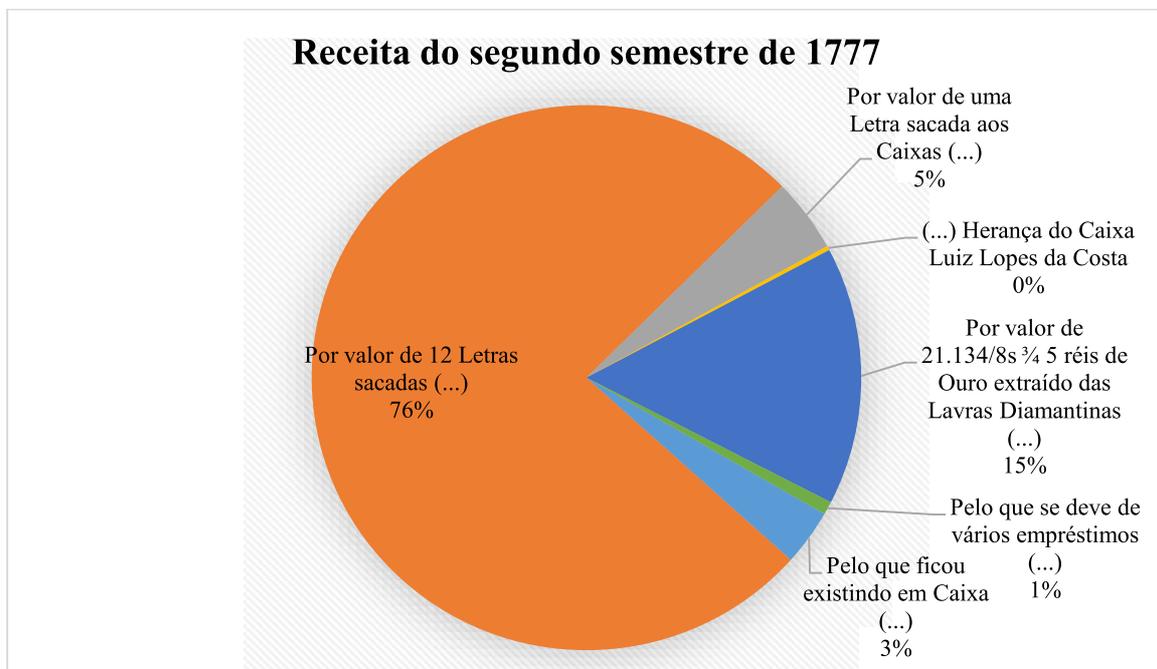
Tabela 15: Receitas do segundo semestre de 1777

Item	Valor em réis
------	---------------

Pelo que ficou existindo em Caixa em 30 de Junho	5:508\$174 ½
Por valor de 12 Letras sacadas a Direção Geral dos Diamantes, de 20 de Setembro até 13 de Novembro	125:769\$445
Por valor de uma Letra sacada aos Caixas da Cidade do Rio de Janeiro em 13 de Novembro	7:223\$475
Pelo que se cobrou pertencente a Herança do Caixa Luiz Lopes da Costa	430\$000
Por valor de 21.134/8s ¾ 5 réis de Ouro extraído das Lavras Diamantinas do 1º de Julho até este dia em que entram 224/8s e 4 réis de acréscimo, que houve nos pesos do dito, e na fundição de parte dele	25:361\$887 ½
Pelo que se deve de vários empréstimos feitos a Caixa por lembrança	1:279\$550
Total	165:572\$532

Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais. AHU_ACL_CU_011, Cx. 112. Doc. 43.

Gráfico 13: Receita do segundo semestre de 1777



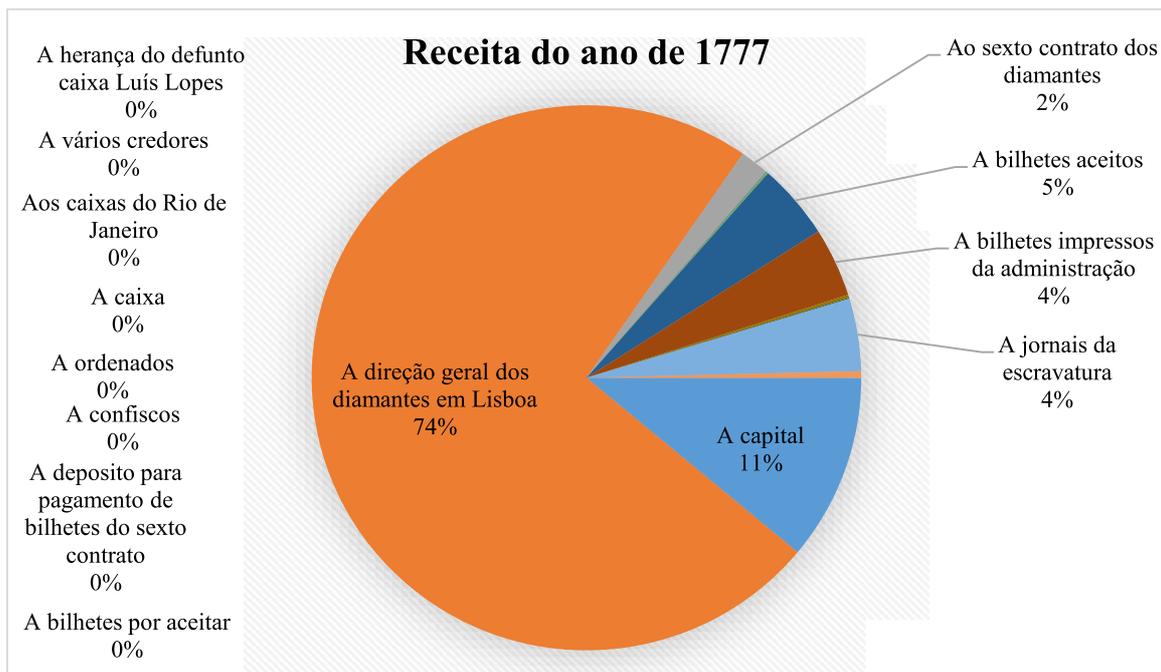
Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 112. Doc. 43.

Tabela 16: Receita de todo o ano de 1777

Item	Valor em réis
A capital	221:903\$325
A direção geral dos diamantes em Lisboa	1.476:951\$602
Ao sexto contrato dos diamantes	34:056\$300
Aos caixas do Rio de Janeiro	139\$710 ½
A vários credores	1:021\$237 ½
A herança do defunto caixa Luís Lopes	1:822\$562 ½
A bilhetes aceitos	90:128\$437 ½
A bilhetes impressos da administração	82:146\$620
A bilhetes por aceitar	720\$975[?]
A deposito para pagamento de bilhetes do sexto contrato	3:381\$550
A confiscos	150\$825
A caixa	1:279\$550
A jornais da escravatura	86:323\$112 ½
A ordenados	7:734\$225
Total	2.007:960\$037 ½

Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc. 70.

Gráfico 14: Receita do ano de 1777



Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc.70.

Como podemos perceber, os dois primeiros documentos somados resultam em 2.047:357\$676 $\frac{1}{2}$, sendo o valor do primeiro semestre 1.881:785\$144 $\frac{1}{2}$ réis e o do segundo, 165:572\$532 réis. Ou seja, comparando com os dados totais do ano, com o valor de 2.007:960\$037 $\frac{1}{2}$ réis, há uma diferença de 39:397\$639, que existe nos primeiros documentos, mas que se perde no total. Infelizmente, não foi possível identificar os motivos desta disparidade, somente sua existência a partir dos dados encontrados na documentação.

Além disso, os três documentos são assinados e confirmados por João Antônio Maria Verciani. No entanto, somente no terceiro se apresenta dois dos três Caixas: Manoel Bap.^{ta} Landim, e Joze da Sylva de Oliveira. O documento referente ao segundo semestre nos apresentou uma grande diferença em relação aos demais pesquisados, visto que fugia do padrão aqui já citado, com seus eixos padronizados e similares entre si, além de possuir uma simplicidade maior. Apresentando os gastos fora dos agrupamentos que normalmente são utilizados, mas se referindo somente as despesas dos ordenados e dos quartéis, situação que não ocorre em nenhum outro documento, na qual isso deveria estar englobado, não vindo de forma separada. Em relação às receitas, há as mesmas mudanças, não tendo os eixos padronizados dos demais documentos, mas apresentando tópicos diferentes. Possivelmente estas receitas e despesas apresentadas para o segundo semestre deveriam ser acrescidos nos itens padronizados, quando os dados para a despesa anual foram formulados, pois tais nomenclaturas só aparecem neste único documento.

Sobre as receitas, tal qual como as despesas, a concentração do item “a Direção Geral dos Diamantes em Lisboa”, está cada vez maior, diminuindo a porcentagem de todo o resto, mesmo que individualmente não tenha tido uma variação grande nos demais itens. Além disto, um novo eixo surge e que permanecerá nos próximos anos, é “a herança do defunto caixa Luís Lopes”. Tal receita é derivada de créditos dados ao antigo caixa, e que deveriam retornar aos cofres da Real Extração, neste caso por meio de parte da herança do falecido.

2.1.5. O ano de 1778

O documento AHU_ACL_CU_011, Cx. 115. Doc. 15²⁶ apresenta os dados referentes ao ano de 1778 da Real Extração. Além deste, há também o documento AHU_ACL_CU_011, Cx. 114. Doc. 3²⁷, que explica as despesas de janeiro até o mês de junho. Porém, como não há um documento para o segundo semestre, não é possível fazer uma relação como foi feito do ano anterior. Por isso, iremos focar no primeiro documento que apresenta a estimativa anual.

Este documento apresenta somente o balanço anual da Real Extração, tendo sido feito pelos Caixas Manoel Baptista Landim e Jozé das Sylva de Oliveira, assinado e confirmado pelo Guarda Livros João A. M. Verciani. Sobre as despesas, os dados são:

Tabela 17: Despesa do ano de 1778

De Vários Devedores			14:880\$398
Da Caixa			3:781\$341 ½
Dos Seguintes Bens existentes, a Saber	Da Escravatura		33:038\$387 ½
	Da Abegoaria		1:325\$425
	De Bestas de Carga		10:597\$462 ½
	De Fazendas gerais		9:075\$604 ½
	De Fábricas, e Massame		21:738\$295
	De Móveis		2:999\$490 ½
	De Mantimentos		4:760\$689
	De Propriedades		20:200\$000
	De Conta Suspensa		1:285\$492 ½
	Total bens:		105:020\$846 ½

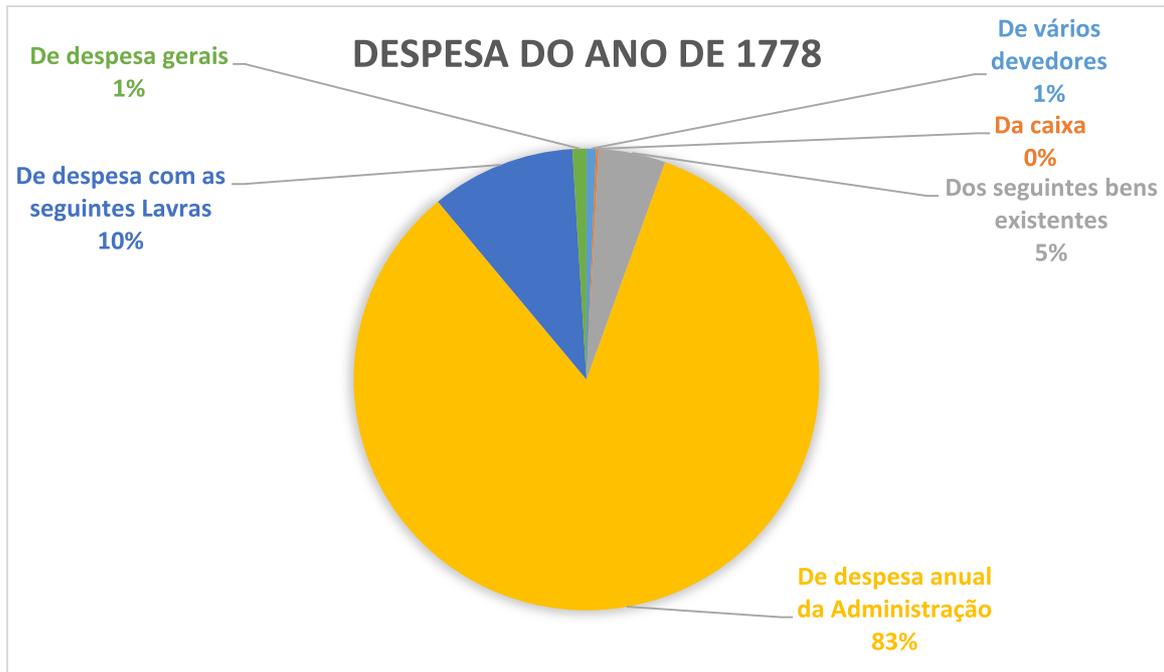
²⁶ http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&Pesq=Diamantes&pagfis=57088.

²⁷ http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&Pesq=Diamantes&pagfis=56636.

De Despesa anual da Administração		1.880:202\$411 ½
De Despesa com as Seguintes Lavras, a Saber	Com a Lavra da Paraúna	16:249\$157
	Com a Lavra da Cachoeira	6:968\$235 ½
	Com a Lavra dos Caldeirões	10:805\$065
	Com a Lavra do Mato	10:228\$007 ½
	Com a Lavra do Mosquito	17:043\$868
	Com a Lavra das Datas	13:674\$256
	Com a Lavra da Barra do Rio Manso	35:872\$425
	Com a Lavra da Ponte, Barra do Ó	14:170\$710 ½
	Com a Lavra do Maçangano	26:391\$640
	Com a Lavra do Pinheiro	13:015\$350
	Com a Lavra do Carrapato	7:425\$381
	Com a Lavra do Bom Sucesso	6:910\$295 ½
	Com a Lavra dos Pousos altos	11:403\$101 ½
	Com a Lavra da Itaipaba do Rio das Pedras	9:695\$220 ½
	Com a Lavra de S. Bartholomeu	938\$886
	Com a Lavra da Barra do Pinheiro	21:807\$082 ½
Com a Lavra do Capivari	3:596\$326	
Total das lavras:	226:195\$007 ½	
De Despesas Gerais		21:871\$212
Total das despesas do ano:		2.251:951\$217

Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 115. Doc. 15.

Gráfico 15: Despesas do ano de 1778.



Fonte: AHU_ACL_CU_011, Cx. 115. Doc. 15.

Como nos anos anteriores, em 1778, a maior parte dos valores varia pouco. Entretanto, o valor da despesa anual continuou em plena ascensão e com uma alta taxa de concentração.

Sobre as questões da receita, foram encontrados os seguintes valores:

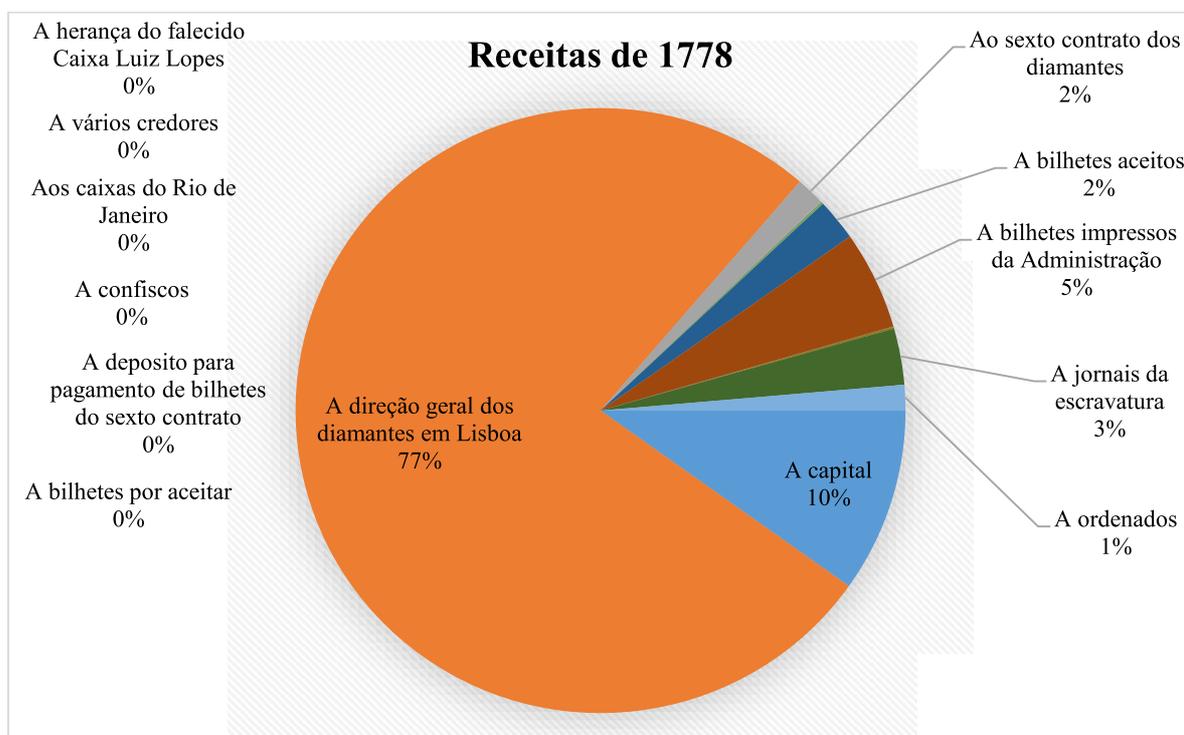
Tabela 18: Balanço da receita do ano de 1778

Itens:	Valor em réis:
A capital	221:903\$325
A direção geral dos diamantes em Lisboa	1.722:439\$500
Ao sexto contrato dos diamantes	34:267\$912 ½
Aos caixas do Rio de Janeiro	551\$179 ½
A vários credores	1:021\$237 ½
A herança do falecido Caixa Luiz Lopes	1:822\$562 ½
A bilhetes aceitos	50:150\$437 ½
A bilhetes impressos da Administração	118:646\$875
A bilhetes por aceitar	720\$975
A deposito para pagamento de bilhetes do sexto contrato	1:928\$812 ½
A confiscos	152\$325
A jornais da escravatura	67:642\$762 ½

A ordenados	30:703\$312 ½
Total:	2.251:951\$217

Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 115. Doc. 15.

Gráfico 16: Receita do ano de 1778



Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 115. Doc. 15.

Sobre as receitas, a concentração no eixo da “Direção Geral dos Diamantes em Lisboa” continua monopolizando a maior parte, seguida pela “a capital”, o único valor que consegue ser igual a 10%, sendo todos os outros inferiores a isso. Uma tendência existente nos anos anteriores, e que se confirma neste.

2.1.6. Dados do ano de 1779

Para estudar este último ano de nossa investigação, utilizamos o documento AHU_ACL_CU_011, Cx. 117. Doc. 21²⁸, que trata de relatórios e de um balanço apresentados pelo Intendente dos Diamantes, João da Rocha Dantas e Mendonça, em direção a Lisboa.

²⁸ http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=011_MG&Pesq=Diamantes&pagfis=58015.

O balanço não apresenta o nome dos Caixas que estariam envolvidos, mas contem a assinatura e a confirmação de João A. M. Verciani, assim como os demais documentos. Em relação às despesas, o documento apresenta:

Tabela 19: Despesa do ano de 1779

De vários devedores		14:561\$022 ½
Da Caixa		2:297\$266 ½
De bens existentes a S. ^{er}	Da Escravatura	31:864\$175
	Da Abegoaria	1:571\$425
	De Bestas de Carga	9:915\$462 ½
	De Móveis	3:050\$916 ½
	De Mantimentos	9:232\$316
	De Fazendas Gerais	10:247\$644 ½
	De Fábricas e Massame	21:729\$220
	De propriedades	20:200\$000
	De uma conta Suspensa por gêneros de que se há de procurar a sua Existência	1:276\$360 ½
	Total de bens:	109:087\$520
De Despesa anual da Administração pela q' se fez nos Sete anos passados		2.128:268\$631
De Despesas feitas com as Lavras Seg. ^{tes} a S. ^{er}	Com a Lavra da Paraúna	8:476\$580 ½
	Com a Lavra do Mato	13:872\$440 ½
	Com a Lavra do Mosquito	16:076\$881 ½
	Com a Lavra das Datas	15:489\$171 ½
	Com a Lavra do Bom Sucesso	2:103\$475 ½
	Com a Lavra dos Pousos Altos	11:618\$385
	Com a Lavra de S. Bartholomeu	7:296\$116 ½
	Com a Lavra da Barra do	16:228\$610

	Pinheiro	
	Com a Lavra do Capivari	14:482\$886
	Com a Lavra da Cachoeira	2:122\$711
	Com a Lavra do Maçangano	13:935\$589
	Com a Lavra do Carrapato	7:080\$496
	Com a Lavra da Barra do Ó e Macacos	12:544\$953 ½
	Com a Lavra do Pinheiro	12:609\$206
	Com a Lavra da Lapage[?] de Antônio Roiz	10:513\$996 ½
	Com a Lavra dos Caldeirões	23:569\$880
	Com a Lavra dos Borbas	1:629\$901 ½
	Com a [escavação] do Rio Mocaubas	2:135\$260 ½
	Com a [escavação] Do Rio Jucambirosú	1:861\$416 ½
	Com a [escavação] do Jaboleiro do Inhay	184\$616 ½
	Total das lavras:	193:834\$571
De despesas gerais feitas com as Repartições Seg. ^{tes} a S. ^{er}	Com a Contadoria	2:928\$563
	Com o Hospital	2:824\$066
	Com as Bestas de Carga	3:518\$943 ½
	Com a Abegoaria	318\$815
	Com Fretes, e Carretos	189\$000
	Com obras de fardamento	57\$825
	Com vários gastos gerais	11:094\$868 ½
	Total:	20:932\$081
Total de despesas do ano:		2.468:981\$092

Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 117. Doc. 21.

Gráfico 17: Despesas de 1779.



Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais. AHU_ACL_CU_011, Cx. 117. Doc. 21.

Neste ano de 1779, como nos demais, há uma grande monopolização das despesas com o item “despesa anual”, sendo que neste documento há uma alteração ligeira dos demais, denominada “De Despesa anual da Administração pela q’ se fez nos Sete anos passados”, o que nos remete ainda mais à ideia de que este eixo é um compilado de todas as despesas anuais anteriores, e não algo que seja do próprio ano, como os demais dados.

Já em relação às receitas do ano de 1779, tal documento apresenta os valores:

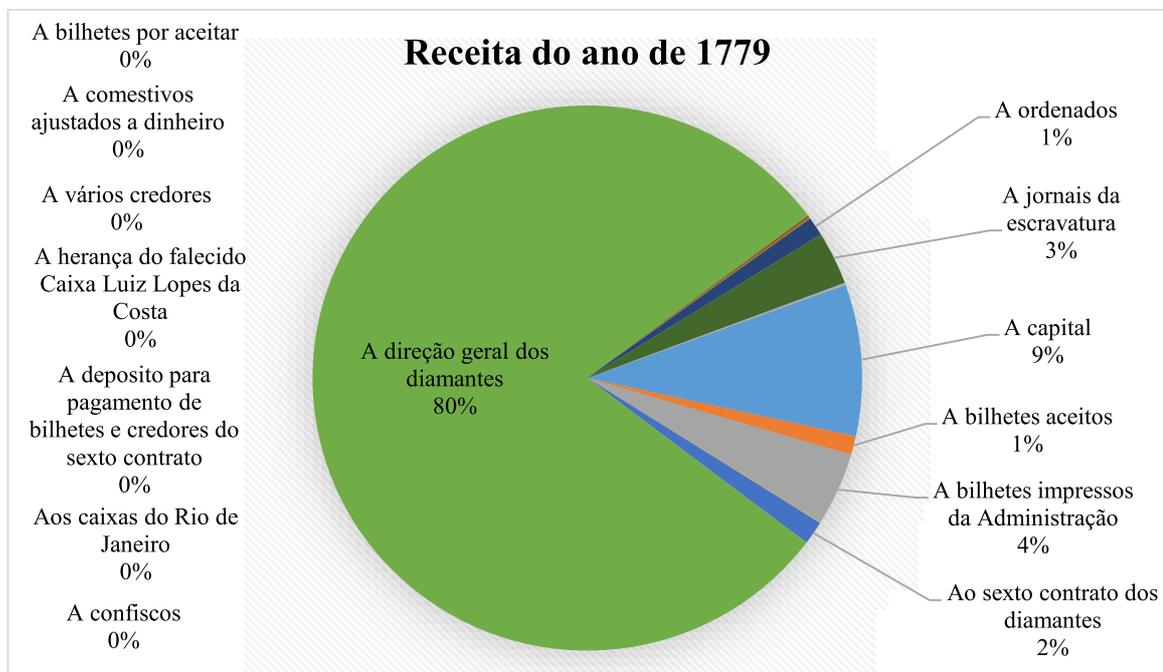
Tabela 20: Receita do ano de 1779

Item:	Valor em réis:
A capital	221:903\$325
A bilhetes aceitos	27:441\$262 ½
A bilhetes impressos da Administração	107:492\$470
A bilhetes por aceitar	720\$975
Ao sexto contrato dos diamantes	34:331\$587 ½
A direção geral dos diamantes	1.963:248\$507
A confiscos	152\$325
Aos caixas do Rio de Janeiro	2:697\$527 ½
A deposito para pagamento de bilhetes e credores do sexto	785\$550

contrato	
A herança do falecido Caixa Luiz Lopes da Costa	1:822\$562 ½
A ordenados	27:510\$937 ½
A jornais da escravatura	77:799\$175
A comestivos ajustados a dinheiro	2:082\$675
A vários credores	992\$212 ½
Total	2.468:981\$092

Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 117. Doc. 21.

Gráfico 18: Receitas de 1779



Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 117. Doc. 21.

Sobre as receitas, vemos o ápice do item “a Direção Geral dos Diamantes” neste ano, sem o final “em Lisboa”, que atinge um total de 80% da receita, e nenhum outro consegue atingir 10%, visto que o segundo lugar nas receitas, o “a capital”, tem somente 9%, mesmo que os demais itens não tenham variado profundamente em seus valores individuais.

2.2. ANÁLISE GERAL DOS DADOS APRESENTADOS

Apresentados os dados utilizados nesta pesquisa, iniciaremos neste momento a análise dos mesmos. Iremos iniciar com os dados sobre as despesas, observando inicialmente as tabelas e os gráficos referentes às despesas, o gasto que mais nos chama a atenção em todos os anos é o da “Despesa anual da Administração”, por ser normalmente o valor mais alto, chegando a ocupar majoritariamente no ano de 1779, por exemplo. Este dado é descrito como sendo do ano descrito e despesas dos anos anteriores, como no ano de 1774:

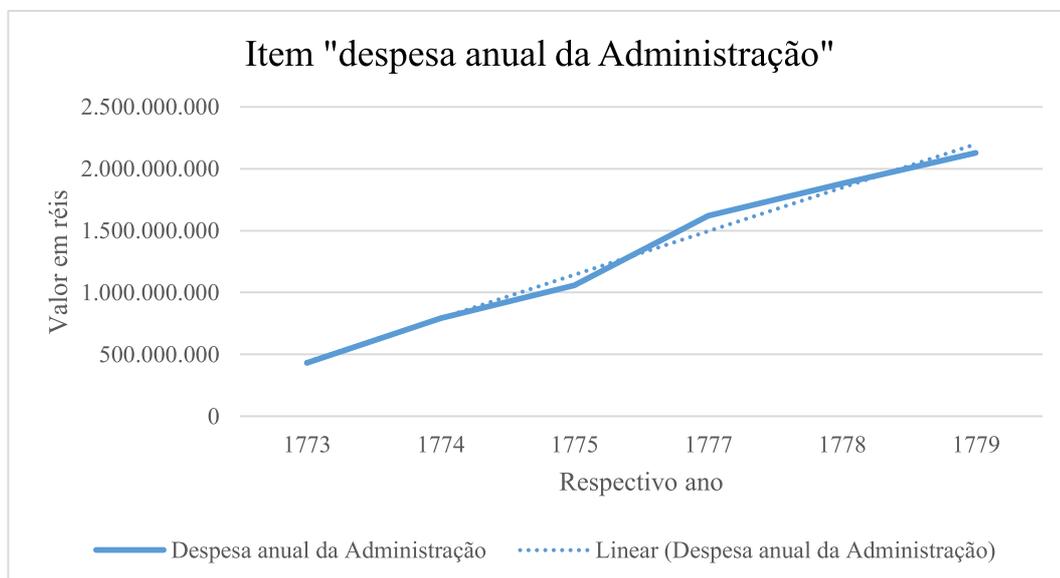
A despesa feita nos dois anos 1772 e 1773 importou 742:959\$962 ½, de que se abaterão 53\$100. Custo de duas madeiras despendidas com a obra da Intendência, as quais tinham [ilegível] da obra desta casa, e [ilegível] lançaram se nos Inventario do último de dezembro 1773, ficando a devida despesa na quantia em frente: [...].²⁹

Assim como no ano de 1778:

A quantia em frente é a importância da despesa feita com o costeio da Real Extração dos Diamantes, desde o primeiro de janeiro 1772 até o último de dezembro de 1777, a qual se há de compensar com 13.467/8^{vas} 1 ½ v.^s diamantes, [...].³⁰

Com base nesses dados, podemos formar o seguinte gráfico:

Gráfico 19: Gráfico do item "Despesa anual da Administração"



Fonte: Projeto Resgate / Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 107. Doc. 74; AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 56; AHU_ACL_CU_011, Cx. 109. Doc. 60; AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc.70; AHU_ACL_CU_011, Cx. 115. Doc. 15; e AHU_ACL_CU_011, Cx. 117. Doc. 21.

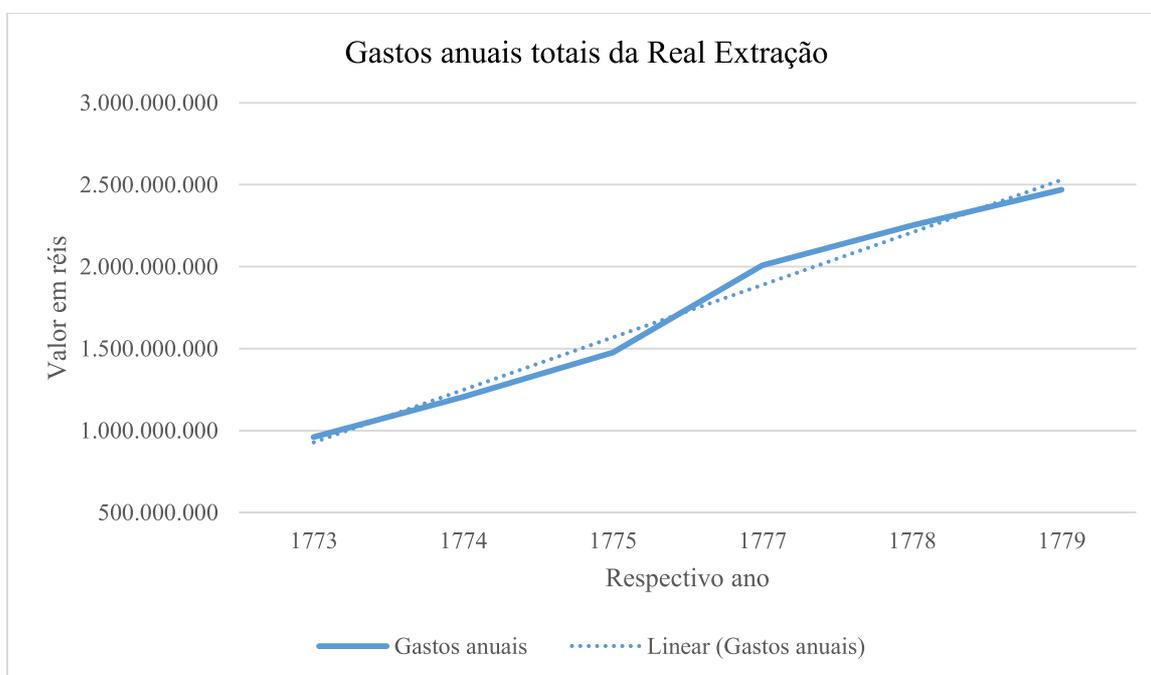
²⁹ AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 56.

³⁰ AHU_ACL_CU_011, Cx. 115. Doc. 15.

Verificamos que há uma tendência de crescimento contínuo. Isto é previsível quando lembramos que tal item se refere a despesas somadas dos anos anteriores da Administração, que vão se acumulando no decorrer dos anos. Tal dado pode nos ajudar a entender o porquê da diferença entre o descrito pelo Intendente Luiz Beltrão de Gouvêa, no início deste capítulo, e o que observamos na documentação obtida.

Por conseguinte, ao contrário do valor apresentado pelo Intendente —que evidencia uma estabilidade nas despesas, apresentando somente um pico mais elevado nos dois primeiros anos —, os valores encontrados por meio da documentação analisada nos mostram uma elevação gradual. Como demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 20: Gastos anuais totais da Real Extração



Fonte: AHU_ACL_CU_011, Cx. 107. Doc. 74; AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 56; AHU_ACL_CU_011, Cx. 109. Doc. 60; AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc.70; AHU_ACL_CU_011, Cx. 115. Doc. 15; e AHU_ACL_CU_011, Cx. 117. Doc. 21.

Notamos uma similitude das curvas de ambos os gráficos, havendo crescimento aproximado nos mesmos anos. Isso poderia dar um embasamento para pensarmos que a diferença entre os valores da documentação e os apresentados por Beltrão de Gouvêa se tratasse deste valor. Não obstante, na própria documentação se dá a explicação para tal diferença. Utilizando o ano de 1774 como exemplo, podemos ver no parágrafo final:

Da recopilação acima se mostra importar a despesa feita neste ano como costeio da Real Extração dos Diamantes 266:305\$586 ½, depois de abatidos dela 12:671\$025 réis, valor de 10.559/8^s e 6 v.^s de ouro extraído das Lavras Diamantinas; a somar com o costeio da extração pertencente a presente

Administração 240:505\$369, com que entram 5:116\$000 [do] custo das lavras inventariadas e vão abatidos 8:265\$937½ [no] valor de 6.888/8^s 1/10 1 v.^m de ouro extraído, a cuja quantia devem servir de compensação 1392/8^s ¾ 7 v.^s de diamantes extraídos em que está imbuída 1/8^a de diamantes extraviados, com que se forem extraídos dos Cascalhos, que existem, continuam a lavar-se; E com o resto das lavagens dos cascalhos, e a regras que haviam ficado dos anos 1772 e 1773, em que entram mais despesas pertencentes a Administração pretérita, que se não haviam lançado no seu tempo competente 25:800\$217 ½ líquidos de 4:405\$087 ½ valor de 3.670/8^s ¾ 5 v.^s de ouro extraído das ditas lavagens, as quais renderão para compensação da referida despesa 727/8^s e 2 v.^s de Diamantes. Eu João Antônio Maria Verciani Guarda Livros da Real Extração dos Diamantes, que extrai dos Livros dela a presente balanço, e sua recopilação até o último de dezembro 1774, certifico, que é fielmente conforme a tudo o que se contém nota [nos] Livros Diário, e de Razão, que se acham o meu Cargo, com os quais são conferidos ou auxiliares, e mais Documentos a que eles se reportam. Tijuco 30 de Junho 1775.³¹

Neste excerto, percebemos como os dados apresentados nos documentos eram lapidados, contendo diversas subtrações pela produção de ouro e diamantes do ano, bem como das lavagens feitas nos cascalhos de anos anteriores, que voltavam para os cofres da Real Extração. Isso é o que explica a diferença entre os valores apresentados em todos os documentos e o que foi afirmado pelo Intendente na década de 1790.

Além disso, o próprio valor das despesas seria enorme frente aos gastos da Capitania de Minas, o que não faria sentido, visto que o território da Capitania era muitas vezes superior ao do Distrito Diamantino. Segundo o pesquisador Carlos Gabriel Guimarães, a despesa para a capitania seria de 495:169\$575 réis no ano de 1795, enquanto, em 1779, o ano mais próximo da nossa documentação, a despesa seria de 2.468:981\$092 réis, quase cinco vezes maior, uma enorme discrepância, mesmo com os anos de diferença. Enquanto o que foi apresentado pelo Intendente, para o ano de 1779, foi de 239:662\$086 ½ réis, mais realista quando pensamos nas dimensões da Capitania e do Distrito Diamantino. Além disso, mesmo no ano de 1794, o último apresentado pelo Intendente, temos um valor muito abaixo do que apresentado pelo documento de 1779, sendo de 250:000\$000³². O que nos permite afirmar que esse valor de 2.468:981\$092 réis seria a despesa “bruta”, enquanto a despesa real seria a “bruta” menos os diversos abatimentos feitos, chegando ao custo real de 495:169\$575 réis no ano.

Como outro exemplo, citaremos o ano de 1775:

Da recopilação acima se mostra, importar a despesa feita neste ano, com o costeiro da Real Extração dos Diamantes 264:798\$698, depois de abatidos

³¹ AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 56.

³² AHU_ACL_CU_011, Cx. 139\Doc. 46.

dela 21:248\$925, valor do ouro extraído das lavras diamantinas, a cuja quantia hão de servir de compensação 2.077/8^s $\frac{3}{4}$ e 1 v.^m de Diamantes extraídos, e 2/8^s $\frac{1}{4}$ e 1 v.^m de ditos confiscados com 11\$662 $\frac{1}{2}$ réis; Como tão bem os mais diamantes, que se forem extraindo dos Cascalhos, que existem, e se hão atualmente lavando advertindo, que na sobredita despesa ficam incluídos 858\$053, despendidos com a lavagem do resto das areias, que haviam ficado, pertencentes aos anos 1772 e 1773, para cuja compensação se tirou 21/8^s e $\frac{3}{4}$ de Diamantes, que do mesmo modo se acham incluídos nas sobreditas 2077/8^s $\frac{3}{4}$ e 1 v.^m. Eu João Antônio Maria Verciani, Guarda Livros da Administração da Real Extração dos Diamantes, que extraídos dos livros dela o presente Balanço até o último de dezembro 1775, atesto, que é fielmente, conforme atuado o que se contém nos Livros Diário, e de Razão, que se acham a meu cargo, com os quais são conferidos os auxiliares, e mais documentos o que eles se reportam. Tijuco 24 de Junho 1776.³³

Nas despesas apresentadas pelo Intendente referente ao ano de 1775, foi apresentado o valor de 264:798\$698, o que equivale ao número apresentado pela documentação. Isso, após o abatimento dos valores da extração dos diamantes e do ouro e da lavagem da areia residual de anos anteriores.

Retornando aos dados apresentados por Virgílio Noya Pinto, no primeiro capítulo, iremos apresentar uma breve diferença entre os valores apresentados pelas fontes utilizadas e a despesa afirmada pelo Intendente. Em uma coluna estão as despesas encontradas; em outra coluna, utilizaremos a despesa após os abatimentos e na última, o valor dos contratos na Europa, citados por Noya Pinto. A tabela ficou assim:

Tabela 21: Comparação entre as despesas encontradas na documentação, a detalhada pelo Intendente e valor dos contratos na Europa

Anos	Despesa encontrada nos documentos	Despesa detalhada pelo Intendente	Valores do contrato na Europa
1773	960:633\$112 $\frac{1}{2}$	361:468\$500	359:127\$400
1774	1.205:323\$871 $\frac{1}{2}$	266:305\$586 $\frac{1}{2}$	524:127\$000
1775	1.476:374\$830	264:798\$698	563:704\$200
1777	2.007:960\$037 $\frac{1}{2}$	260:384\$173 $\frac{1}{2}$	569:328\$550
1778	2.251:951\$217	248:066\$219	585:290\$700
1779	2.468:981\$092	214:766\$562	369:849\$260

Fonte: AHU_ACL_CU_011, Cx. 107. Doc. 74; AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 56; AHU_ACL_CU_011, Cx. 109. Doc. 60; AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc.70; AHU_ACL_CU_011, Cx. 115. Doc. 15; e AHU_ACL_CU_011, Cx. 117. Doc. 21;

³³ AHU_ACL_CU_011, Cx. 109. Doc. 60.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 139\Doc. 46; e Diamantes: extração pela Coroa e venda por contratos (1772-90). PINTO, Virgílio Noya. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. São Paulo, Ed. Nacional, 1979, p. 222.

Nesta tabela, como notamos, as despesas sem os abatimentos se tornam progressivamente maiores, como dito anteriormente. Apesar disso, superam muito os valores das despesas apresentadas pelo Intendente Luiz Beltrão de Gouvêa e da venda dos diamantes na Europa. Com o valor real da despesa, ou seja, após feito os abatimentos descritos na documentação, podemos perceber que a lucro da Real Extração em quase todos os anos apresentados, com exceção de 1773, quando as despesas ultrapassam o valor da venda em 2:321\$100 réis. No entanto, por ser o segundo ano de funcionamento da instituição, podemos pensar que ainda havia custos adicionais para organizá-la completamente, o que explicaria os custos mais elevados para os dois primeiros anos, 1772 e 1773.

Nos demais anos, são visíveis os grandes lucros que eram gerados pela mineração dos diamantes, chegando a ser mais que o dobro em alguns anos. Isso nos possibilita supor que, para a Coroa Portuguesa, era interessante manter a exploração dos diamantes, uma vez que, além de um símbolo de poder e *status*, os diamantes também geravam uma quantidade significativa de renda.

Uma das despesas que surge anualmente nos documentos explorados diz respeito aos valores de manutenção das lavras trabalhadas; contudo, este será nosso tema para o próximo capítulo. Por isso, não iremos adentrar essa temática no momento, para não torná-la repetida.

Nos documentos utilizados, nem sempre uma despesa surge todos os anos. Em alguns casos, somente em poucos anos há a citação de uma dada despesa. Isso ocorre, por exemplo, com as despesas referentes às obras da Intendência, os bens arrematados por ela, as contas suspensas, a botica e as despesas da caixa. Já em outros dados, há especificamente os itens relativos ao hospital e as despesas gerais, que não estão totalmente organizadas nos ditos anos. A despesa sobre o hospital surge diretamente somente no ano de 1773, enquanto em outro ano, no de 1779, aparece englobado nas despesas gerais. Já esta última, as despesas gerais, surgem sem definições na maior parte dos anos; todavia, também em 1779, a mesma surge detalhada.

Em 1779, há divergências dos elementos apresentados, sendo os tais: contadoria, hospital, bestas de carga, abegoaria, fretes e carretos, fardamento e outros gastos gerais. Como podemos perceber, há despesas que não aparecem em nenhum outro ano, dos aqui delimitados. Isso nos mostra como havia elementos internos para o pleno funcionamento da

Real Extração que só pela documentação acaba nos escapando, mesmo que seu gasto esteja englobado nas despesas gerais.

Porém, mesmo tais faltas criando discrepâncias para a pesquisa, acreditamos que sua presença seja importante por dois motivos. O primeiro é demonstrar como as fontes chegaram ao nosso tempo, incompletas em sua criação e, possivelmente, na sua utilização. O segundo ponto, que se conjuga ao primeiro, é a tentativa de ver com totalidade a fonte utilizada, mesmo que não seja padronizada.

Outros dados, ao contrário dos demais apresentados anteriormente, estão presentes em todos os anos, o que facilita nosso entendimento sobre os gastos da Real Extração, permitindo-nos ter uma ideia dos valores para se pôr em ação tal empreitada régia. Estes dados variam entre despesas com a escravatura, com as bestas de carga (também apresentadas como “cavalgadas e tropas de bestas muares” em alguns documentos), com a fazenda, fábrica e massame, assim como outros. Entre estas, também temos a nomeada “de vários devedores”, tratando das dívidas criadas pela Real Extração com o pessoal que trabalha nela, assim como os jornais de negros, dívidas ativas e alguns materiais comprados pela Administração.

Juntando todas essas despesas, criamos a seguinte tabela:

Tabela 22: Outras despesas da Real Extração

Anos	1773	1774	1775	1777	1778	1779	Total
De vários devedores	28:100\$137 ½	21:203\$187	15:357\$762	15:218\$310	14:880\$398	14:561\$022	109:320\$817 ½
De obras da Intendência	1:521\$225	2:756\$018	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	4:277\$243
De bens rematados	1:874\$400	1:874\$400	278\$587	Sem dados	Sem dados	Sem dados	4:027\$387
Da Caixa	Sem dados	Sem dados	11:253\$985	Sem dados	3:781\$341	2:297\$266	17:332\$592
Fazendas, Fábricas e Massame	46:680\$562 ½	43:591\$536	36:027\$275	37:083\$180	30:813\$899	31:976\$864	226:173\$317 ½
Mantimentos	7:217\$025	3:564\$141	17:493\$020	5:568\$889	4:760\$689	9:232\$316	47:836\$080
Botica	3:639\$600	1:192\$812	639\$064	Sem dados	Sem dados	Sem dados	5:471\$476
Propriedades	20:200\$012 ½	20:200\$000	20:200\$000	20:200\$000	20:200\$000	20:200\$000	121:200\$012 ½
Móveis	2:956\$050	3:143\$297	3:011\$882	2:870\$040	2:999\$490	3:050\$916	18:031\$675

Escravatura	36:328\$012 ½	35:484\$400	34:824\$987	33:671\$087	33:038\$387	31:864\$175	205:211\$048 ½
Abegoaria	946\$462 ½ ³⁴	759\$625	959\$425	989\$425	1:325\$425	1:571\$425	6:551\$787 ½
Bestas de Carga	17:661\$900	10:945\$600	10:927\$600	10:766\$600	10:597\$462	9:915\$462	70:814\$624
Do Hospital	4:114\$312 ½	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	2:824\$066	6:938\$378 ½
Despesas Gerais	23:125\$162 ½	29:631\$315	19:663\$036	17:134\$243	21:871\$212	20:932\$081	132:357\$049 ½
De Conta Suspensa	1:830\$450	1:400\$405	1:390\$092	Sem dados	Sem dados	1:276\$360	5:897\$307

Fonte: AHU_ACL_CU_011, Cx. 107. Doc. 74; AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 56; AHU_ACL_CU_011, Cx. 109. Doc. 60; AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc.70; AHU_ACL_CU_011, Cx. 115. Doc. 15; e AHU_ACL_CU_011, Cx. 117. Doc. 21.

Podemos observar que existe uma gama de despesas pagas pela Real Extração na documentação estudada. Existem gastos que tem um valor alto, os relativos à escravatura e às Fazendas, Fábricas e Massame, compondo um valor sempre superior ao 30 milhões de réis, ou 30 contos de réis³⁵. Um valor alto, quando colocamos como perspectiva que os custos de manutenção da capitania de Minas era de 289:557\$044 no ano de 1797³⁶, mesmo com a distância temporal. Podemos ver que um único item representava quase 10% do custo da capitania para este ano.

Já outras despesas têm um valor bem menor, como o caso da abegoaria e dos móveis; mas, no caso da primeira, temos um crescimento do ano de 1773 até o de 1779. Esse item é relativo aos bois pertencentes à Administração, referindo-se tanto aos animais quanto aos utensílios necessários para sua utilização. Em 1773, o custo foi de 946\$462 ½ réis, sendo relativos à abegoaria incluída no inventário, e outra nos gastos gerais. Essa segunda é descrita como:

Importou a despesa feita com a abegoaria no presente ano, a quantia de 325 ½ 2 [282\$675] com ordenados, e [alimentos] de carreiros e sustento de bois, se lhe tem abatido 176 ¾ 3 [212\$212 ½], de despesas da mesma abegoaria,

³⁴ Para chegar ao valor total da despesa com a abegoaria e da bestas de carga, foram somados os valores dos itens “despesas gerais” e “do inventário”. Ambas foram relativas ao ano de 1773, e em ambos os itens há valores para essas duas despesas. Como não há identificação se uma está incorporado a outra, fizemos a soma e a apresentamos como está feito acima.

³⁵ Um conto de réis equivale a um milhão de réis (1.000\$000).

³⁶ GUIMARÃES, C. G. O rendimento da capitania das Minas Gerais no período 1795-1800: uma comparação com as capitanias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco. Pág. 7. Link: < <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A032.PDF> >.

que pertenceram a obra da Real Intendência, aquém se carregaram, e fica pertencendo a esta conta a quantia em frente.³⁷

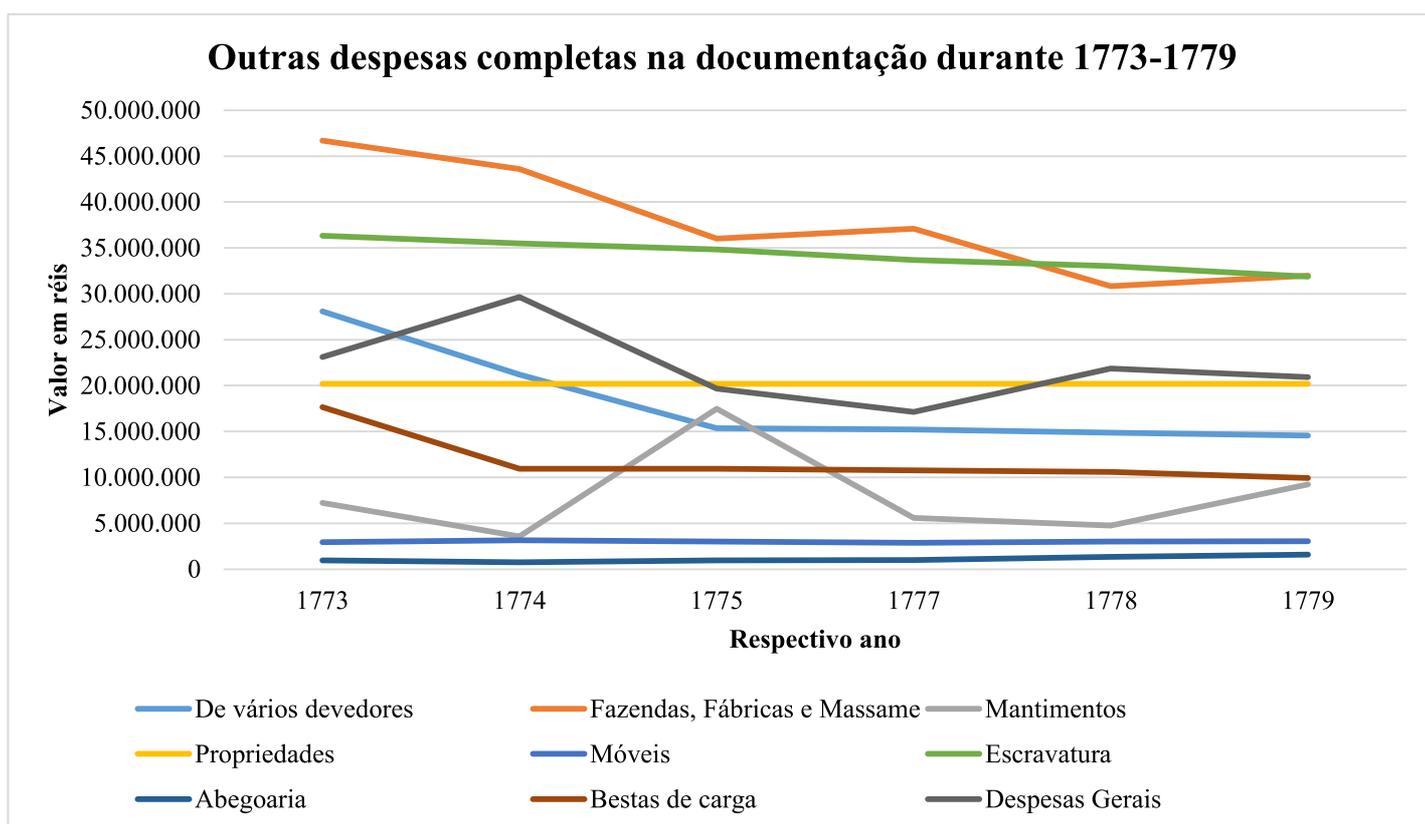
Outro documento de 1778 afirma que a despesa de 1:325\$425 réis. Ou seja, um crescimento de aproximadamente 40% em relação à primeira citação. Além disso, nesta já há a quantificação de bois presentes. Neste documento, afirma-se que:

Ficaram em balanço no último de dezembro do ano passado 108 bois de carro, os quais com os moveis, que lhes são respectivos, importaram 989\$425, e lhes cresceram neste ano 336\$000, importância de 56 Bois, que se compraram³⁸.

Outro ponto relevante de se notar é a estabilização das despesas com as propriedades, que ficam estáveis a partir do ano de 1774, com o valor de 20:200\$000. Tais despesas são da manutenção das casas da Administração, dos armazéns, do hospital, das casas e do paiol das Bicas. Como pode ser lido na documentação de 1775: “A quantia em frente é o custo por que foram avaliadas as casas da Administração, com seus armazéns, o hospital, as casas e paiol das Bicas.”³⁹.

Por meio de tais elementos, podemos elaborar um gráfico para representar visualmente tais despesas. Contudo, o mesmo não será feito com todos os elementos. Usaremos somente aqueles que possuam dados em todos os anos aqui explorados, pois, dessa forma, fica mais clara a diferenciação dos valores de um ano para o outro. Excluindo os anos que não temos do gráfico. Então, ficou assim:

Gráfico 21: Outras despesas completas na documentação durante 1773-1779



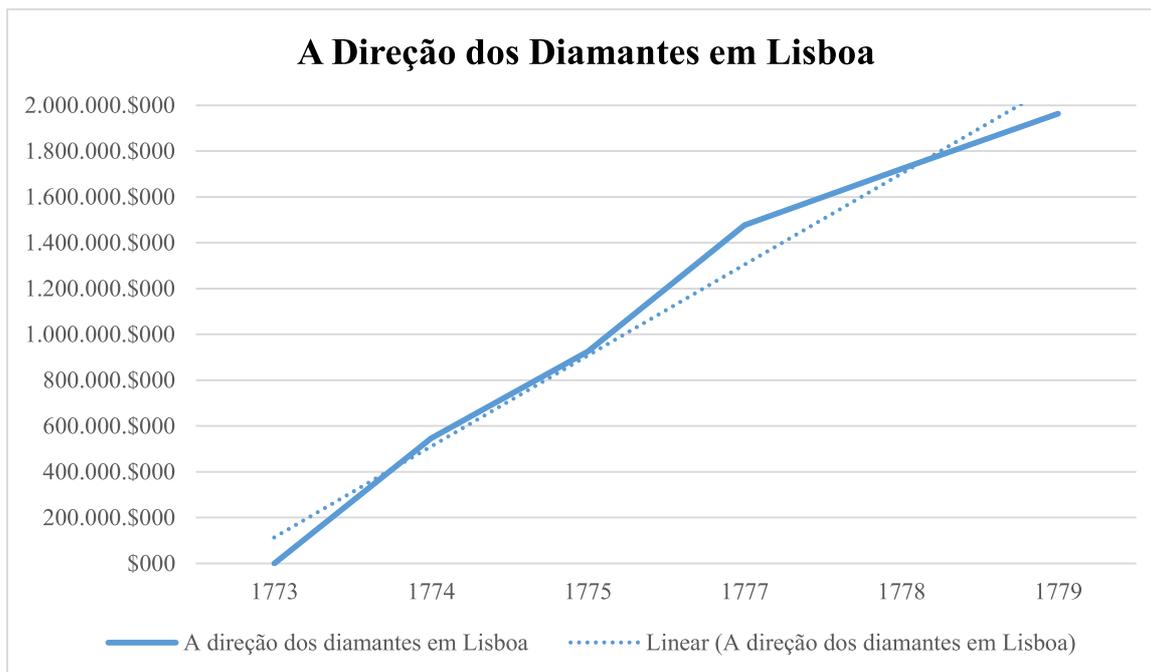
Fonte: AHU_ACL_CU_011, Cx. 109. Doc. 60; AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc.70; AHU_ACL_CU_011, Cx. 115. Doc. 15; e AHU_ACL_CU_011, Cx. 117. Doc. 21.

Observando todos esses dados, podemos afirmar que as despesas da Real Extração eram grandes e variadas. Além daquilo que é apresentado pela historiografia, existiam as mais diversas despesas que deveriam ser supridas anualmente, como pode ser visto na documentação apresentada. Tanto os suprimentos para manutenção dos escravos e dos bois utilizados, assim como os aluguéis pagos para os donos dos escravos, a manutenção das propriedades e da atividade ali geradas. E, especialmente, as lavras a partir das quais ocorriam a mineração dos diamantes, sendo a busca de novas lavras e de novas regiões mineradoras uma característica palpável decorrente da documentação observada. Todos esses elementos tinham de ser levados em consideração para a plena manutenção da instituição, e para que ela pudesse explorar um recurso tão precioso como os diamantes.

Além disso, podemos perceber que os valores das despesas da instituição — sem os abatimentos, visto pela ótica destes documentos — cresciam a anualmente, contrariando o que observamos no balanço feito pelo Intendente Luiz Beltrão de Gouvêa. Contudo, com os descontos dos valores dos diamantes e do ouro extraído, que retornavam ao caixa da administração, havendo certa estabilidade nas despesas.

Passando agora a tratar das receitas dos ditos anos, podemos perceber que a principal renda apresentada na documentação foi a referente à “Direção dos Diamantes em Lisboa”, que, apesar de não estar presente no primeiro ano apresentado (em 1773), esteve presente nos demais anos e foi se tornando progressivamente maior, ocupando a maior parte da renda, partindo de 546:129\$572 réis em 1774 para 1.963:248\$507 réis em 1779. Dessa forma, aumentou mais de três vezes o seu valor. Isso pode ser representado:

Gráfico 22: A Direção dos Diamantes em Lisboa



Fonte: AHU_ACL_CU_011, Cx. 107. Doc. 74; AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 56; AHU_ACL_CU_011, Cx. 109. Doc. 60; AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc.70; AHU_ACL_CU_011, Cx. 115. Doc. 15; e AHU_ACL_CU_011, Cx. 117. Doc. 21.

Como essa receita representa a compensação da Diretoria de Lisboa para gastos do ano anterior e o repasse de valores para a Real Extração, podemos entendê-la como uma forma de manter equilibrada as contas da instituição. Assim como os valores de despesa, também acreditamos que tal receita deve ser somada anualmente, pois seus valores se tornam extremamente altos, não compensando os ganhos da Coroa portuguesa na produção de diamantes.

Há dados que não surgem em todos os anos, são valores que aparecem em poucos anos dos aqui estudados e que derivam de situações específicas, como a “Inspeção geral dos diamantes em caixa”, que só surge em 1773 — e surge devido aos créditos do ano anterior e aos valores adiantados através do caixa, quando estava ia para a região mineradora tomar posse de seu cargo. O valor deste item é de 307:330\$575 réis, só existindo em 1773. Outro exemplo é “a herança do falecido caixa Luís Lopes”. Nos dados encontrados, este item só surge no segundo triênio estudado, 1777, 1778 e 1779. Na descrição deste item, nos é informado um retorno aos cofres da instituição de créditos dado ao falecido caixa. Além disso, nos três anos, o seu valor é o mesmo: 1:822\$562 ½ réis.

Sobre os valores apresentados em todos os anos, temos a seguinte tabela:

Tabela 23: Receitas contidas em todos os anos estudados

Ano	A capital	Ao sexto contrato dos diamantes	Bilhetes aceitos	Bilhetes impressos da administração	A bilhetes por aceitar	De vários credores	A confiscos
1773	221:903\$145	26:147\$625	131:807\$145	154:716\$450	6:300\$825	91:101\$750	49\$275
1774	221:903\$325	27:417\$000	166:058\$940	59:344\$750	923\$400	21:865\$837 ½	49\$275
1775	221:903\$325	30:638\$400	145:392\$890 ½	56:371\$112 ½	720\$975	1:450\$237 ½	60\$937 ½
1777	221:903\$325	34:056\$300	90:128\$437 ½	82:146\$620	720\$975	1:021\$237 ½	150\$825
1778	221:903\$325	34:267\$912 ½	50:150\$437 ½	118:646\$875	720\$975	1:021\$237 ½	152\$325
1779	221:903\$325	34:331\$587 ½	27:441\$262 ½	107:492\$470	720\$975	992\$212 ½	152\$325
Total	1.331:419\$770	186:858\$825	610:979\$113	578:718\$277 ½	10:108\$125	117:452\$512 ½	614\$962 ½

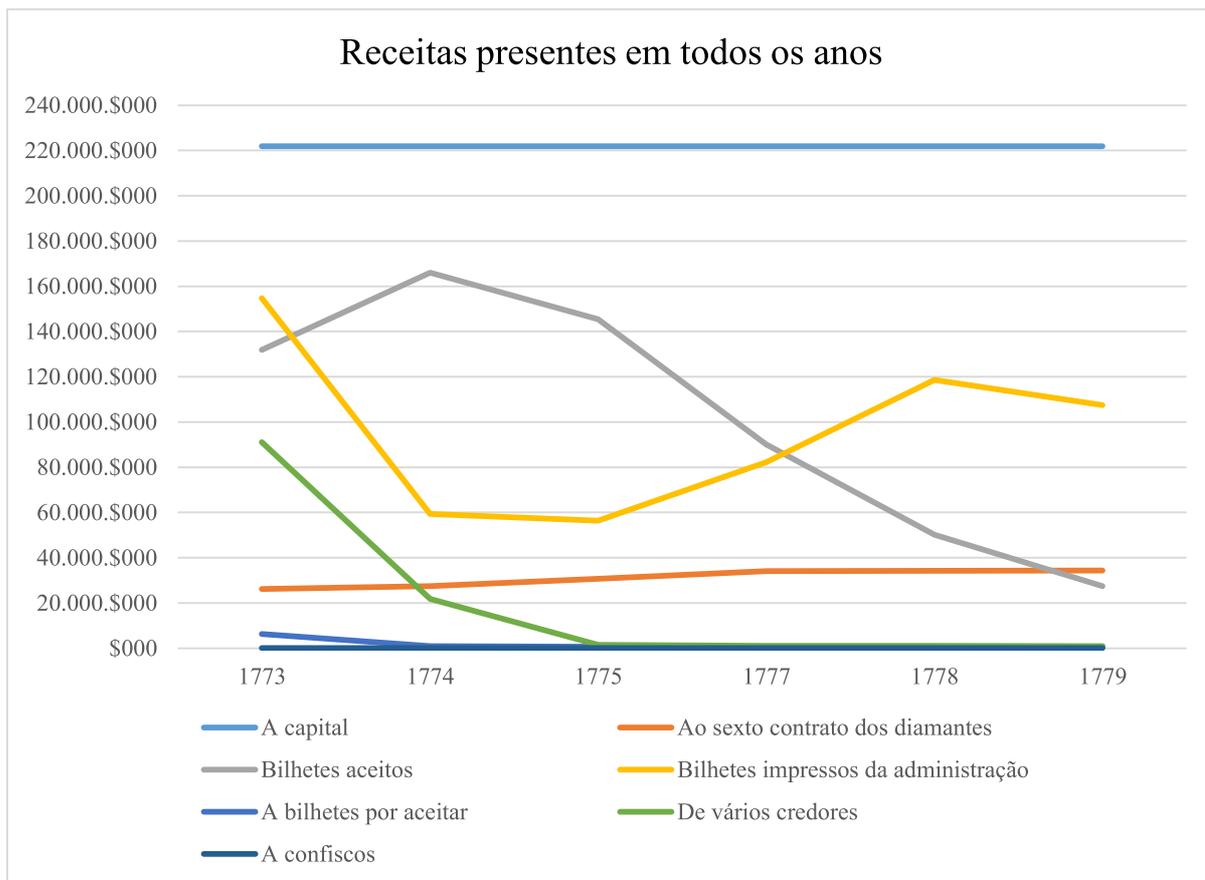
Fonte: AHU_ACL_CU_011, Cx. 107. Doc. 74; AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 56; AHU_ACL_CU_011, Cx. 109. Doc. 60; AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc.70; AHU_ACL_CU_011, Cx. 115. Doc. 15; e AHU_ACL_CU_011, Cx. 117. Doc. 21.

Podemos observar que os recursos proveniente do eixo “a capital”, que compreende todos os valores do inventário decorrente do sexto contrato dos diamantes, são basicamente os mesmos valores em todos os anos. Já em outros anos, não há uma tendência clara, como nos “Bilhetes impressos da administração”, que são os bilhetes adiantados para suprir as demandas da instituição. Pela tabela, vemos que há uma queda vertiginosa das receitas e posteriormente um aumento.

Outro detalhe importante é a diferença entre os valores das receitas — por exemplo, os valores advindos dos confiscos variam entre 49\$275 e 152\$322 réis e são os mais baixos, já os provenientes do “a capital” são os mais altos, 221:903\$325 réis por ano. Essa diferença é visível quando apresentarmos o gráfico com esses itens reunidos. Enquanto alguns permanecerão bem visíveis, os menores irão se aglutinar na parte inferior.

Com os dados reunidos, criamos o seguinte gráfico:

Gráfico 23: Receitas presentes em todos os anos



Fonte: AHU_ACL_CU_011, Cx. 107. Doc. 74; AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 56; AHU_ACL_CU_011, Cx. 109. Doc. 60; AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc.70; AHU_ACL_CU_011, Cx. 115. Doc. 15; e AHU_ACL_CU_011, Cx. 117. Doc. 21.

O principal ponto ao se dedicar aos estudos das receitas anuais nos ditos balanços é tentar buscar nelas os valores que expliquem as diferenças entre os as despesas encontradas na documentação e as divulgadas pelo Intendente Luiz Beltrão de Gouvêa. Contudo, ao observarmos os valores apresentados nas receitas, podemos verificar que, em todos os anos, o somatório é idêntico aos da despesa. Ou seja, não importa o ano, a diferença de ambas é igual a zero, não apresentando uma resolução para nosso questionamento em utilizá-la.

Não obstante, das receitas aqui documentadas, somente duas tratam diretamente de valores vindos do cofre de Lisboa. Um é a “Inspeção Geral dos diamantes em Caixa”, apresentado somente no ano de 1773, e que trata dos créditos dos anos anteriores e os valores adiantados através do caixa. Já o segundo é proveniente da “Direção dos Diamantes em Lisboa”, relativos aos valores enviados pela Direção de Lisboa para o custeio da Real Extração em Minas, assim como compensações de diversos gastos. Este, por sua vez, está presente nos demais anos aqui estudados. Ambos partem do pressuposto de um envio de recursos de Lisboa para a Real Extração, visando suprir demandas da instituição e algum retorno existente, mesmo que para este segundo item existiram outras formas de arrecadação

da instituição mineira. Como acreditamos que os valores sejam somados, tanto o desta arrecadação, quanto os da despesa como um todo, ao subtrairmos o valor de um ano pelo do ano anterior, teríamos:

Tabela 24: Valores das receitas “Inspeção geral dos diamantes em caixa” e “Direção dos Diamantes em Lisboa” de cada ano

Ano	Item da receita	Valor apresentado nos documentos	Valor de diferença entre os anos da receita	Valor da despesa anual apresentado pelo Intendente
1773	Inspeção geral dos diamantes em caixa	307.330\$575	307.330\$575	361:468\$500
1774	A Direção dos Diamantes em Lisboa	546.129\$572	238.798\$997	266:305\$586 ½
1775	A Direção dos Diamantes em Lisboa	924.983\$503	378.853\$931	264:798\$698
1776	-	-	-	295:607\$091
1777	A Direção dos Diamantes em Lisboa	1.476.951\$602	551.968\$099	260:384\$173 ½
1778	A Direção dos Diamantes em Lisboa	1.722.439\$500	245.487\$898	248:066\$219
1779	A Direção dos Diamantes em Lisboa	1.963.248\$507	240.809\$007	214:766\$562

Fonte: AHU_ACL_CU_011, Cx. 107. Doc. 74; AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 56; AHU_ACL_CU_011, Cx. 109. Doc. 60; AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc.70; AHU_ACL_CU_011, Cx. 115. Doc. 15; e AHU_ACL_CU_011, Cx. 117. Doc. 21.

Antes de analisarmos a tabela, vale ressaltar que o valor da diferença foi encontrado subtraindo o respectivo ano pelo seu antecessor, dando-nos uma ideia do valor enviado pela Coroa para subsídio das atividades da Real Extração. Além disso, a presença do ano de 1776 na mesma foi para lembrarmos que, pelo fato de existir uma perda de dados — devido à falta de documentação deste ano. Portanto, ao vislumbrarmos a receita em 1777 e dela fazermos a diferença para sabermos o quanto foi a do ano, ela não representa somente a si própria, mas também conjuga o valor do ano anterior. Por conseguinte, o valor destacado de 551:968\$099 réis é a receita para 1777 e 1776, e não somente do primeiro.

Ao observarmos os valores da despesa descrita pelo intendente em seu documento, e nos atentarmos para a diferença dos valores entre os anos, podemos vislumbrar certas semelhanças. Por isso, uma de nossas teorias é que a maior parte dos valores que o intendente afirmou serem da Coroa está subtendidas nestes dois itens. Não podemos afirmar ser o valor

total, pois, na própria descrição dos mesmos está explícito o fato de conter algumas compensações por gastos que não são recorrentes.

Outro fator que corrobora para tal afirmação é a inexistência de outras receitas da administração diamantina que partem diretamente de Lisboa ou da Coroa. As demais se justificam como referentes aos bilhetes, ao resto do 6º contrato dos diamantes ou do retorno de gastos que não são da alçada da Real Extração. Portanto, pela documentação encontrada, faz sentido atrelar os dois valores. Até mesmo no ano de 1777, se fizermos uma média do valor subtraído, teríamos aproximadamente 276:000\$000 réis por ano — uma renda que se aproxima das despesas da Coroa apresentadas pelo intendente.

Agora, partiremos para o terceiro capítulo, que irá abordar a temática das lavras diamantinas, decorrentes do que foi encontrado na documentação pesquisada e, em especial, nos balanços econômicos da instituição.

3. AS LAVRAS DIAMANTINAS

Neste terceiro capítulo, iremos direcionar nosso estudo para as lavras diamantinas, procurando entender o seu funcionamento, seus custos para a instituição e a relação do serviço e sua produtividade com o meio ambiente. Contudo, antes de aprofundarmos na temática, é interessante apresentarmos duas autoras que tratam da relação do homem colonial com a terra e uma geógrafa que nos apresenta detalhadamente os dados geográficos da região. Mesmo que as mesmas não tratem da Real Extração diretamente, podem servir como um aporte teórico nesta relação. A primeira é a historiadora Laura de Mello e Souza, que apresenta como é a visão do homem colonial, em especial o europeu, com a nova terra, demonstrando como o homem modifica o ambiente para se tornar algo mais próximo da sua realidade e dominando a natureza por meio do conhecimento sobre a geografia local e a produção sobre os recursos existentes ali.

A segunda autora é a historiadora Carolina Marotta Capanema, que em seu livro descreve a importância do meio ambiente para aquela sociedade, assim como sua relação com a exploração mineral. Citaremos também Mariana de Oliveira Lacerda, uma autora que faz a relação da paisagem do que era o Distrito Diamantino com a atualidade da região, além dos garimpeiros que ali viviam. Além dessas autoras, também destacaremos um autor já mencionado anteriormente, Wilhelm Ludwig von Eschwege, que nos apresenta com detalhes a forma de extração dos diamantes.

Utilizaremos como fonte os documentos presentes no Arquivo Histórico Ultramarino que foram utilizadas no capítulo anterior, assim como outros documentos que aumentam as possibilidades de estudo sobre as lavras e a organização produtiva das mesmas. Como por exemplo o documento AHU_ACL_CU_011, Cx. 110. Doc. 53, a partir do qual trataremos sobre o ano de 1776, que neste capítulo será citado, visto que tal documento fala sobre a quantidade de feitores e escravos nas lavras trabalhadas.

Para entendermos a relação com a terra, precisamos iniciar analisando o livro “O jardim das Hespérides – Minas e as visões do mundo natural no século XVIII”, de autoria da historiadora Laura de Mello e Souza. Neste livro, a autora busca entender as dualidades na ação do homem com a natureza, por meio de quatro eixos analíticos: a mitificação, a tragédia, a dimensão prática e a afetiva. Todas estas servem para representar as dádivas e os prejuízos da natureza para com o homem e a do segundo para com sua visão na sociedade.

A autora inicia observando a dimensão mítica da colonização mineira, reiterando que a ideia de Éden se dá no início da colonização, mas não só aí; posteriormente também, conhecida como mitificação tardia (SOUZA, 2022, p. 26). Ela chega a mencionar a extração dos diamantes neste trecho, afirmando que havia um exagero ao relatar as gemas, gerado pelo imaginário maravilhoso deste mineral. Remetendo a ideia de compensar as perdas ocorridas no Oriente, visto que a Índia era uma fonte de comercialização e extração (SOUZA, 2022, p. 30). Já a tragédia está relacionada às dificuldades da colonização e da mineração, como por exemplo a falta de víveres silvestres; mas, sobretudo, o aspecto montanhoso das minas, amedrontava e desafiava os sertanistas. Esse medo era decorrente da dificuldade ocasionada pelo frio das serras e das inundações, muito comuns na região (SOUZA, 2022, p. 42-50).

Na dimensão prática, a autora argumenta que o mito é central no início da colonização. Depois, é preciso entender e transformar a natureza, para explorá-la efetivamente, sendo que a ocupação deste espaço e a nomeação dos acidentes e localizações geográficas são formas de dominá-la e utilizá-la de forma mais adequada (SOUZA, 2022, p. 67-68). Segundo a historiadora, um dos símbolos desta dominação foi a construção de caminhos, que interligavam as mais diferentes partes da capitania. Além disso, tais aberturas eram incentivadas pela Coroa, mas feito por particulares. Eram essenciais para a movimentação comercial e de tropas, contudo, também eram utilizados pelos sujeitos que desviavam diamantes e ouro na capitania (SOUZA, 2022, p. 82-86). Por último, é citada a dimensão afetiva, na qual é representada pelas produções intelectuais e artísticas internas da capitania na segunda metade do XVIII. Há uma contradição, afirma a autora, visto que a segunda metade do setecentos ocorre uma diminuição da extração mineral, mas com um aumento intelectual e artístico, de modo que somente aí há um sistema cultural formado, e as elites buscando soluções para a “decadência” (SOUZA, 2022, p. 94-103).

Entretanto, uma afirmação fundamental na tese da autora é a de que o homem colonial não era movido somente por uma dessas dimensões, mas que tais mentalidades atuavam juntas, não eram separadas, mas todas existindo concomitantemente no indivíduo (SOUZA, 2022, p. 134).

A segunda autora que iremos apresentar neste terceiro capítulo é a historiadora Carolina Marotta Capanema, com seu livro “A natureza política das Minas: Mineração, meio ambiente e sociedade no século XVIII”. Tal escritora busca apresentar uma relação entre o homem, sociedade e meio ambiente, assim como a relação da mineração com a natureza. Para compreender tal relação, a historiadora apresenta o documento “a carta que veio das minas”,

uma fonte que retrata um encontro ficcional entre um minerador com as “minas”, personificada numa mulher.

Segundo Capanema, o documento foi um texto de ampla divulgação e era de caráter moralista, argumentando sobre a cobiça, que corrompia a elite dos magistrados e letrados da região. A natureza é usada como artifício argumentativo para o autor da carta, que possivelmente era minerador, ou um intelectual insatisfeito, visto que tal documento foi reunido na Academia das Ciências de Lisboa (CAPANEMA, 2019, p. 55-63). Contudo, o ouro não era visto negativamente na carta, mas positivamente, visto que a crítica é referente à elite, afirmando sobre o abuso de poder dos mesmos. Segundo a autora a crítica não é a única. Eram recorrentes os problemas por abuso dos oficiais da justiça, já que era uma sociedade hierarquizada, fundamentada em privilégios e redes de alianças, e quem estivesse fora de uma rede poderia sofrer abusos por isso (CAPANEMA, 2019, p. 78-80).

Outro tema debatido pela autora diz respeito às relações entre a mineração e o meio ambiente. Ela afirma que a mineração em Minas era dependente da chuva, diferente das regiões não tropicais. Os fiscadores eram prejudicados por ela, enquanto os que mineravam nas margens dos rios eram auxiliados pela mesma, e os que atuavam nos flancos das montanhas, a água era indispensável. O mito da mineração rudimentar mineira nasceu com o discurso de autores europeus, visto que, para a autora, o impacto da mineração nas serras e nos morros são um exemplo da potência e da tecnologia da mineração colonial (CAPANEMA, 2019, p. 94-95; 101-110). Além disso, segundo a autora:

Documentos datados do início e meados do século XVIII indicam que as técnicas utilizadas na mineração e o conseqüente impacto causado por elas foram determinados não pelo suposto atraso cultural e tecnológico da sociedade setecentista, como supunham memorialistas e viajantes estrangeiros no século XIX, mas por características culturais, políticas, sociais e econômicas ali presentes, e também por fatores relacionados ao conhecimento disponível e à composição do ambiente biofísico local. (CAPANEMA, 2019, p. 139).

Capanema também afirma que havia diversos modelos de empreendimentos. Alguns pequenos, individuais ou com poucas pessoas, e outros com imensas centenas de escravos. Sendo que as técnicas empregadas variavam conforme o terreno e o investimento feito. A autora trata mais especificamente sobre a questão do terreno, pois, por ser muito acidentado, o transporte de materiais do litoral era uma grande dificuldade nas Minas, desestimulando o uso de maquinário e focando nos escravos como força motriz na mineração (CAPANEMA, 2019, p. 153-157).

Complementando o debate aqui feito entre a relação do homem e o meio ambiente, traremos também a geógrafa Mariana de Oliveira Lacerda, que em sua tese de doutorado, denominada “A paisagem da terra dos diamantes”, trabalhou a geografia da região do Distrito Diamantino, observando tanto mapas do período colonial e imperial, quanto a mapas e imagens atuais. O foco de seu trabalho é utilizar os conceitos de paisagem para compreender a região da cidade de Diamantina, região onde fora delimitado o Distrito Diamantino. É interessante notar que a ideia de paisagem utilizado por ela ultrapassa a ideia de ecologia e meio ambiente, mas de uma construção histórica e social, tanto individual quanto coletiva (LACERDA, 2014, p.25-26).

Lacerda recria as divisões das lavras na demarcação, seus rios e as infraestruturas presentes, apresentando diversos mapas e fotos. Este é o capítulo quatro de sua tese, sendo dividido em duas partes, visto que a primeira apresenta diversos elementos da paisagem, como os rios, quartéis, pontes, as próprias lavras, dentre outros. Já na segunda parte do capítulo, a geógrafa divide a região em sete sub-bacias hidrográficas, apresentando um cruzamento de fontes, por meio de mapas históricos, mapas atuais, fotos e os mais diversos relatos (LACERDA, 2014, p.108). Este capítulo é o mais importante para nós, visto que podemos correlacionar com os dados obtidos pelos balanços econômicos, pois neles é indicado os gastos de algumas lavras, que podem ser encontrados na tese de Lacerda.

Outro ponto de destaque para o trabalho da autora são as diversas entrevistas com moradores da região trabalhada por ela, sobre as metodologias utilizadas, a geógrafa afirma que:

Foi utilizada a entrevista não estruturada com a intenção de oferecer ampla liberdade na formulação de perguntas e na intervenção na fala do entrevistado. A pesquisa permitiu uma organização flexível e um diálogo constante ao longo do dia de campo. Foram abordados os seguintes temas: (a) história pessoal e familiar do garimpeiro; (b) sua experiência com o garimpo no local visitado; (c) seu conhecimento sobre a técnica de extração do diamante; (d) sua leitura da natureza; (e) sua visão sobre as mudanças de conjuntura envolvendo os órgãos ambientais e de mineração. (LACERDA, 2014, p.40)

Além de utilizar fontes históricas e geográficas da região e as entrevistas dos moradores atuais, a autora também cita diversos viajantes estrangeiros do século XIX, tanto alguns da primeira metade do século, como John Mawe (1810), Ludwig Wilhelm von Eschwege (1811) e George Gardner (1840), assim como viajantes da segunda metade, como Johann von Tschudi (1858 a 1863) e Richard Burton (1867). Isso demonstra uma base

documental muito forte para a dissertação de doutorado da autora, apresentando diversos dados que nos ajudam a compreender a região diamantina

Por fim, podemos afirmar que a autora realiza uma profunda análise da região no decorrer do tempo e nas áreas trabalhadas por ela, contando com dados interessantes e contribuindo para os estudos do Distrito Diamantino. Voltaremos a citar esta tese mais em frente, ao definirmos as lavras que iremos trabalhar neste capítulo.

Para tratar sobre o funcionamento das lavras, voltaremos agora ao viajante do período Wilhelm Ludwig von Eschwege, que em seu livro já citado anteriormente, denominado “Pluto Brasiliensis”, trata do modelo empregado para a mineração dos diamantes no Distrito Diamantino. Primeiramente, o autor afirma que o modelo de exploração dos diamantes é simples, pois os mesmos são encontrados em “*grupiaras*”, os cascalhos que ficam nos leitos dos rios e córregos. Sendo o leito e as margens das fontes de água os principais locais de trabalho, onde era necessário o desvio do rio ou retirar a água por meio de equipamentos (ESCHWESE, 2011, p. 480).

Eschwege afirma que havia etapas na mineração dos diamantes. Inicialmente, realizava-se a extração do cascalho. Se fosse feita em rio, deveria haver uma mudança no curso do rio ou a criação de um desvio. Em seguida, seriam enchidas as *carumbés* de cascalho, sendo que *carumbé* é um recipiente cônico, onde se transporta o cascalho e o mineral contendo ouro e diamantes para serem lavados. O terceiro momento seria o referido transporte do cascalho, da região onde era minerado para o local onde seria lavado (ESCHWESE, 2011, p. 480-481). Em relação ao transporte, o autor afirma que em alguns locais o ideal seria a utilização de animais de carga. Contudo, os escravos realizariam um trabalho em locais que seria difícil para tais animais, o que explica sua extensa utilização nessa tarefa.

O autor retrata uma viagem que fez ao serviço do Monteiro, ao norte do Tejuco, e a outras lavras da região. É interessante destacar a utilização de diversos rosários nesta lavra, um equipamento hidráulico que ajudava na retirada de água do rio, e a utilização de animais para o transporte dos cascalhos para a lavagem, sendo que os cascalhos eram levados por meio de uma caçamba, que o autor afirma caber oitenta *carumbés*. Sobre a lavagem, o historiador afirma que, primeiramente, havia uma separação do cascalho por meio de peneiras, na qual seu funcionamento se daria da seguinte forma:

A máquina consistia em um cilindro oco, de doze a quinze palmos de comprimento e de mais ou menos cinco de largura, composto de travessas de ferro dispostas de tal modo que os espaços intermediários fossem menores na primeira metade do cilindro e maiores na segunda. Assim, na primeira

metade passava só areia muito fina, e na segunda seixos de tamanho não superior ao da avelã, o mais graúdo escoando-se pela boca inferior do cilindro. Este fazia um ângulo de cerca de 45° com o horizonte e era posto em movimento giratório por meio de uma roda hidráulica pequena, com admissão por cima do eixo.

Na extremidade superior desse cilindro existia uma cuba de madeira, tal como a dos moinhos, por onde o milho cai sob a mó. Na cuba do cilindro, os negros despejam constantemente cascalho. Este era arrastado pela água que corria no cilindro, o qual, pelo movimento de rotação, limpava completamente o cascalho da terra que o envolvia, separando-o em seguida. (ESCHWESE, 2011, p. 492).

O autor destaca que as três passagens de cascalho eram observadas atentamente para se encontrar os diamantes, e a saída principal era a mediana, a mais rica na extração deste mineral.

Posteriormente, havia a lavagem em si do cascalho, feita em lavadouros cobertos e que continham cerca de vinte e quatro ou quarenta “canoas” de lavagem. Em cada uma, havia uma saída de água. Em cada um desses locais trabalhava um escravo e, para cada oito escravos, havia um feitor que se sentava em frente a todos para vigiá-los e impedir o desvio de diamantes pelos tais escravos.

Por fim, o autor traz duas informações interessantes sobre o processo de extração dos diamantes. Algumas gemas, afirma o autor, eram muito pequenas, tendo que juntar diversas pedras para dar um valor razoável, chegando ao ponto de precisar de 22 diamantes para alcançar um quilate. Em contraponto, o memorialista relata que as pedras grandes eram raras, sendo que por ano eram apenas dois ou três de dezessete a 20 quilates (ESCHWESE, 2011, p. 496-497). Sobre o transporte de diamantes para o Rio de Janeiro, Eschwese afirma que:

A produção anual é encerrada em uma bela caixa forrada de marroquim vermelho, preso por tachas amarelas. É nessa caixa que os diamantes são enviados para o Tesouro do Rio de Janeiro, acompanhados durante toda a viagem por um empregado escolhido pelo Intendente, que lhe dá por escolta forte destacamento do corpo de cavalaria e dos pedestres. (ESCHWESE, 2011, p. 497).

Saindo agora dos escritos dos autores, iremos adentrar a documentação encontrada, procurando expor os dados sobre os serviços diamantinos. Iniciaremos retornando às lavras apresentadas na documentação do segundo capítulo desta dissertação, sendo fundamental destacar quais eram as lavras trabalhadas entre os anos de 1773 a 1775 e 1777 a 1779. A partir de uma comparação entre os documentos, buscamos listar quais lavras estavam sendo citadas em cada um dos mesmos, e criamos a seguinte tabela:

Tabela 25: Lavras presentes nos documentos utilizados (1773-1775 e 1777-1779)

Nome da Lavra	1773	1774	1775	1777	1778	1779
Lavra do Mato	X	X	X	X	X	X
Lavra de São Pedro	X	X	X			
Lavra da Canjica	X	X	X			
Lavra do Inhamy de baixo	X					
Lavra da Capela velha	X					
Lavra do Córrego de S. João	X	X	X			
Lavra do Rio Pardo	X	X				
Lavra do Inhamy de cima	X					
Lavra dos Caldeirões	X	X	X	X	X	X
Lavra do Pombal	X					
Lavra da Cachoeira	X	X	X	X	X	X
Lavra da Paraúna	X	X	X	X	X	X
Lavra do Acabasaco	X	X	X			
Lavra dos Morrinhos	X					
Lavra das Mangabas	X	X				
Lavra de Caetemerim	X	X				
Lavra do Pombal	X	X	X			
Lavra das Datas	X	X	X	X	X	X
Lavra da Barca	X	X	X			
Lavra do Mosquito	X	X	X	X	X	X
Lavra da Ponte de S. Gonçalo		X	X	X	X	
Lavra da Barra do Ó		X	X	X	X	X
Lavra do Maçangano	X	X	X	X	X	X
Lavra do Córrego das Almas		X	X			
Lavra de Santa Apolônia		X	X			
Lavra da Formiga		X	X			
Lavra do Galvão			X	X		
Lavra da Boa Vista			X			
Lavra da Barra dos Macacos			X	X		X
Lavra do Ribeirão de Areia			X			

Lavra do Mendanha[?]			X			
Lavra da Itaipaba do Francês[?]			X			
Lavra da Itaipaba do Rio das Pedras				X	X	
Com a Lavra do Córrego do Jaca				X		
Lavra do Matamata				X		
Lavra da Barra do Rio Manso				X	X	
Lavra do Pinheiro				X	X	X
Lavra do Ouro Fino				X		
Lavra do Carrapato				X	X	X
Lavra do Bom Sucesso				X	X	X
Lavra dos Pousos Altos				X	X	X
Lavra de S. Bartolomeu					X	X
Lavra da Barra do Pinheiro					X	X
Lavra do Capivari					X	X
Lavra da Lapage[?] de Antônio Roiz						X
Lavra dos Borbas						X
Escavações [não especificado]				X		
Com a [escavação] do Rio Mocaubas						X
Com a [escavação] Do Rio Jucambirosú						X
Com a [escavação] do Jaboleiro do Inhay						X

Fonte: AHU_ACL_CU_011, Cx. 107. Doc. 74; AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 56; AHU_ACL_CU_011, Cx. 109. Doc. 60; AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc.70; AHU_ACL_CU_011, Cx. 115. Doc. 15; e AHU_ACL_CU_011, Cx. 117. Doc. 21.

Ao visualizar tal tabela, podemos perceber que houve uma grande variação nas lavras exploradas nestes seis anos. Existiram lavras que estiveram ativas durante esse período, como a do Mosquito, da Paraúna, dos Caldeirões, e outras que estiveram por tempos menores, como um ano ou dois, vide a lavra do Ribeirão de Areia, somente em 1775, da Boa Vista, somente no ano de 1775, e da Barra dos Macacos, em 1775, 1777 e 1779.

Isso nos mostra como havia lavras onde a presença do diamante era bem definida, e se trabalhava nela anualmente, assim como lavras esporádicas poderiam ser um sinal da busca de novas fontes do mineral, e que, por não ser encontrado ou por ter um rendimento restrito, a lavra era deixada de lado. Só achamos uma citação desta afirmação na documentação analisada. Mas, pela quantidade de lavras trabalhadas de forma breve, podemos pensar que

essa teoria poderia ser relevante, visto que foram 46 lavras em sete anos de documentação. Além disso, houve quatro escavações, sendo três delas definidas: a do rio Mocaubas; a do rio Jucambirosú; e, a do Jaboleiro do Inhay. E, uma não especificada, chamada somente de “escavação”. Destas 50, 14 foram ativas somente em um ano. Ou seja, 28% das lavras foram trabalhadas em somente um ano, um número bastante expressivo.

Para ter mais constância e melhores parâmetros para comparação, iremos abordar graficamente as despesas com as lavras que estiveram presentes em todos esses anos. Serão sete lavras: do Mato, da Cachoeira, das Datas, dos Caldeirões, da Paraúna, do Mosquito e do Maçangano. Porém, na documentação, algumas lavras aparecem juntas, não sendo especificado o valor de uma, mas da união das despesas das mesmas. Dessa lista de sete lavras trabalhadas durante o período analisado, duas apresentam valores combinados com outras lavras. Por isso, não iremos apresentá-las, que são a do Maçangano e a das Datas, por não conseguirmos definir o valor individual de tais lavras pela documentação observada.

Ao tratar sobre tais lavras, retornaremos ao trabalho da geógrafa Mariana de Oliveira Lacerda, que em sua tese cita algumas dessas cinco lavras. Em relação a lavra da Cachoeira foi a única não encontrada no trabalho de Mariana Lacerda, encontrando somente algumas referências ao termo “cachoeira”. Uma das citações ao termo se refere ao Saco da Cachoeira, um local de extração na bacia do Caeté-mirim, vizinho ao rio Jequitinhonha (LACERDA, 2014, p.126), outra é a Cachoeira da Fábrica, presente na sub-bacia do rio Manso (LACERDA, 2014, p.164). A terceira é a cachoeira dos Galés, localizada na sub-bacia do ribeirão do Inferno (LACERDA, 2014, p.171), e por último um ribeirão denominado Cachoeira, na Bacia do Paraúna (LACERDA, 2014, p.181). Entretanto, nestas duas últimas citações não ficam explicitadas se haviam mineração, ou se eram somente cursos de água.

Já a respeito da lavra dos Caldeirões, que segundo a autora está situada na sub-bacia do Pinheiro, localizado no centro da Demarcação Diamantina, compondo a “bacia é composta pelo rio Pinheiro – formado pelo encontro dos córregos da Areia, Morrinhos e o ribeirão Caldeirão – e o ribeirão das Pedras ou Biribiri, que recebe as águas do ribeirão Guinda” (LACERDA, 2014, p.147). Sobre tal lavra, a autora comenta que a primeira referência geográfica se deu em 1770, e que no período da Real Extração sua produção estava em crise, mas que nos períodos anteriores fora rica. Segundo relatos dos garimpeiros entrevistados por Lacerda, tal lavra teria sido explorada até meados do século XX, mas já estaria sendo abandonada pela baixa produtividade.

Sobre a Lavra do Mato, a geógrafa Lacerda nos afirma que ela está localizada na Bacia do rio Jequitinhonha, o maior rio da Demarcação Diamantina, sendo uma das primeiros locais a serem explorados e tendo uma altíssima produção, tanto de ouro quanto de diamantes. Segundo a autora a lavra ainda era um local explorado no momento de sua pesquisa, contando com sete famílias presentes no antigo serviço e rendendo ouro e diamantes. A autora também se refere a Lavra do Mosquito, localizando-a também na Bacia do rio Jequitinhonha, ao lado oposto do rio a Lavra do Mato. Entretanto, ao contrário da outra, esta não é detalhada pela autora, somente sendo citada nos diversos mapas apresentados.

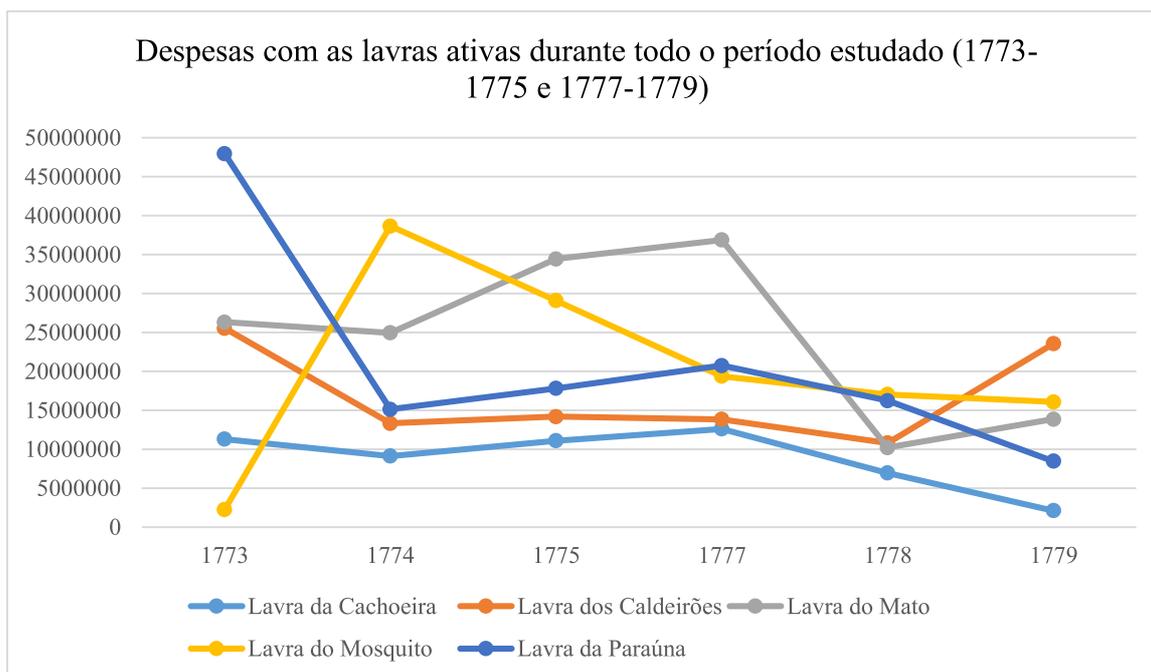
Pelo que foi lido no trabalho de Lacerda, não há a existência de uma lavra com o nome de Paraúna, mas um rio, denominado rio Paraúna, onde existiram diversos serviços, além de uma aldeia, também com o mesmo nome. A autora define que a bacia do Paraúna foi composta:

(...) pelo rio Paraúna que nasce na serra da Jacuba e encontra o rio Cipó para então desaguar no rio das Velhas. Seus afluentes principais da margem direita são o córrego Chiqueiro, Palmital (ou Andrequicé) e o ribeirão Tijucal e, na margem esquerda, o ribeirão Congonhas (LACERDA, 2014, p. 180)

Como na nossa documentação presente no Arquivo Histórico Ultramarino não há um detalhamento de divisões desta lavra, acreditamos que os dados referentes a esta seja uma junção de todos os locais de extração da bacia do rio e seus afluentes presentes na região.

Perfazendo estes detalhes sobre tais serviços, obtivemos o seguinte gráfico:

Gráfico 24: Despesas com as lavras ativas durante todo o período estudado (1773-1775 e -1779)



Fonte: AHU_ACL_CU_011, Cx. 107. Doc. 74; AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 56; AHU_ACL_CU_011, Cx. 109. Doc. 60; AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc.70; AHU_ACL_CU_011, Cx. 115. Doc. 15; e AHU_ACL_CU_011, Cx. 117. Doc. 21.

Tal gráfico reflete as despesas dos dados contidos nesta tabela, em réis:

Tabela 26: Despesas dos serviços minerados entre os anos 1773-1775 e 1777-1779

Lavra / Ano	1773	1774	1775	1777	1778	1779	Total da Lavra
Lavra da Cachoeira	11:302\$ 687 ½	9:134\$ 840	11:111\$ 004	12:616\$ 316	6:968\$ 235 ½	2:122\$ 711	53:255\$ 794
Lavra dos Caldeirões	25:562\$ 400	13:330\$ 595	14:202\$ 738	13:845\$ 268	10:805\$ 065	23:569\$ 880	101:315\$ 946
Lavra do Mato	26:324\$ 100	24:950\$ 601	34:445\$ 261	36:883\$ 953 ½	10:228\$ 007 ½	13:872\$ 440 ½	146:704\$ 363 ½
Lavra do Mosquito	2:253\$ 262 ½	38:665\$ 516 ½	29:089\$ 878 ½	19:392\$ 816	17:043\$ 868	16:076\$ 881 ½	122:522\$ 223
Lavra da Paraúna	47:972\$ 212 ½	15:144\$ 020	17:833\$ 818 ½	20:749\$ 881	16:249\$ 157	8:476\$ 580 ½	126:425\$ 669 ½

Fonte: AHU_ACL_CU_011, Cx. 107. Doc. 74; AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 56; AHU_ACL_CU_011, Cx. 109. Doc. 60; AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc.70; AHU_ACL_CU_011, Cx. 115. Doc. 15; e AHU_ACL_CU_011, Cx. 117. Doc. 21.

Podemos observar que existe uma enorme variação nos custos de tais lavras. Porém, na documentação não há uma explicação mais detalhada para tais diferenças. Apresenta-se como sendo um valor referente aos custos de cada uma, não havendo mais especificações do que eram as tais despesas na documentação. Entretanto, podemos fazer algumas considerações sobre a variação destes valores, como o crescimento gigantesco na Lavra do Mosquito do primeiro para o segundo ano, enquanto todas as outras tiveram quedas — mesmo que tenha sido mais leve ou de maneira mais intensa — sendo que ela foi a que teve o maior custo neste ano. Além disso, no ano de 1778, a Lavra do Mosquito também foi a mais cara; todavia, não por ter crescido (já que, após 1774, ela sofreu uma queda na despesa), mas sim por todas as outras terem apresentado uma diminuição acentuada nas despesas.

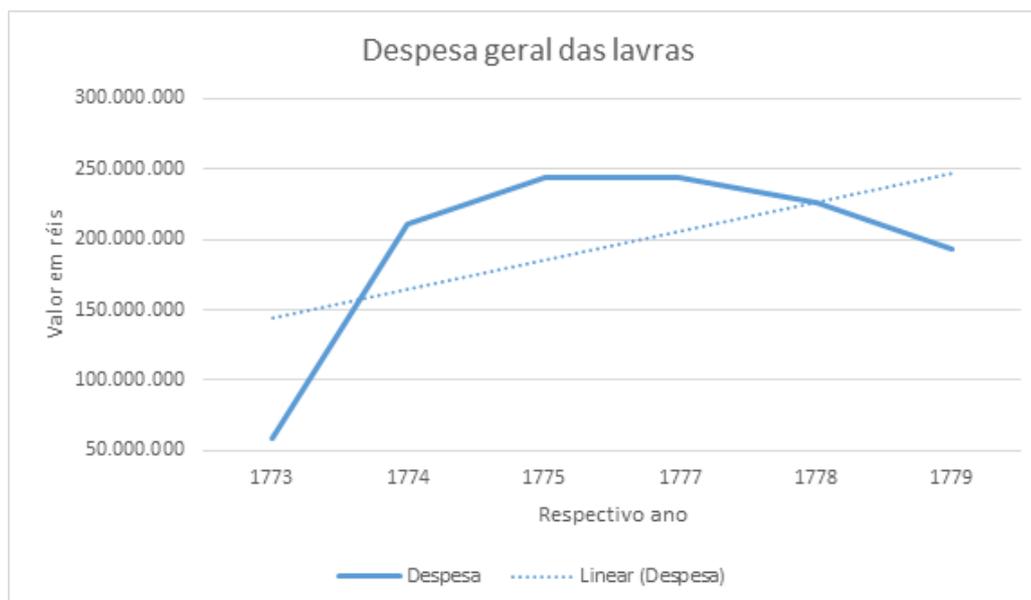
A Lavra do Mato foi a mais dispendiosa de modo geral no período estudado, e dentre todos os anos, chegou a ser a maior do ano em 1775 e 1777. Mesmo assim, de regra geral, em todos os anos teve um alto custo, somando 146:704\$363 ½ réis nos referidos anos. Ao contrário desta, a Lavra da Cachoeira teve um dispêndio baixo, sendo seu pico em 1777, quando era quase três vezes menor que a do Mato, e foi a única dentre as cinco Lavras que ficou com um custo abaixo de cem contos de réis, apenas 53:255\$794 réis.

As lavras da Paraúna e a dos Caldeirões foram duas que tiveram um ano de pico: 1773 e 1779, respectivamente. A Lavra dos Caldeirões teve uma despesa pouco acima de cem contos, maior que a da Cachoeira, mas menor que as outras três. Já a Lavra da Paraúna foi a segunda em maior gasto da Real Extração, somando 126:425\$669 ½ réis.

Uma queda que se mostra operar em todas estas lavras é a do ano de 1777 para o ano de 1778, em que todas sentiram tal diminuição das despesas, seja mais acentuada, como na lavra do Mato, ou mais singelas, como na lavra do Mosquito.

Dito isto, com os valores apresentados pela documentação, a despesa geral das lavras pode ser representada:

Figura 3: Despesa geral das lavras



Fonte: AHU_ACL_CU_011, Cx. 107. Doc. 74; AHU_ACL_CU_011, Cx. 108\Doc. 56; AHU_ACL_CU_011, Cx. 109. Doc. 60; AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc.70; AHU_ACL_CU_011, Cx. 115. Doc. 15; e AHU_ACL_CU_011, Cx. 117. Doc. 21.

Podemos observar que há uma tendência de crescimento nas despesas com as lavras, mesmo que anualmente haja extensas variações. Podemos notar que a linha de tendência do gráfico está aumentando. Esse aumento se dá nos três primeiros anos — entre 1775 e 1777 há uma estabilidade, e os últimos dois anos foram de queda. Isso pode significar uma queda na expansão de novas lavras, ou na estabilização das lavras em funcionamento, sem a necessidade de novas obras nas mesmas.

Dentre os documentos investigados sobre as despesas da Real Extração e as lavras, alguns apresentam os números de escravos e brancos envolvidos na extração dos diamantes. Tais dados nos apresentam as variações dos trabalhadores nas lavras, o que pode estar relacionados à maior produtividade de um serviço em um ano, e se havia maior investimento de um ano para o outro.

Sobre tais documentos, encontramos somente os relativos a três anos: de 1776 a 1778. Isso torna a análise ampla mais difícil, mas correlacionando com os demais dados, podemos buscar entender o funcionamento das lavras. Sendo assim, segue a primeira tabela referente ao ano de 1776:

Tabela 27: Escravos e brancos nas lavras em 1776

Serviço	Branco	Negro
Serviço dos Caldeirões	22	269
Serviço das Datas	21	198

Serviço da Cachoeira	19	195
Serviço da Paraúna	17	169
Do dito serviço	7	75
Do dito serviço	13	106
Serviço do Maçangano	26	277
Serviço da Ponte do Ó	27	311
Serviço da Itaipaba	15	197
Serviço do Mosquito	22	233
Do dito serviço	23	303
Do dito serviço	13	154
Serviço da Lavra do Mata	21	275
Do dito serviço	23	262
Do dito serviço	12	108
Serviço de São Pedro	12	183
Serviço do Galvão	23	278
Serviço de Santa Apolônia	13	131
Serviço do Ouro Fino	14	258
Total	343	3.982

Fonte: Projeto Resgate/Fundo Minas Gerais (1680-1832). AHU_ACL_CU_011, Cx. 110. Doc. 53.

Ao contrário da documentação sobre as despesas nas lavras, foi encontrado um que apresentava a quantidade para o ano de 1776, mais especificamente para o mês de dezembro. Vale ressaltar que, a linha escrita “do dito serviço” refere-se a acréscimos na última lavra citada, havendo divisões organizacionais das mesmas. Nesta tabela, já podemos observar as cinco lavras que estamos destacando neste capítulo, tendo em vista que nelas podemos notar o seguinte número de escravos e brancos: no Serviço da Cachoeira temos o total de 19 brancos e 195 negros; no Serviço dos Caldeirões, 22 e 269; no Serviço do Mato, 56 brancos e 645 negros — totalizando 58 brancos e 690 escravos. Temos o Serviço do Mosquito e, por fim, o Serviço da Paraúna, que totaliza 37 brancos e 350 escravos.

Além do ano de 1766, apresentaremos o documento referente a outubro de 1777:

Tabela 28: Escravos e brancos nas lavras em 1777

Serviço	Branco	Negro
---------	--------	-------

Serviço dos Caldeirões	17	240
Serviço das Datas	25	287
Serviço da Cachoeira	19	221
Serviço da Paraúna	18	171
Do dito serviço	8	86
Do dito serviço	8	68
Serviço do Maçangano	21	268
Do dito serviço	15	203
Serviço do Ó, Macacos e Ponte	25	273
Serviço da Itaipaba	14	203
Serviço da Itaipaba e Rio das Pedras	19	192
Serviço do Bom sucesso e Cafundó	11	133
Serviço do Mosquito	22	256
Serviço da Lavra do Mato	27	317
Do dito serviço	19	223
Serviço da Barra do Rio Manso	20	342
Do dito serviço	17	140
Serviço na Gupiara do Carrapato	16	154
Serviço do Lindeiro(?) na passagem do (...)	13	178
Serviço do Morrinhos, junto de João de Macedo	18	251
Total:	352	4.206

Fonte: AHU_ACL_CU_011, Cx. 112. Doc. 1.

Podemos observar alterações entre os dois dados. Primeiramente, o crescimento tanto do número de escravos quanto o de brancos atuando nas lavras mineradas. Contudo, esse crescimento no total não reflete no aumento do número nas cinco lavras estudadas. Pelo contrário, algumas tiveram uma diminuição severa na quantidade de trabalhadores. No Serviço da Cachoeira foi mantida a quantidade de 19 brancos e houve aumento para 221 negros; no Serviço dos Caldeirões ocorre uma redução para 17 brancos e 240 negros; no Serviço do Mato temos um total de 46 brancos e 540 negros, uma redução significativa. No Serviço do Mosquito temos uma diminuição para 22 trabalhadores brancos e 256 escravos; e por fim, o Serviço da Paraúna totalizando uma pequena redução para 34 brancos e 325 escravos.

A terceira tabela que apresentaremos é referente a outubro de 1778, nela consta:

Tabela 29: Escravos e brancos nas lavras em 1778

Serviço	Branco	Negro
Serviço do Capivari	22	282
Serviço do Maçangano	35	442
Serviço da Ponte do Ó e Macacos	27	247
Serviços dos Pousos Altos	23	241
Do dito serviço	3	45
Serviço da Paraúna	11	90
Do dito serviço	13	114
Serviço da Cachoeira	20	208
Serviço das Datas	24	281
Serviço dos Caldeirões	21	245
Serviço da Barra do Rio Manso	17	161
Do dito serviço	32	293
Serviço da Barra do Pinheiro	19	383
Do dito serviço	12	223
Serviço do Pinheiro	21	293
Serviço do Carrapato	20	169
Serviço da Lavra do Mato	21	298
Serviço do Mosquito e Santa Maria(?)	26	317
Serviço do Bom Sucesso	12	153
Total:	379	4.385

Fonte: AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc. 70.

Como no ano de 1776 para 1777 houve aumento geral na quantidade de trabalhadores brancos e negros, do ano de 1777 para o de 1778 também ocorreu um aumento. Destacando as lavras que estão sendo trabalhadas nos seis anos desta pesquisa, podemos perceber que a diferença entre os anos não foi linear como na outra comparação, em que todas tiveram diminuição. Mesmo que no geral haja aumento, neste caso as comparações são variadas, com aumentos e diminuições. No caso do Serviço do Mato, houve uma severa queda, de 46

brancos e 540 escravos para 21 brancos e 298 escravos. Já o Serviço da Paraúna passou de 34 brancos e 343 escravos, decaindo para 24 e 204, respectivamente. A terceira lavra que iremos apresentar os dados é o Serviço do Mosquito, que no ano de 1777 contava com 22 brancos e 256 escravos, crescendo para 26 brancos e 317 escravos. Entretanto, é necessário ressaltar que neste ano os dados referentes ao dito serviço vêm misturados com os números do Serviço de Santa Maria, não deixando explícito qual a quantidade correta de cada uma das lavras.

O Serviço dos Caldeirões também tem um aumento na quantidade de trabalhadores, que tinha 17 brancos e 240 escravos, passando para 21 brancos e 245 escravos. Por último, temos o Serviço da Cachoeira possuía 17 brancos e 221 escravos, no ano seguinte teve uma diminuição geral, ainda que o número de brancos tenha aumentado, tornando a quantidade em 20 brancos e 208 escravos.

Para compreender as variações existentes nas lavras diamantinas no decorrer destes anos, voltaremos o olhar para as fontes existentes no Arquivo Ultramarino, sendo possível destacar dois elementos que podem responder a este questionamento.

A primeira explicação possível é a influência do meio ambiente na produtividade das minas, como no documento AHU_ACL_CU_011, Cx. 111. Doc. 41, datado do dia 5 de julho de 1777. Trata-se de uma carta escrita por João da Rocha Dantas e Mendonça, Intendente geral da Real Extração, com destinatário Martinho de Melo e Castro, falando sobre suas observações nas lavras que visitava e diligências na administração. Nele, o autor explica que a chuva prejudicou a mineração, pois:

As grossas enchentes, que sobrevieram nos dois últimos dias precedentes ao primeiro de abril, rompendo o cerco do Serviço da Itaipaba, e os altos do da Paraúna, Ó, Massangano, e desde Pedro retardaram o adiantamento deles; e fizeram por algum dias suspender a laboração das lavagens: Estes prejuízos e outros de pequena consideração se repararam, com brevidade quanto prematura as chuvas, que continuaram até o fim do dito mês⁴⁰.

Podemos observar por este trecho que a chuva adiou o início das lavagens dos cascalhos, assim como derrubou estruturas necessárias para a extração dos diamantes. E não somente em uma ou duas lavras, mas em diversos serviços, podendo ter um largo efeito na Real Extração. A água era algo essencial na extração dos diamantes, como afirmou Carolina Marotta Capanema, dizendo que havia uma relação paradoxal com as águas, considerando que, ao mesmo tempo em que é extremamente necessária para a mineração, o seu excesso pode ser prejudicial (CAPANEMA, 2019, p. 103).

⁴⁰ AHU_ACL_CU_011, Cx. 111. Doc. 41, p. 2 e 3.

Outro documento que apresenta uma referência à natureza, influenciando na mineração, é o AHU_ACL_CU_011, Cx. 108. Doc. 13. Nele, o autor João da Rocha Dantas e Mendonça também escreve para Martinho de Melo e Castro, em cata datada de fevereiro de 1775. Neste, ao contrário da primeira fonte, ele faz referência a uma seca que atua com rigor e que gera prejuízos a Real Extração. Ele afirma que “A seca tem continuado com rigor, e não sem prejuízo a da Extração; no empate da geral laboração das lavagens, nos desmontes das terras, fazendo-se mais dispendiosos a força de trabalho de negros alugados [...]”⁴¹.

Essa seca afetou não só a mineração dos diamantes, mas até mesmo os mantimentos da região e o Erário Régio, visto que o período de lavagem dos cascalhos seria prejudicado, havendo menos possibilidade de encontrar diamantes. Mais ainda, como ele deixa explícito na carta, há maior despesa para a manutenção dos escravos, uma vez que o calor afetava o trabalho dos escravos. Por conta desse desequilíbrio, as despesas seriam supridas por parte da produção existentes do ano anterior, que ainda deveriam estar guardadas na sede da Intendência dos diamantes, na qual Rocha Dantas afirma conseguir algum lucro para a Real Extração, mesmo que seja pequeno.

Por fim, o documento AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc. 70 também nos apresenta a influência do meio ambiente na mineração. Também neste caso o problema é uma seca, que excede os limites do normal e impactam a Real Extração, retardando as lavagens dos cascalhos⁴².

Além de observar as fontes presentes no Arquivo Ultramarino, o escrito de Joaquim Felício dos Santos também apresenta um exemplo do meio ambiente influenciando a exploração dos diamantes. Sobre o ano de 1773, o autor destaca uma forte seca e posteriormente um rígido período das águas, o que gerou destruição de roças e carestia dos gêneros alimentícios. Tal ocorrência deve ter gerado transtornos para a população, sendo que neste mesmo tempo o autor declara que havia muitos trabalhadores sem trabalhar, pela limitação na mineração diamantífera (SANTOS, 1868, p. 174).

Retornando ao primeiro documento apresentado anteriormente sobre as influências do meio ambiente (o AHU_ACL_CU_011, Cx. 111. Doc. 41), podemos visualizar o outro elemento que nos apresenta as variações nas lavras, que é a própria produtividade de cada um dos serviços. Ou seja, a possibilidade de se encontrar diamantes. Neste documento o autor afirma que:

⁴¹ AHU_ACL_CU_011, Cx. 108. Doc. 13, p.3.

⁴² AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc. 70, p. 4.

Por inúteis se abandonaram as lavras dos pequenos córregos do Juca, Mulato e a do Galvão no Rio Caeté-mirim. A tropa deste serviço passou a ajudar a de S. Pedro daquela a trabalhar a gupiara, que se descobriu sobre a ribanceira do Rio Jequitinhonha, nele entra o córrego chamado Carrapato. Esta vai fazendo a vitalidade, e ainda maior se espera [ilegível] quando se vier a lavar o cascalho do centro, o qual deu melhores provas, e todo se acha a superfície da terra⁴³.

Podemos perceber que era necessário haver algum retorno para que as lavras continuassem sendo trabalhadas, pois havia custos para se manter a mão-de-obra na mineração. E que a transferência de escravos e feitores, também ocorria para as melhores lavras, onde eram utilizadas de forma melhor.

Esta foi a única fonte que encontramos sobre essa possibilidade, mas ela nos apresenta uma escolha que deve ter sido constante, visto a quantidade de lavras que haviam sido trabalhadas e abandonadas no decorrer da Real Extração. Como foi dito anteriormente, nos documentos estudados temos um total de cinquenta serviços que foram mineradas, sendo que quatorze delas, que correspondem a 28%, foram minerados somente em um ano. Em contraponto, nos seis anos aqui investigados, somente sete existem em todos, perfazendo um total de 14%. Ou seja, foram pouquíssimas as lavras que conseguiram suprir a demanda de diamantes para se manterem ativas, a maior parte não gerou diamantes ou teve um esgotamento muito rápido.

⁴³ AHU_ACL_CU_011, Cx. 111. Doc. 41, p. 5.

CONCLUSÃO

No decorrer desta pesquisa, tivemos como finalidade aprofundar o entendimento sobre as despesas e as receitas da Real Extração dos Diamantes, comparando os dados da bibliografia estudada com os balanços econômicos encontrados nas fontes do Arquivo Histórico Ultramarino. Além disso, buscamos compreender mais sobre a organização e produtividade das lavras diamantíferas, relacionando a natureza e a disponibilidade de minerais encontrados no solo como formas de escolha das lavras que seriam trabalhadas.

Como dito anteriormente, as fontes encontradas no Arquivo Histórico Ultramarino foram nossos documentos utilizados nesta investigação, dispondo de balanços econômicos provenientes dos administradores da instituição na América portuguesa, e com algumas cartas também destes indivíduos. Sendo que tinham como finalidade a elucidação para os administradores em Lisboa do que ocorria no Distrito Diamantino, informando sobre as mais diversas situações, desde os relatórios econômicos até cartas sobre pedido de patentes ou explicações sobre situações ocorridas.

O propósito inicial desta dissertação é a de entender a questão econômica da região e seu entendimento no decorrer do tempo. Sobre isso, não temos uma hipótese, mas temos como objetivo adentrar as visões de alguns historiadores e outros escritores da época sobre a instituição em seu aspecto econômico, sobretudo os que fazem referência aos valores das despesas e receitas.

Posteriormente, apresentamos os dados obtidos por meio da análise da documentação, segundo a qual realizamos as comparações destes valores com os indicados pelos autores referenciados anteriormente. Como por exemplo, os dados do ano de 1774 e 1778 apresentadas pelo intendente Luiz Beltrão de Gouvêa são de 266:305\$586 $\frac{1}{2}$ e 248:066\$219 réis. Já através da documentação encontrada, temos 546:129\$572 e 1.722:439\$500 réis. Uma grande diferença. Contudo, uma de nossas hipóteses era a de que esses valores são discrepantes pelo fator de somarem anualmente duas despesas, referentes ao item “Inspeção geral dos diamantes em caixa”, presente somente no ano de 1773, e “A Direção dos Diamantes em Lisboa”, nos demais anos. Ao fazermos essa subtração com o valor dos custos do ano anterior, teremos os valores de 238:798\$997 e 245:487\$898 réis, valores próximos do apresentado pelo intendente.

Estes são dois exemplos, mas nos demais anos estudados isso também ocorre, chegando próximos aos valores do intendente, com exceção do ano de 1777, no qual

acreditamos haver esse aumento na diferença por conta da falta de documentação do ano de 1776. Fazendo a diferença entre o valor encontrado no ano de 1777 pelo de 1775, teremos o valor de 551:968\$099 réis. Já o somatório dos valores apresentados para o ano de 1776 e 1777 pelo intendente, teremos 555:991\$264 1/2, o que nos mostra que pode ser verossímil afirmar que a subtração ser de dois anos, não somente de um.

Outro item que também foi destacado é o de que a receita sempre tinha um valor igual ao da despesa. Um exemplo deste item é o ano de 1775, no qual as despesas somam 1.476:374\$830 réis, o mesmo valor para a receita do dito ano, sendo que isso se repete nos demais anos. Os lucros provenientes desta exploração mineral ficavam na Europa, referentes aos valores dos contratos de venda nas praças mercantis europeias. Enquanto na América portuguesa as receitas eram complementadas com os recursos enviados de Lisboa, sendo referenciado pelo item “Direção dos Diamantes em Lisboa”, tendo em vista seu objetivo suprir as despesas da instituição, gerando lucro somente na Europa. Sobre os dois valores sempre serem iguais, nossa conjectura é a de que, assim como nas despesas, houve um somatório anual de dois itens. Este igualmente repete o processo de adição anualmente, o que leva a valores altíssimos, equiparando-se aos das despesas.

Após tratarmos da receita e despesas gerais da Real Extração, voltamos nossa análise para a organização produtiva, utilizando tanto as fontes que foram usadas anteriormente, quanto outros documentos que nos apresentam mais facetas da instituição. Além disso, fez-se necessário introduzir novos autores como referências, visto que adentramos a relação do homem colonial com a natureza, e como tal relação se mostrava nos documentos investigados. Os balanços econômicos foram novamente utilizados, já que neles constam as despesas das lavras utilizadas no ano de cada um, servindo para definir quais as lavras eram trabalhadas em todos os anos pesquisados e os valores da despesa. Isso é fundamental, uma vez que é necessário delimitar os serviços ativos durante os seis anos da pesquisa, pois somente assim conseguiríamos realizar comparações de forma mais correta, conseguindo relacionar os dados encontrados.

Tal conhecimento é essencial, visto a quantidade de lavras que foram trabalhadas nos seis anos investigados. Pela documentação, houve cinquenta serviços que foram trabalhados, mas o número de ativas em todos os seis anos caiu para sete (somente 14% do total). Este valor é inferior a quantidade de lavras citadas em um só ano, que foram 14, cerca de 28% das lavras executadas. Ou seja, mais de um quarto das lavras trabalhadas não superaram um ano, demonstrando a rotatividade dos serviços diamantinos.

Nossa hipótese para tal mutabilidade é a de que os fenômenos naturais e a própria disponibilidade de recursos eram um grande entrave para o aumento produtivo, o que se confirmou quando fomos para a documentação, que nos apresentou dados que salientavam tais perspectivas. Sobre a questão da influência do meio ambiente, foram encontrados trechos de cartas do intendente para a administração em Lisboa, afirmando que houve chuvas, enchentes ou secas que comprometeram algumas etapas da exploração dos diamantes.

Já sobre a disponibilidade de recursos, foi encontrado somente uma referência na documentação, mas que deixa explícito que o serviço foi abandonado por serem inúteis os córregos trabalhados. Foi somente uma citação; entretanto, consideramos que deve ter sido algo frequente, novamente pela grande quantidade de locais onde houve tentativas no decorrer dos anos. Nessa perspectiva, tais serviços foram abandonados por não haverem diamantes ou por ter uma produção abaixo da necessária para suprir os próprios custos.

Os espaços para pesquisas econômicas referentes a Real Extração dos Diamantes ainda podem ser muitos, em especial nos demais anos da instituição, que não foram encontrados no Arquivo Ultramarino, permitindo ter uma análise ainda mais ampla. Essa instituição que se manteve até meados do século XIX, mesmo com a Independência do Brasil, continuou em operação, ainda que perdendo o monopólio. Outra investigação que pode ser feita, aí deixando o campo econômico, é relativa às causas políticas e sociais da formação da Real Extração no Reino, tendo como foco as forças que podem ter se movido para o planejamento e construção dessa instituição que irá gerar prestígio e lucro para o Império português.

Por fim, um assunto que necessita ser aprofundado, e consiste em uma possibilidade ampla de pesquisa, é a relação do meio ambiente e a Real Extração, em especial as relações de efeito do período das águas no comércio e na produção mineral, assim como os efeitos na infraestrutura regional.

BIBLIOGRAFIA

- BOXER, C. **A Idade de Ouro no Brasil**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1969.
- CAPANEMA, C. M. **A natureza política das Minas: Mineração, meio ambiente e sociedade no século XVIII**. Belo Horizonte, Letramento, 2019.
- CARRARA, Â. A. **Desvendando a riqueza na terra dos diamantes**. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. 41, p.40-59, jul./dez. 2005.
- CARRARA, Â. A. **Minas e currais; produção rural e mercado interno de Minas Gerais**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.
- CARRARA, Â. A. **O Distrito dos Diamantes, 1734-1757**. Juiz de Fora, Clio Edições, 2017.
- CARRARA, Â. A. **As receitas imperiais portuguesas; estrutura e conjunturas, séculos XVI-XVIII**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Relatório parcial de pesquisa, 2011. Disponível em: < <https://www.ufjf.br/hqg/files/2009/10/Relat%C3%B3rio-de-pesquisa.pdf> >.
- ESCHWEGE, W. L. von. **Pluto brasiliensis**. Tradução do original alemão por Domicio de Figueiredo Murta. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.
- FURTADO, J.F. **O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da real extração**. São Paulo, Annablume, 1996.
- FURTADO, J. F. **O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas**. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **As Minas Setecentistas volume I**. Belo Horizonte, Autêntica, Companhia do Tempo, 2007.
- GUIMARÃES, C. G. . **O rendimento da capitania das Minas Gerais no período 1795-1800: uma comparação com as capitanias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco**. In: XI Seminário sobre a Economia Mineira, 2004, Diamantina. Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2004.
- HESPANHA, A. M. **As Finanças Portuguesas nos Séculos XVII e XVIII**. Cadernos Do Programa De Pós-Graduação Em Direito – PPGDir./UFRGS (2013). Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/2317-8558.44292>>.
- LACERDA, Mariana de Oliveira. **A paisagem da terra dos diamantes: Passado e presente a favor de uma reflexão prospectiva**. Tese (doutorado), Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2014.
- MACHADO FILHO, A. da M. **Arraial do Tijuco, cidade Diamantina**. 3ª edição. Belo Horizonte; Editora Itatiaia. São Paulo; Ed. da Universidade de São Paulo. 1980.
- PINTO, V. N. **O ouro brasileiro e o comercio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII**. São Paulo, Ed. Nacional, 1979.

QUINTÃO, R. C. **Sob o “régio braço”**: a Real Extração e o abastecimento no Distrito Diamantino (1772-1805). Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SANTOS, J. F. dos. **Memórias do Distrito Diamantino**. Rio de Janeiro: Tip. Americana, 1868.

SOUZA, L. M. e. **O jardim das Hespérides** : Minas e as visões do mundo natural no século XVIII. 1a edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2022.

TÔRRES, J. C. de O. **História de Minas Gerais**. 3a edição, Belo Horizonte, Lemi, 1980.

FONTES

AHU_ACL_CU_011, Cx. 107. Doc. 74.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 108. Doc. 13.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 108. Doc. 56.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 109. Doc. 60.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 110. Doc. 53.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 111. Doc. 41.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 112. Doc. 1.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 112. Doc. 43.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 113. Doc. 70.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 115. Doc. 15.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 117. Doc. 21.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 139. Doc. 46.